



HORIZONTES HISTÓRICOS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE



Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Sergipe

Arquivo Nacional / Fundo Correio da Manhã

Revista Discente do PROHIS, Volume 2, Número 1, 2021 ISSN: 2596-0377



HORIZONTES
HISTÓRICOS

PROHS
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Sergipe

HORIZONTES
HISTÓRICOS

Revista Discente do Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Sergipe

Vol. 2, Nº 02 | julho – dezembro de 2020 | 2596-0377



PROHS
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Sergipe



Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista Horizontes Históricos é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o desenvolvimento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração de inúmeras pessoas, em especial aos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados à Revista. Agradecemos a essas pesquisadoras e pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da Horizontes Históricos desponta como mais uma edição de sucesso na trajetória acadêmica da Revista. Agradecemos ainda, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.



Reitora Pró Tempore:

Liliádia da Silva Barreto

Vice-Reitor:

Pedro Durão

Pró-Reitora de Extensão:

Prof^ª. Dra. Alaíde Hermínia de Aguiar
Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento:

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação Pesquisa:

Prof. Dr. Michel dos Santos Soares

Pareceristas Ad hoc Desta Edição

Dra. Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva
(UFRJ)

Dra. Solimar Guindo Messias Bonjardim
(FIJ)

Dr. Bruno Gonçalves Álvaro (UFS/SE).

Dra. Célia Costa Cardoso (UFS/SE).

Dr. Pedro Abelardo de Santana (UFS/SE).

Dr. Tiago Araújo (UnB)

Me. Márcia Oliveira Gama.

Me. Livia Maria Albuquerque Couto.

Centro de Educação e Ciências Humanas:

Diretora: Prof^ª Dra. Ana Maria Leal
Cardoso

Vice-Diretor: Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael

Programa de Pós Graduação em História:

Coordenadora: Prof^ª. Dra. Edna Maria
Matos Antonio

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Fabio Maza

**FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE**

Expediente:

Editora-Chefe:

Prof^ª Dr^a Edna Maria Matos Antonio

Editoras Assistentes:

Livia Maria Albuquerque Couto.

Márcia Oliveira Gama.

Equipe Editorial

Andrea Rocha Santos Filgueiras.

Carolline Acioli Oliveira.

Livia Maria Albuquerque Couto.

Márcia Oliveira Gama.

Monique Hellen Santos Reis Cerqueira.

Raianne Pereira de Oliveira.

Capa

Domínio público.

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]:
revista discente do PROHIS / Universidade
Federal de Sergipe, Programa de Pós-
Graduação em História. – Vol. 2, n. 1 (2020)-
. – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2018-

Semestral

e-ISSN 2596-0377

1. História. I. Universidade Federal de Sergipe.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)



SUMÁRIO

Apresentação da Edição

Marcos Vicente Miranda Santos.....06

Artigos

A História da cultura popular em Ginzburg e Thompson: uma análise das obras o Queijo e os Vermes e Costumes em Comum

Ives Leocelso Silva Costa.....09

A Onda Mais Confusa: Identidade Neopentecostal e seu caráter histórico

Pedro André de Sousa Peixoto e Aurelina Fernanda de Andrade Morais.....26

Jornal “A Cruzada” e o Anticomunismo: Formação Social dos Intelectuais Cristãos

Amanda Marques dos Santos.....38

Memória e História: Análise do Documentário “Que Bom Te Ver Viva”

Davi Silva de Carvalho.....59

Primeiro Centenário da Independência de Sergipe: A Casa de Sergipe

Maristela do Nascimento Andrade e Edna Maria Matos Antonio.....70

Quando Calmet traiu Calmet: sobre a função-autor em Foucault e Chartier

Gabriel Elysio Maia Braga.....86

Resenha

Histórias e conversas de mulher

Vanessa Nascimento Souza.....105



Horizontes Históricos: 2ª edição

Marcos Vicente Miranda Santos
Especialista em História e Técnico em
Assuntos Educacionais do IFAL

As Universidades públicas brasileiras, a despeito dos sucessivos cortes em seus orçamentos, até 2019, respondiam por 95% da produção científica do país¹. Talvez fosse mais prudente dizermos que as instituições públicas (Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais) são responsáveis, senão por toda, por quase toda inovação científica e tecnológica existente no Brasil. E isso é muito relevante, principalmente, no período em que o negacionismo científico está na moda e ocupando importantes cadeiras no primeiro escalão do governo federal.

Mas é importante ressaltar que os cortes no orçamento para pesquisa não vêm dessa atual gestão. É certo que houve um crescimento exponencial de recursos para o FNDCT (Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e das agências federais de fomento à pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre os anos de 2005 e 2014, passando de quatro para quase quatorze bilhões de reais². Mas o que se sucedeu a partir disso foi uma queda vertiginosa, atingindo o mesmo nível de investimento que tínhamos em 2006, ou seja, menos de cinco bilhões em recursos para pesquisa, tecnologia e inovação. Diante disso, pesquisar no Brasil, é para poucos, com bolsas então, para uma diminuta elite intelectual.

Aliados aos cortes nos investimentos, estão as dificuldades de se pesquisar em tempos de pandemia do novo coronavírus, pois bibliotecas, arquivos, universidades e seus programas físicos de pesquisas permanecem parcial ou totalmente fechados, funcionando, apenas, através do auxílio das importantes ferramentas tecnológicas. Mas esta questão estrutural não é o único problema que os pesquisadores e, principalmente, as pesquisadoras têm enfrentado, neste período de reclusão e distanciamento social. Além das dificuldades normais para pesquisar, escrever e concentrar-se, juntemos a tudo isso a busca por manter sua própria sanidade mental,

¹ MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, 15 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/> Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

² ESCOBAR, Herton. Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores-alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.



já que boa parte dessas pesquisadoras também são responsáveis exclusivas pelos afazeres domésticos e por educar suas crianças. E este é, apenas, um recorte de gênero³, se esta for preta e pobre, não sabemos se já criaram uma fórmula matemática que consiga exemplificar o quão difícil seria tornar-se pesquisadora no Brasil.

Outro problema, tão importante quanto os anteriores, é a divulgação do conhecimento científico. Fora dos muros dos campi, mesmo nas comunidades em que estes estão inseridos, são apenas escolas para quem passou no vestibular. E é isso que precisa ser modificado urgentemente, pois as Universidades, segundo a Constituição Brasileira⁴, em seu artigo 207, “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ou seja, além das aulas ministradas e cursos oferecidos, as instituições federais como a UFS desenvolvem pesquisas que salvam vidas, melhoram o cultivo do solo e repensam a atuação de professores e o fazer histórico.

A revista Horizontes Históricos serve à divulgação dessas pesquisas, do conhecimento produzido não apenas nos espaços universitários, mas também aos professores do ensino básico. A diversidade, em meio ao fazer histórico, como veremos a seguir, continua sendo a marca registrada desta revista nesta segunda edição.

Em “A História da Cultura Popular em Ginzburg e Thompson: Uma Análise das Obras o Queijo e os Vermes e Costumes em Comum”, do Professor e Mestrando em História pela UFS, Ives Leocelso Silva Costa, que, como o título já deixa bem claro, faz uma análise de duas obras clássicas, lançadas no último quarto do século XX, mas que abordam duas distintas regiões, dando voz aos esquecidos, à "história a partir de baixo", em sociedades pré-industriais, através do estudo da cultura popular.

Já em “A Onda Mais Confusa: Identidade Neopentecostal e seu caráter histórico”, de autoria da Especialista em Psicopedagogia e Pedagoga do IFBA Aurelina Fernanda de Andrade Moraes e do Mestrando em História pela UFS Pedro André de Sousa Peixoto, versa sobre as características e diferenças do Evangelismo no Brasil, através de uma contextualização histórica, por meio de olhares sociológico e teológico do Neopentecostalismo brasileiro.

Na sequência nos deparamos com o artigo “Jornal A Cruzada e o Anticomunismo: Formação Social dos Intelectuais Cristãos”, a Professora Mestra em História Amanda Marques

³ MOVIMENTO PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica na pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

⁴ BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.



dos Santos analisa a formação que influenciou o discurso anticomunista de uma ala mais conservadora da Igreja Católica no jornal sergipano e sua aproximação do discurso progressistas durante o período civil-militar.

No artigo “Memória e História: Análise do Documentário Que Bom Te Ver Viva”, do professor Licenciado em História pela UFOP Davi Silva de Carvalho, nos deparamos também com a temática da Ditadura Civil-Militar, mas de uma perspectiva diferente: os horrores das lembranças das mulheres vítimas de agentes políticos durante esse regime.

Já no artigo “Primeiro Centenário da Independência de Sergipe: A Casa de Sergipe” da professora Mestra em História-UFS Maristela do Nascimento Andrade e da professora Doutora Edna Maria Matos Antonio, Coordenadora Titular do programa de Mestrado em História da UFS. Neste artigo, comemoramos o bicentenário da Independência de Sergipe, analisando a comemoração do 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE, em 1920, através das reflexões da memória coletiva do povo sergipano, derivadas da investigação realizada de seu processo de construção.

Encerramos nossa caminhada pelos artigos desta edição com “Quando Calmet traiu Calmet: sobre a função-autor em Foucault e Chartier” do Professor e Doutorando pela UFPR Gabriel Elycio Maia Braga. Neste artigo, o autor faz uma reflexão da *função-autor* na História Cultural da Ciência através da comparação de dois grandes autores Roger Chartier e Michel Foucault visando analisar o tratado do monge Augustin Calmet sobre vampiros.

Chegamos então à única resenha desta edição, da Mestranda em História-UFS Vanessa Nascimento Souza, sobre o livro “Histórias e Conversas de Mulher” da Mary Del Priore. Nela, a autora não se prende apenas à obra, mas elenca toda uma bibliografia escrita pela historiadora em contraponto a pequena inserção da mulher na historiografia tradicional, dando visibilidade à atuação feminina em duzentos anos de história do Brasil.

Mesmo com a potencialização das dificuldades impostas pela pandemia que assolou o ano de 2020, adentrando 2021, as pesquisas continuam produzindo resultados positivos, como é o caso das vacinas produzidas em diversos cantos do planeta. E não foi diferente com a Revista Horizontes Históricos. Por isso, vale a pena separar alguns minutos de seu tempo, em confinamento, para mergulhar em seus artigos que são bem mais complexos do que este pequeno resumo.



A HISTÓRIA DA CULTURA POPULAR EM GINZBURG E THOMPSON: UMA ANÁLISE DAS OBRAS O QUEIJO E OS VERMES E COSTUMES EM COMUM

Ives Leocelso Silva Costa¹

RESUMO: Este trabalho pretende analisar as contribuições de dois historiadores consagrados ao estudo da cultura popular em sociedades pré-industriais: Carlo Ginzburg e E.P. Thompson. Para tanto, serão utilizadas duas de suas principais obras; *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1976) e *Costumes em Comum* (coletânea de ensaios de Thompson publicada em 1991). A partir da análise dos textos, serão discutidas as abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos autores e de que maneira são relevantes para a pesquisa do tema.

Palavras-chave: Carlo Ginzburg. Edward P. Thompson. Teoria da História.

THE HISTORY OF POPULAR CULTURE IN GINZBURG AND THOMPSON: AN ANALYSIS OF WORKS CHEESE AND WORMS AND COSTUMES IN COMMON

ABSTRACT: This paper intends to analyze the contributions of two famed historians to the study of popular culture in pre-industrial societies: Carlo Ginzburg and E.P. Thompson. To that end, two of their main works will be utilized; *The Cheese and the Worms* (Ginzburg, 1976) and *Customs in Common* (a collection of essays by Thompson published in 1990). From the analysis of the texts, it will be discussed the theoretical-methodological approaches adopted by the authors and how they are relevant to the research of the topic.

Keywords: Carlo Ginzburg. Edward P. Thompson. Theory of History.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS). Integrante do *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais* (CNPq-UFS).



1. INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, especialmente após deslocamento de foco da história política tradicional para uma história social de maior abrangência pela Escola dos Annales, diversos historiadores passaram a voltar-se para temas antes pouco explorados. Segundo Le Goff (2013, p. 490), “o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens [...]”

Entre as décadas de 1950 e 1970 predominam, contudo, modelos de explicação histórica de caráter estruturalista, dentre os quais o marxismo foi uma das principais influências. A preocupação dos historiadores deste período – que inclui a Era Braudeliana dos Annales – com o macro e com a totalidade trouxeram uma reação a partir dos anos 1970, representada na França pela Nova História, cujo foco passava a ser o específico, o cotidiano, as mentalidades.

A Nova História, por sua vez, foi acusada de pulverizar a história em uma série de narrativas de rigor teórico e relevância questionáveis. A partir dos anos 1980 consolida-se, então, a Nova História Cultural, que, segundo Vainfas (1997), caracteriza-se pela recusa ao conceito de mentalidades, tido como vago, pela preocupação com o popular e com a investigação dos conflitos socioculturais, incluído aí os conflitos de classe.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 16):

A revisão dos modelos explicativos disponíveis ocorreu a serviço de um interesse crescente pela cultura, sendo possível perceber uma insatisfação com explicações a partir da economia ou dos interesses de classe. Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e atividades rituais das pessoas, por exemplo, interagem com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais.

Esse interesse renovado pela cultura abrange também a chamada cultura popular, território de intensas disputas teóricas e ideológicas. Afinal, como compreender a relação entre cultura subalterna e cultura dominante? Como discernir os elementos originais de uma cultura do povo em documentos e registros realizados por membros das camadas sociais superiores, indiferentes ou mesmo hostis a ele?



Ronaldo Vainfas, em seu texto *História das Mentalidades e História Cultural*, pondera alguns destes questionamentos, analisando as contribuições de dois autores consagrados: Carlo Ginzburg e E.P. Thompson, precursores e referências da Nova História Cultural.

A cultura popular, segundo Ginzburg, se define antes de tudo pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes, o que confirma a preocupação do autor em recuperar o conflito de classes numa dimensão sociocultural globalizante. Mas a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida (VAINFAS, 1997, p. 120-121).

Segundo o autor, Thompson, por sua vez, valoriza neste campo “[...] a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação” (VAINFAS, 1997, p. 124).

Buscando aprofundar a compreensão das contribuições de Ginzburg e Thompson à História da cultura popular, foram escolhidas duas de suas principais obras para serem analisadas: *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1976) e *Costumes em Comum* (coletânea de ensaios de Thompson publicada em 1991). Justifica-se a relevância desta revisão historiográfica através de Malerba (2006), que ressalta a historicidade do conhecimento histórico como uma de suas características fundamentais – rever, reavaliar e rediscutir a produção historiográfica é, portanto, um elemento essencial da pesquisa histórica.

A partir da análise dos textos de Ginzburg e Thompson, serão discutidas as abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos autores e de que maneira podem ser relevantes para a pesquisa da História da cultura popular.

2. O QUEIJO E OS VERMES

O italiano Carlo Ginzburg, nascido em Turim em 1939, é considerado um dos maiores nomes da micro-história. Autor de diversas obras de História Cultural e Teoria da História, foi com *O Queijo e os Vermes*, publicado em 1976, que se tornou mundialmente conhecido.

O queijo e os vermes pode ser descrito como uma “história de baixo”, porque se concentra na visão de mundo de um membro do que o marxista italiano Antonio Gramsci chamava de “classes subalternas”. O herói do livro, Menocchio, pode ser descrito como um “extraordinário homem comum”, e o autor explora suas ideias sob diferentes ângulos, tratando-o algumas vezes como um indivíduo excêntrico que deixava seus interrogadores desconcertados porque não se encaixava no estereótipo de herege, e em outras ocasiões como o



porta-voz da cultura camponesa, tradicional e oral (BURKE, 2012, p. 42).

Em *O Queijo e os Vermes* Ginzburg investiga a trajetória de um moleiro italiano do século XVI, Domenico Scandella, ou Menocchio, perseguido pela Inquisição por suas ideias heterodoxas.

Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos [...]. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas é também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 9).

Utilizando os registros dos processos conduzidos contra Menocchio pelos inquisidores, Ginzburg busca a origem de suas ideias – uma espécie de materialismo religioso e anticlerical – reconstruindo suas leituras e o ambiente em que viveu na pequena aldeia de Montereale. A partir das discrepâncias entre o que Menocchio leu e as interpretações que adotou, Ginzburg interpôs o crivo da cultura popular do período.

[...] uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa – da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 10).

Desta forma, o autor contorna os problemas apresentados para as pesquisas sobre as classes populares pré-industriais, quais sejam, a escassez de relatos sobre seu comportamento e atitudes e o filtro deformador de intermediários que compõe os que existem (GINZBURG, 2006). De fato, as culturas predominantemente orais do passado só podem hoje ser vislumbradas através de registros que não foram escritos por seus participantes, mas muitas vezes por seus opositores – assim como conhecemos o pensamento de Menocchio por meio de seus perseguidores.

Entretanto, essa dificuldade não deve ser exagerada, pois deve-se reconhecer que não existem fontes objetivas, quem quer que as tenha elaborado - todo documento é um monumento, no dizer de Le Goff (2013) - e a interpretação crítica das mesmas sempre revelará elementos involuntários à vontade de seus autores. Reconstruir o que foi distorcido tendo por base a distorção não é uma tarefa fácil, mas não se deve “[...] jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas, a cultura



popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 16).

Do mesmo modo, o autor italiano rompe com a ideia de que a cultura popular seria apenas um reflexo da cultura dominante, tampouco propõe que seria totalmente independente dela. Ao invés disso, adota o conceito de circularidade da cultura de Mikhail Bakhtin, afirmando que “[...] entre as culturas das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 10); o que explicaria “A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo [...]” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 19).

Menocchio impressiona, de fato, por sua articulação e clareza. Não se acanha diante dos inquisidores e põe-se a discorrer sobre suas ideias, para o espanto dos clérigos, muitas vezes sem se importar com as consequências que sofrerá por isso, tal era seu desejo de comunicar o que pensava. Falava sobre um mundo de origem material, surgido a partir do caos, de onde todos os seres tomaram substância – assim como os vermes surgem a partir do queijo. Criticava o poder da Igreja, equiparava Deus à natureza e dizia que todos os homens compartilhavam do mesmo espírito divino, e que todas as religiões tinham o mesmo valor. Para Ginzburg (2006, prefácio à edição italiana, p. 23):

A defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis ou remissíveis a um ou a outro livro. [...] As raízes de suas afirmações e desejos estão fincadas muito longe, num estrato obscuro, quase indecifrável, de remotas tradições camponesas.

Além de elencar os livros lidos por Menocchio, Ginzburg procedeu à comparação entre seu discurso e o conteúdo dos textos.

Confrontando, uma por uma, as passagens dos livros por ele citados com as conclusões às quais chegava [...], nos vemos às voltas, invariavelmente, com lacunas e deformações, às vezes profundas. Qualquer tentativa de considerar esses livros “fontes” no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio. Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa – um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando sua leitura. Essa rede, essa chave de leitura,



remete continuamente a uma cultura diversa da registrada na página impressa: uma cultura oral (GINZBURG, 2006, p. 72).

Menocchio era, portanto, um pensador original, que utilizava de suas leituras para validar ideias pré-concebidas e arraigadas, ignorando o que não lhe interessava. Isto é perceptível em sua leitura do *Fioretto della Bibbia*, uma crônica medieval catalã:

Alguns conceitos cruciais e alguns dos temas mais discutidos na tradição cultural da Antiguidade e da Idade Média chegaram até Menocchio através de um pobre e desordenado compêndio, o *Fioretto della Bibbia*. É difícil supervalorizar sua importância. Antes de mais nada, deu a Menocchio instrumentos linguísticos e conceituais para que ele elaborasse e exprimisse sua visão de mundo. Além disso, com um método expositivo à maneira dos escolásticos – enunciação e subsequente refutação de opiniões errôneas – contribuiu certamente para desencadear sua voraz curiosidade intelectual (GINZBURG, 2006, p. 106).

O *Fioretto* destinava-se a elencar e em seguida refutar as ideias consideradas heréticas acerca de diversos temas da fé cristã – a imortalidade da alma, a divindade de Cristo, a virgindade de Maria, entre outros. Menocchio, ao lê-lo, entretanto, ignorou as refutações e reteve apenas os postulados que o atraíram. Seu pensamento era permeado pelo imaginário do campo – o trabalho e a relação do homem com a natureza - dotado de um materialismo que não era capaz de aceitar os conceitos metafísicos doutrinados pela Igreja.

Contudo, se, por um lado, Ginzburg enxerga no imaginário de Menocchio a presença da cultura popular europeia do século XVI, reconhece, por outro, que o moleiro não representava, em sentido estrito, os camponeses de Montereale. Estes o tratavam com graus variados de amabilidade e hostilidade; era visto por uns como um excêntrico inofensivo e outros como um herege perigoso. Foi defendido pelo filho mais velho, mas rejeitado pelos demais. Conversava com todos e era visto como cordial, mas parecia ter poucos amigos. Um fato, porém, é inegável: seus conterrâneos não partilhavam de suas ideias, motivo pelo qual Menocchio se via e sentia muitas vezes isolado (GINZBURG, 2006).

Percebe-se, desta forma, a riqueza de discussões trazidas pela análise de dois processos inquisitoriais obscuros – encontrados por acaso por Ginzburg no Arquivo da Cúria Episcopal de Udine em 1962 – e as complexas reflexões que traz acerca da relação entre indivíduo, cultura popular e cultura dominante.



3. COSTUMES EM COMUM

O britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) foi considerado um dos maiores expoentes do marxismo histórico no século XX. Rompendo com a ortodoxia marxista e com o economicismo vigente, especialmente na década de 1970, Thompson produziu uma forma original de estudar a cultura, inserindo-a no contexto social e econômico, mas sem reduzi-la a um subproduto do mesmo. Numa época que valorizava os grandes esquemas explicativos, prezou pela contextualização e a particularidade, priorizando as fontes aos modelos.

Segundo Vainfas (1997, p. 123), “Edward Thompson se inclui [...] numa corrente que combina a *social history* britânica (muito empirista, a bem da verdade) e o marxismo. Historiador preocupado com as massas e a identidade da classe trabalhadora no contexto específico da industrialização”.

Dentre sua rica bibliografia, foi selecionada a coletânea de ensaios *Costumes em Comum*, de 1991, sua última publicação em vida. Abrangendo textos que vão de 1967 a 1991, *Costumes em Comum* apresenta uma excelente síntese da trajetória intelectual do autor, norteadas pelo tema da cultura popular dos trabalhadores ingleses do século XVIII. Para Thompson (1998, p. 13), a escolha do período é significativa, pois nele “[...] viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe.”

O século XVIII viu surgir os primeiros impulsos da Revolução Industrial, devido à criação da máquina à vapor e do tear mecânico. Mas seu uso não era disseminado a ponto de eliminar as formas tradicionais de trabalho e produção de imediato. “Muitas das disputas clássicas do início da Revolução Industrial diziam respeito tanto aos costumes como aos salários e condições de trabalho” (THOMPSON, 1998, p. 17).

O costume – que Duby (2011, p. 197) define como “[...] um código muito estrito, imperioso, embora não estivesse em parte alguma registrado” – e a tradição eram invocados pelos trabalhadores como forma de resistência à gradual transição de um modelo paternalista de sociedade para um modelo eminentemente capitalista.

Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei (THOMPSON, 1998, p. 15).



De fato, o costume tinha tal força que sua invocação “[...] com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito” (THOMPSON, 1998, p. 15). Essa característica da cultura popular é intrínseca ao período abordado, de forma que deve-se ter cuidado para evitar generalizações e paralelos elaborados de maneira acrítica. Segundo Thompson (1998, p. 21):

Ao examinarmos o comportamento das classes trabalhadoras no século XVIII, sentimos que é necessário “decodificá-lo” e decodificar suas formas de expressão simbólica, revelando as regras invisíveis, distintas daquelas que os historiadores dos movimentos operários subsequentes se habituaram a esperar.

Acima de tudo, Thompson rejeitava a ideia de cultura como algo homogêneo. Na perspectiva thompsoniana “seria preciso traçar as distinções entre as culturas das diferentes classes sociais, as culturas dos homens e das mulheres e as culturas das diferentes gerações que vivem na mesma sociedade” (BURKE, 2012, p. 23-24).

Para dar continuidade e aprofundamento ao estudo do pensamento de Thompson a respeito da pesquisa sobre a cultura popular, serão analisados a seguir dois de seus principais ensaios contidos em *Costumes em Comum: Patrícios e Plebeus* (1991) e *Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* (1971).

3.1. Patrícios e Plebeus

Ninguém é mais suscetível aos encantos da vida da *gentry* do que o historiador do século XVIII. Suas fontes principais estão nos arquivos da *gentry* ou da aristocracia. Talvez ele até encontre algumas de duas fontes ainda na sala de documentos de uma antiga propriedade rural. O historiador pode se identificar facilmente com suas fontes: ele se vê cavalcando atrás dos cães de caça, comparecendo a uma sessão trimestral do tribunal [...]. Os “trabalhadores pobres” não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta (THOMPSON, 1998, p. 26).

A citação acima traz de forma clara a postura de Thompson e o desafio enfrentado por ele diante de seu objeto de estudo: retratar a História “vista por baixo”, a partir do ponto de vista do homem comum, no caso específico, dos trabalhadores pobres do século XVIII. Por um lado, as fontes documentais foram, em sua grande parte, produzidas a partir da elite, por outro, os historiadores que as analisam de forma acrítica, deixam de perceber que elas constroem um retrato de uma realidade que, mesmo atraente, é



extremamente parcial. A “dura labuta” dos trabalhadores não possui o mesmo apelo, mas diz respeito a uma porção muito mais representativa da sociedade.

Em *Patrícios e Plebeus*, capítulo II de *Costumes em Comum*, Thompson explora as relações entre a *gentry* e os trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII. A *gentry* pode ser compreendida como uma classe intermediária entre a aristocracia e a burguesia – são proprietários de terras, que lhes provêm *status* e títulos, mas suas fortunas são oriundas do comércio, das finanças e da exploração “industrial” do campo (caso típico da lã e da fabricação de tecidos). Essa classe chega ao poder através da Revolução Gloriosa de 1688, e dilapidam o Estado – que se torna parasitário – com vendas de cargos e sinecuras, numa competição em que o dinheiro é o fator principal, e o poder político apenas uma ampliação das possibilidades de enriquecimento. Thompson constrói esse retrato da *gentry* utilizando de profunda análise historiográfica e fontes documentais, desconstruindo o conceito de paternalismo (um elemento, mas não o definidor de uma sociedade), e valendo-se de obras literárias do período para apresentar uma visão crítica dessa classe.

Por outro lado, os trabalhadores pobres foram um grupo bastante variado, ao menos do ponto de vista da *gentry*: “[...] miseráveis, pequenos fazendeiros, vigorosamente independentes, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesãos rurais e assim por diante” (THOMPSON, 1998, p. 26). Através das obras de Daniel Defoe e de relatos do período, inclusive de tribunais, Thompson percebe que os trabalhadores contestam os vínculos de submissão e dependência que a elite procura lhes impor, sendo por isso tratados como preguiçosos e desordeiros. Entre os pobres haviam os relativamente independentes, que ainda detinham uma parcela de posse da terra, mesmo com o cercamento das áreas comuns; os artesãos assalariados, que frequentavam os mercados e participavam da economia monetária; e os bandidos, salteadores e ladrões de gado, figuras frequentes nos processos criminais do final do século XVIII. Thompson afirma que o paternalismo e o clientelismo estavam em decadência no período, porém esclarece que:

Se continua por todo o século a queixa de que os pobres eram indisciplinados, criminosos, inclinados ao tumulto e ao motim, nunca se tem a impressão, antes da Revolução Francesa, de que os governantes da Inglaterra imaginassem que toda sua ordem social estivesse em perigo. A insubordinação dos pobres era uma inconveniência, não uma ameaça. Os estilos de política, de arquitetura, a retórica da *gentry* e suas artes decorativas, tudo parece proclamar a estabilidade, a autoconfiança, o hábito de contornar todas as ameaças à sua hegemonia (THOMPSON, 1998, p. 45).



A partir desse trecho percebe-se que o autor usa o próprio cenário inglês como fonte, observando não apenas o discurso político, mas a arquitetura e as artes como forma de expressão do poderio da *gentry* no século XVIII. Os membros desta classe gostavam de ver a si mesmos como benfeitores dos pobres, aos quais proviam assistência ocasionalmente de modo calculado em busca de deferência; seu distanciamento dos homens e mulheres comuns era, contudo, tão grande, que não havia como os elementos “afetivos” do paternalismo se instaurarem. Mesmo a Igreja Anglicana da época, de tão ligada ao aparelho estatal, distancia-se do povo. A cultura popular que se manifesta na época tem pouco de religiosa, é um folclore de músicas, danças e festas nascidos nas tavernas das cidades e vilas inglesas. Para resgatar essa forte cultura popular, que ignora a cultura da *gentry*, Thompson usa trechos de versos e baladas do período, além de relatos de jornais e depoimentos jurídicos.

Foram muitos os motins e rebeliões populares no século XVIII na Inglaterra, mas Thompson, resistindo ao marxismo ortodoxo, não define o conflito *gentry* x plebeus nos termos clássicos da luta de classes, ainda que preserve sua essência:

Ao analisar as relações *gentry*-plebeus, descobre-se menos uma batalha encarniçada e inflexível entre antagonistas sociais irreconciliáveis que um “campo de força” societal. [...] para muitos objetivos, a multidão se aglomerava num polo, a aristocracia e a *gentry* no outro, e até o final do século os grupos profissionais e comerciais estavam ligados por linhas de dependência magnética aos governantes ou, de vez em quando, escondiam a face na ação comum junto à multidão (THOMPSON, 1998, 69).

O autor britânico critica a visão de que a existência de uma classe ou grupo dominante implique no controle de todos os aspectos da experiência dos grupos subordinados, demonstrando a existência de cultura e formas de pensar e agir próprias dos trabalhadores pobres ingleses do século XVIII, ainda que inseridos num contexto de dominação político-econômica. Além disso, a polarização entre “Patrícios e Plebeus” só pode ser entendida em face do discurso elitista de uma “sociedade de uma classe só”, especialmente no meio rural, mas não deve ser utilizada como uma descrição absoluta das tensões sociais inglesas dos oitocentos. Havia outros grupos, especialmente uma camada média urbana que ganha força no final do século.

Desta forma, percebe-se que o estudo dos homens comuns, ainda que uma tarefa difícil pode e deve ser realizada, pois nas entrelinhas das canções, das disputas judiciais e da literatura, estas pessoas ganham voz. Thompson reconstrói magistralmente as



relações entre *gentry* e trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII, e demonstra que estes últimos eram detentores de cultura própria, ainda que não se reconhecessem de fato enquanto classe, fenômeno que só ocorrerá com a industrialização massificada no século XIX.

3.2. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII

Thompson inicia o capítulo IV de *Costumes em Comum*, intitulado *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, fazendo uma crítica aos historiadores que veem os motins e revoltas da população pobre da Inglaterra em tempos de fome e escassez pelo aspecto exclusivamente econômico. Para tais autores, as rebeliões nada mais eram do que a expressão da miséria dessa camada da população, que regia de forma instintiva e inconsciente às situações de carestia. Thompson se opõe afirmando causas mais profundas nestas manifestações populares, para ele:

É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência (THOMPSON, 1998, p. 152).

Para embasar seus argumentos o autor britânico utiliza de relatos da época, panfletos, tratados, decisões judiciais, disposições oficiais, jornais, trechos de legislação, canções, obras literárias, entre outros, além de profunda revisão historiográfica.

Thompson prossegue então com uma exaustiva análise dos tipos de pão produzidos e consumidos na Inglaterra do século XVIII e como sua produção e comércio eram regulamentados. Tal era a importância do pão para os trabalhadores ingleses que Thompson chega a afirmar que:

Assim como falamos do nexos monetário que emergiu com a Revolução Industrial, em certo sentido podemos falar do nexos do pão no século XVIII. O conflito entre o campo e a cidade era mediado pelo preço do pão. [...] no século XVIII, os trabalhadores mobilizavam-se e partiam para a ação por causa do aumento dos preços (THOMPSON, 1998, p. 153).

Na legislação e práticas do período percebe-se um modelo paternalista, que, apesar de constantemente burlado, regulamentava os mercados e os preços: eram proibidas



a venda por amostragem, os pobres deveriam ter prioridade na compra, todos os grãos deveriam ser expostos, o padeiro e o moleiro não deveriam obter lucro, etc. Em oposição a isto, antes mesmo da publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, princípios do *laissez-faire* começaram a ser aplicados pela economia política inglesa, quebrando o modelo tradicional, ou antes, validando as práticas antes consideradas condenáveis, como a venda antecipada. O fortalecimento do liberalismo econômico a partir da metade do século XVIII monetariza os diversos aspectos da produção e distribuição de grãos e cria a figura do intermediário, que atua entre o fazendeiro e o mercado.

[...] a multidão tirava a sua noção de legitimidade do modelo paternalista. Muitos fidalgos ainda se indignavam com o intermediário que para eles era um mercador não autorizado. Nos lugares em que os senhores das herdades conservavam os direitos do mercado, eles se ressentiam da perda de seus tributos mercantis [...]. Se eram senhores fazendeiros, que viam a farinha grossa ou fina ser negociada a preços desproporcionalmente elevados em relação ao que recebiam dos negociantes, eles se indignavam ainda mais com os lucros desses comerciantes comuns (THOMPSON, 1998, p. 165).

Fica evidente que a insatisfação que os trabalhadores pobres sentiam com as novas regras (ou falta delas) do mercado era compartilhada por membros de camadas sociais superiores, razão pela qual alguns magistrados chegaram a ser acusados de apoiar as rebeliões da multidão pelo aumento dos preços do trigo. O moleiro tornou-se uma figura odiosa, pois alguns moinhos ainda detinham privilégios senhoriais monopolistas sobre algumas aldeias, enquanto o padeiro, apesar de alvo de críticas e reclamações, era protegido da fúria da turba pela lei que regulava seus lucros. Thompson (1998) chega a resgatar de um jornal uma ameaça postada em praça pública contra os exportadores de grãos, vistos como traidores do próprio povo em busca de lucros.

A respeito das revoltas populares que se tornavam frequentes em tempos de crise, Thompson (1998, p. 180) afirma que: “[...] não há dúvida de que as ações eram aprovadas por um esmagador consenso popular. Havia uma convicção profundamente arraigada de que os preços *deviam ser* regulados em tempos de escassez, e de que o aproveitador se excluía da sociedade”.

Percebe-se, desta forma, a razão do título *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* (grifo nosso): as pessoas não reagiam apenas à fome, mas em defesa de uma série de princípios de bem comum que deveriam regular o mercado, derivado em parte de um modelo paternalista de dominação, mas profundamente entranhado no imaginário dos homens e mulheres comuns (e também em muitos não comuns). Somente



após as Guerras Napoleônicas e com o avanço da Industrialização é que essa percepção se transforma, ou ao menos deixa de mover as autoridades, que até o século XVIII por vezes intervinham em favor das multidões, com baixa e fixação dos preços do pão.

Thompson, através de uma reavaliação destas revoltas populares, conseguiu reconstruir parte do universo do trabalhador pobre do século XVIII na Inglaterra, demonstrando que suas manifestações, para além de suas causas superficiais, eram movimentos complexos que só podem ser compreendidos dentro da dinâmica socioeconômica do período; eram lutas por direitos tradicionais e princípios consagrados pela prática secular. Nas palavras do autor, “O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” (THOMPSON, 1998, p. 152). Desta forma, utilizando as fontes e uma extensa bibliografia de forma crítica, Thompson pôde devolver ao povo comum a condição de agente histórico.

4. ENTRE HEREGES ITALIANOS E PLEBEUS INGLESES

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural... Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (DE CERTEAU apud NUNES, 2011, p. 17).

Abordando períodos e sujeitos profundamente distintos – um moleiro italiano condenado pela Inquisição no fim do século XVI e os trabalhadores ingleses, especialmente rurais, do século XVIII – Ginzburg e Thompson possuem similaridades marcantes em suas abordagens.

A principal delas é a primazia das fontes. Ambos desvencilham-se do positivismo ingênuo que toma os documentos como veículos de uma verdade inquestionável, mas ao mesmo tempo não caem na armadilha de recorrer a modelos explicativos que ignoram as evidências em virtude de teorias pré-concebidas. Foram precursores, portanto, da afirmação de Ferreira e Franco (2009, p. 64) de que:

É a partir das fontes que os historiadores extraem os fatos que utilizarão para a escrita da História. Os fatos nunca são coisas dadas, mas o resultado de um diálogo entre o documento e seu leitor. Dependem das perguntas que o historiador propõe, dos elementos que tem para poder confrontar com outros fatos, do cruzamento com outras fontes.



As fontes utilizadas por eles são vastas. Ginzburg utilizou os processos inquisitoriais encontrados em Udine como ponto de partida, mas procedeu a uma pesquisa minuciosa de todos os livros que Menocchio leu, levantando dez obras, entre crônicas, poemas e tratados teológicos medievais. “Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 16).

Já Thompson, estudando um período onde a difusão da escrita e da imprensa já estava consolidada e a censura religiosa não era mais um fator, teve acesso a recortes de jornais, panfletos, obras científicas, almanaques, coletâneas de contos e canções, registros judiciais, entre outros. Mesmo utilizando fontes escritas, Thompson percebeu nelas um eco das tradições orais, uma vez que:

Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de “últimas palavras” e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções (THOMPSON, 1998, p. 18).

A despeito da diversidade de fontes, ambos as exploraram de forma similar, confrontando-as entre si, buscando contradições e discrepâncias e escavando a realidade oculta sob a formalidade da escrita. Ginzburg usou a imaginação para vislumbrar uma cultura oral camponesa através das fantasias de Menocchio, mas o fez sem perder de vista o que sabia de concreto. Thompson, por sua vez, resgatou um complexo sistema de valores e de reivindicações, onde outros autores apenas viam uma reação automática às penúrias enfrentadas pelos pobres ingleses.

Nenhum dos autores, todavia, poderia ter concluído suas obras sem o amparo de uma vasta bibliografia. São dezenas de notas e referências por capítulo, mostrando um grande domínio intelectual da produção acadêmica de sua época.

Finalmente, Thompson compartilha da compreensão de Ginzburg de que a cultura popular não é fechada em si mesmo, nem produto passivo das relações de dominação das classes superiores. O autor britânico compreende a cultura como algo dinâmico e em processo de constante conflito:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um



consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

5. CONCLUSÃO

O discurso historiográfico surge a partir das escolhas do pesquisador, das suas experiências e preferências; da sua sensibilidade ao enxergar as pistas deixadas pelas pegadas dos homens no tempo, ao observar fatos aparentemente insignificantes inseridos na realidade complexa, mas nem sempre perceptível em um primeiro momento (NUNES, 2011, p. 18).

O desenvolvimento da pesquisa histórica produziu uma série de modelos, técnicas e temas de pesquisa. A princípio detendo-se nos grandes líderes e nos eventos político-militares, a História passou a ocupar-se com preocupações mais abrangentes: a sociedade, a economia e, por fim, a cultura. Neste rico campo de debates, de constante disputa, fazem-se questionamentos sobre as relações de classe, sobre os processos de diferenciação e sobre a forma como homens e mulheres compreendem a si próprios e ao mundo em que vivem.

Ao abordar o tema da cultura popular, por exemplo, surgem diversas indagações: De que forma é possível compreender os conflitos existentes dentro de uma mesma cultura? Como diferenciar aquilo que é imposto às classes subalternas pelas classes dominantes daquilo que é de sua produção? Para tentar responder a estes e outros questionamentos, foram utilizadas as obras de Carlo Ginzburg e E.P. Thompson.

Ginzburg e Thompson são, sem sombra de dúvida, dois dos maiores nomes da historiografia europeia do século XX, e suas contribuições para a pesquisa histórica sobre a cultura popular nas sociedades pré-industriais são imensas. Ronaldo Vainfas chega a elencá-los entre as três maneiras de tratar a História Cultural:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural [...].
2. A história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa – particularmente os conceitos de representação e apropriação expostos em seus estudos [...].
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das “classes populares” na Inglaterra do século XVIII (VAINFAS, 1997, p. 120).

Duas obras destes consagrados autores foram elecandas para os propósitos deste trabalho: *O Queijo e os Vermes* (1976), de Ginzburg, e *Costumes em Comum* (1991), de Thompson.



O Queijo e os Vermes, livro que se tornou clássico da micro-história, trata do processo inquisitorial contra moleiro Menocchio na Itália do século XVI, e busca reconstituir sua visão de mundo, suas leituras e a cultura camponesa na qual estava inserido. *Costumes em Comum*, por sua vez, é uma coletânea de artigos sobre a cultura popular tradicional dos trabalhadores ingleses do século XVIII, dos quais destacamos *Patrícios e Plebeus* e *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*.

No que pesem suas diferenças de período e local, *O Queijo e os Vermes* e *Costumes em Comum* demonstram diversas similaridades, em especial na forma como seus autores travam um diálogo profundo com as fontes para resgatar uma cultura popular que deixou poucos rastros.

Ao romper com os paradigmas que dominavam a produção histórica, especialmente na década de 1970, Carlo Ginzburg e Edward Thompson demonstraram que, através de pesquisa minuciosa, da análise crítica das fontes e de respaldo bibliográfico, é possível, com uma boa dose de imaginação e bom senso, dar voz aos homens e mulheres comuns do passado.



REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **O Que É História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Conhecimento: Uma Abordagem Epistemológica. In: _____; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19.
- DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: _____. **Idade Média, Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 195-205.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: Reflexão e Ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: _____ (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.
- NUNES, Daniela. Pesquisa Historiográfica: Desafios e Caminhos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 2, n. 5, p.15-25, jun. 2011.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____ (orgs.). **Domínios da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 102-128.
- _____. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____ (orgs.). **Domínios da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 336-342.



**A ONDA MAIS CONFUSA:
Identidade Neopentecostal e seu caráter histórico.**

Aurelina Fernanda de Andrade Morais¹
Pedro André de Sousa Peixoto²

Resumo

O presente trabalho faz uma análise dos elementos que identificam o Neopentecostalismo brasileiro. O fenômeno é analisado à luz da ciência histórica, com sua ótica e métodos próprios. Esta se utiliza das produções da Sociologia e da Teologia que caracterizam o fenômeno a partir de seus âmbitos e linguagens. A primeira seguindo metodologia científica e a segunda usando uma linguagem comum ao universo do tema. De início é feita uma síntese histórica do Neopentecostalismo que o situa temporalmente como a terceira onda, ou terceiro período do Pentecostalismo brasileiro. Em seguida são trazidas suas características sociológicas de modo problematizado, como seu potencial sincrético de adaptação e diálogo com a cultura popular brasileira. Em seguida são trazidas características teológicas para identificar o movimento, a partir do contraste entre o pensamento ou Teologia geral do Protestantismo e o pensamento ou Teologia geral neopentecostal brasileira. Notou-se que o Neopentecostalismo possui um elemento identitário de caráter histórico, ele é o ápice do processo de distanciamento do pensamento protestante, sendo essencialmente heterodoxo. Por fim, as características históricas-teológicas se somam às da Sociologia, concordando com estas e contribuindo para uma melhor compreensão do Neopentecostalismo brasileiro.

Palavras-chaves: Neopentecostalismo; Cultura Popular brasileira; Ortodoxia e Heterodoxia.

**THE MOST CONFUSED WAVE:
Neopentecostal identity and its historical character.**

Abstract

This paper analyzes the elements that identify Brazilian Neopentecostalism. The phenomenon is analyzed in the light of historical science, with its own optics and methods. This is used of the productions of Sociology and Theology that characterize the phenomenon from its scopes and languages. The first followed scientific methodology and the second using a language common to the universe of the theme. At the outset a historical synthesis of Neopentecostalism is made, which temporarily situates it as the third wave, or third period of Brazilian Pentecostalism. Then their sociological characteristics are brought in a problematized way, as their syncretic potential of adaptation and dialogue with Brazilian popular culture. Then theological characteristics are brought to identify the movement, from the contrast between the thought or general theology of Protestantism and the thought or general neo-Pentecostal Brazilian theology. It was noted that Neopentecostalism has an identity element of historical character, it is the apex of the process of distancing Protestant thought, being essentially heterodox. Finally, the historical-theological characteristics are added to those of Sociology, agreeing with them and contributing to a better understanding of Brazilian Neopentecostalism.

Keywords: Neopentecostalism; Brazilian Popular Culture; Orthodoxy and Heterodoxy.

¹ Pedagoga do Instituto Federal da Bahia – IFBA. Especialista em Psicopedagogia Clínico Institucional pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. E-mail: aurelinaf@gmail.com. (75) 992049670

² Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: pedroaspeixoto92@gmail.com. (75) 988429388



1. Introdução

O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil, a muito chama atenção de religiosos, acadêmicos e do público em geral. Desde seu início a partir do limiar da década de 1970, por meio de igrejas como a Universal do Reino de Deus, o movimento neopentecostal é alvo de olhares curiosos, críticos e mesmo assustados com o vertiginoso sucesso das igrejas enquadradas nesse movimento. Ainda hoje, quando possibilidades como a desaceleração do movimento por conta do longo período de prosperidade deste eram possíveis, ainda se observa a ascensão de denominações como a Igreja Mundial do Poder de Deus (1998), liderada pelo apóstolo Valdomiro Santiago e a Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus (2006), liderada pelo também apóstolo Agenor Duque e sua esposa, a bispa Ingrid Duque.

Diante do atual cenário de continuidade do vigor do Neopentecostalismo, percebemos a necessidade de se prosseguir com os estudos acadêmicos sobre esse fenômeno social próprio do Evangelicalismo brasileiro. Muito já foi produzido sobre o movimento, e todo esse arcabouço de conhecimento é de fato útil, todavia, devido à natureza mutacional do Neopentecostalismo e de seu potencial criativo, faz-se necessária uma atualização e um desenvolvimento da análise do referido movimento.

Com o intuito de contribuir com os estudos sobre o Neopentecostalismo, foi produzida uma análise de seus elementos identitários. A partir da natureza da disciplina de História, as abordagens sociológicas e teológicas são trazidas de modo a expressar a historicidade das características elencadas por ambas, em que os elementos identitários apontados pelas referidas disciplinas, como próprios do Neopentecostalismo não são vistos de modo estático e desconexo historicamente, não que essas disciplinas os tratem assim, mas para fazê-lo adequadamente devem recorrer à ciência histórica. Os elementos identitários, na realidade, são tratados de modo a inseri-los num contexto histórico adequado, são vistos como frutos de um processo e dotados de atributos históricos, como por exemplo, serem possuírem dos vieses de ruptura e continuidade diante de seus respectivos contextos.

Assim, é feita uma síntese histórica do movimento, em seguida são trazidas suas características sociológicas de modo problematizado. Em seguida são apresentados mais elementos identitários do movimento trazidos pela Teologia, que no fim irão se somar e coadunar com os elementos sociológicos.



2. Panorama histórico

Antônio Mendonça propõe uma divisão na História do Protestantismo no Brasil em quatro períodos, cada um com suas características gerais que os marcam. O último desses é chamado de período de repressão e isolacionismo das Igrejas, de 1962 a 1983. É nesse período que emerge o Neopentecostalismo no Brasil, em fins da década de 1970 e início de 1980 (MENDONÇA, 2005, 52). O Neopentecostalismo também se enquadra numa periodização da história religiosa brasileira ainda mais bem estabelecida. Dentro da História do movimento pentecostal brasileiro, que foi dividido em três etapas, ou as três ondas do Pentecostalismo como estabeleceu o sociólogo Paul Freston (MORAES, 2010, p.2).

A primeira onda do movimento pentecostal brasileiro se inicia na década de 1910 com o surgimento da Igreja Assembleia de Deus - AD em 1906, no estado do Pará e da Igreja Congregação Cristã no Brasil em 1910. Dentre outras características destacamos a ênfase dada à glossolalia³ como marca do recebimento da segunda benção, o batismo com o (ou no, ou do) Espírito Santo. Esse, o batismo no Espírito Santo é marca primordial da origem do movimento pentecostal (MATOS, 2006, p.32).

A segunda onda do movimento pentecostal brasileiro se dá na década de 1950. É marcada pela criação, em nosso país, da Igreja do Evangelho Quadrangular - IEQ em 1951, esta importada dos EUA para o Brasil. Quadrangular por tratar a Cristo como aquele que salva, cura, batiza com o Espírito Santo e virá outra vez.⁴ O elemento enfatizado da segunda onda é o dom de cura, que se popularizou no país através da Cruzada Nacional de Evangelização promovida pela IEQ. As Cruzadas (grandes comícios itinerantes) ajudaram na expansão da denominação e de seus costumes para as outras igrejas (MATOS, 2006, p.43). É importante citar também a emersão do movimento carismático⁵ como mais uma característica importante da segunda onda pentecostal (MATOS, 2006, p.34).

Finalmente, a terceira onda do movimento pentecostal brasileiro se dá em fins da década de 1970 e início de 1980, marcando seu início pela criação da Igreja Universal do

³ O falar em línguas estranhas, baseado no livro de 1º Coríntios capítulos 12 e 14 do apóstolo Paulo.

⁴ Essa obra abrangente e completa de Cristo é chamada de Evangelho Pleno, apontando para uma plenitude de benefícios que vão além da salvação eterna (MATOS, 2006, p.37).

⁵ O movimento carismático, também chamado de Renovação espiritual trouxe, entre outras coisas, mais dinâmica à liturgia cúltaica, atingindo denominações tidas como tradicionais no meio evangélico. O movimento invadiu e cresceu também na Igreja Católica (MATOS, 2006, p.24).



Reino de Deus - IURD (1977) pelo bispo Edir Macedo, além de outras como a Igreja Internacional da Graça de Deus (1982) por Romildo R. Soares. A terceira onda pentecostal é denominada majoritariamente de Neopentecostalismo⁶ e é caracterizada de variadas maneiras, a partir de diferentes perspectivas de estudo, especialmente da histórica, sociológica e teológica, a depender do lugar epistêmico do pesquisador. Assim temos, naturalmente, que os instrumentos das Ciências Sociais para pesquisa do tema serão a Sociologia em diálogo interdisciplinar com a História e Antropologia, geralmente deixando de lado a Teologia como instrumento de interpretação do referido objeto de estudo, devido ao seu caráter transcendental.

3. O olhar sociológico

O Sociólogo Ricardo Mariano, estudioso do Evangelicalismo brasileiro, assinala:

para ser enquadrada como neopentecostal, portanto, uma igreja fundada a partir de meados da década de 70 deve apresentar as características teológicas e comportamentais distintivas dessa corrente. Quanto mais próxima dessas características estiver, tanto mais adequado será classificá-la como neopentecostal. Isto é, quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tendente a investir em atividades extra-igreja (empresariais, políticas, culturais, assistenciais), sobretudo naquelas tradicionalmente rejeitadas ou reprovadas pelo pentecostalismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja estará do espírito, do *ethos* e do modo de ser das componentes da vertente neopentecostal (MARIANO, 1995, p.37 *apud*: MORAES, 2010, p.2).

Todavia, a caracterização da terceira onda pentecostal brasileira, não está satisfatoriamente definida para as Ciências Sociais, nem mesmo para a Teologia. Aparentemente, consolidada mesmo é a visão de que suas caracterizações identitárias, são atualmente insuficientes, mesmo anacrônicas e problemáticas, tanto para a Teologia, quanto para as Ciências Sociais (MORAES, 2010, p.3), (MATOS, 2006, p.44). Devido a essa situação, o próprio estudo do movimento é alvo do trabalho crítico da problematização, característico dos estudos atuais nas Ciências Humanas.

A pesquisa sociológica, ao buscar explicações sobre o sucesso do movimento pentecostal no país, que desde o período da segunda onda assumiu a primazia na

⁶ O termo Neopentecostalismo é alvo de críticas quanto as suas deficiências em apontar o movimento mais adequadamente. Outros termos são propostos como pós-pentecostalismo por Paulo Siepierski e Transpentecostalismo por Gerson Moraes.



influência construtora da cultura evangélica brasileira, aponta algumas de suas características. Sua capacidade de adequação e realização de trocas com a cultura nacional, seu caráter místico, anti-intelectual, adentraram naturalmente na população brasileira na segunda metade do século XX e início do XXI. Essas características são apontadas por Bourdieu para retratar a religiosidade no *habitus* das massas, no âmbito popular, não elitizado, feiticeiro, ao trabalhar o Campo Religioso (BOURDIEU, 2007, p.27-78).

As influências dos costumes Pentecostais adentraram também as portas das Igrejas protestantes históricas como a Presbiteriana, a Batista, a Metodista, etc. em especial durante a segunda onda, por meio do movimento de renovação carismático, característico desta etapa do Pentecostalismo. Verdadeiras cisões foram causadas pela influência pentecostal nessas Igrejas, o que gerou novas denominações como a Igreja Presbiteriana Renovada (1975), a Convenção Batista Nacional (1965) etc.⁷ Mesmo quando não ocorreram cisões nas Igrejas históricas, ainda houve a assimilação de hábitos pentecostais por parte dos membros das referidas Igrejas. Todas as características elencadas até o momento foram enquadradas tanto como próprias do Neopentecostalismo, quanto do Pentecostalismo em geral, demonstrando a realidade do problema da construção identitária da terceira onda.

4. O olhar teológico

Alderi Matos, historiador da Igreja Presbiteriana (IPB) aponta que um traço marcante do Neopentecostalismo em um olhar teológico é o trinômio cura-exorcismo-prosperidade, em que prosperidade, especialmente a financeira, é uma ênfase distintiva da terceira onda diante das anteriores (2006, p.45). Contudo, a presente análise não se situa nessa enumeração de características, porém irá mais a fundo traçando um percurso histórico de mudança teológica do Protestantismo.

Diante da atual situação da pesquisa sobre o Neopentecostalismo, do desafio de identifica-lo e caracteriza-lo em seus elementos distintivos, empreendemos uma leitura histórica da produção teológica sobre nosso objeto, essa dotada de linguagem própria e

⁷ Um exemplo que retrata divisão em denominações históricas para o surgimento de Igrejas renovadas, fruto do movimento carismático é o trabalho de Sérgio Gini: **Conflitos no Campo Protestante: o movimento carismático e o surgimento da Igreja Presbiteriana Renovada (1965-1975)**. Trabalho disponível em: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010 - ISSN 1983-2850.



próxima do movimento. A leitura da produção teológica sobre o movimento propicia encontrarmos mais elementos indenitários, que se somam e condizem com os trazidos pela Sociologia, fortalecendo sua compreensão.

Levando em conta os caracteres de continuidade e descontinuidade da História, analisamos o Neopentecostalismo por meio da comparação com a Teologia geral construída pelo Protestantismo que se estabeleceu como ponto comum deste, como ortodoxia básica (PEIXOTO, 2018). Lembrando novamente que essa leitura deve considerar as distâncias e proximidades do longo desenrolar histórico do Protestantismo e seu pensamento característico para que não se caia nas armadilhas do anacronismo.⁸

Ao longo da História do Cristianismo podemos perceber um pressuposto inicial próprio da Teologia cristã que a explica e a direciona, algo dotado de valor axiomático: trata-se da opção inicial entre o Monergismo ou Sinergismo. Quanto ao Monergismo, este se refere à unicidade da parte de Deus na obra de salvação do homem, em outras palavras: somente Deus trabalha na salvação do homem pecador, implicando dizer que o homem não faz absolutamente nada para poder salvar-se. Já o Sinergismo se trata da ação em conjunto de Deus e do homem na obra de salvação deste último, em outras palavras: a salvação do homem pecador é resultado do trabalho de Deus e do homem, em que cada um faz sua parte. O Monergismo e o Sinergismo ultrapassam o âmbito da Soteriologia (doutrina da salvação) perpassando todas as doutrinas da Teologia cristã e seu entendimento sobre a vida das pessoas, tudo o que elas fazem em seu relacionamento com Deus, atingindo também quaisquer outras instâncias públicas e privadas, como a política, economia, cultura etc. (DEYOUNG, 2011).

Podemos dizer que a Reforma Protestante do século XVI foi o caminhar de parte da Cristandade ocidental, do Sinergismo (componente do eixo axiomático e do currículo oculto do corpo doutrinário da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR) rumo ao Monergismo.⁹ Esse Monergismo está presente como maior influenciador oculto do grande estandarte da Reforma, o seu símbolo magno e que melhor a caracteriza: os cinco *solas* da Reforma protestante. Esses *solas* sintetizam as ideias do movimento defendidas

⁸ A utilização da comparação entre fenômenos similares quanto à sua natureza temática, mas distintos quanto ao tempo e contexto histórico, não é novidade na disciplina de História. Temos como exemplo a leitura da escravidão negra moderna estadunidense como elemento comparativo usado para explicar a escravidão na Roma antiga, empreendida pelo historiador Aldo Schiavone em: Uma História Repensada: Roma Antiga e Ocidente Moderno. Nosso empreendimento é mais próximo, simples e seguro que o de Schiavone.

⁹ A autoridade da Tradição e da Santa Igreja como em pé de igualdade com a Bíblia no Catolicismo demonstram sua postura sinergista.



à época: *Sola Scriptura* (Somente a Escritura), *Sola Gratia* (Somente a Graça), *Sola Fide* (Somente a Fé), *Solus Christus* (Somente Cristo), *Soli Deo Glória* (Glória Somente a Deus). Por exemplo: o chamado resgate da doutrina da graça, como esboçada por Agostinho de Hipona no século V, que embasou o combate às indulgências católicas está embasado no *sola gratia*, que por sinal é conectado logicamente com os outros, estando também ancorados no pressuposto monergista.

Percebemos que o pensamento ou a Teologia geral neopentecostal esboçada por suas denominações é o ápice da caminhada histórica do Protestantismo, de seu caráter inclinado ao Monergismo rumo ao Sinergismo. Esse percurso histórico é construído lentamente, deixando claro seu caráter de continuidade e descontinuidade. O percurso tem momentos importantes, tais como o surgimento do Arminianismo (doutrina sinergista antagônica ao Calvinismo monergista) no século XVII (PEIXOTO, 2018, p.7); o movimento wesleyano do século XVIII e sua ênfase na santidade, nesse período o Calvinismo monergista entra em declínio e cai no ostracismo pelos próximos 250 anos, voltando a crescer somente no fim da década de 2000 (PEIXOTO, 2018); o movimento de santidade estadunidense *holiness* do século XIX; até a ascensão do Pentecostalismo no início do século XX (MATOS, 2006, p.23). Desse modo, percebemos que a caminhada rumo ao Sinergismo é o grande processo de mutação do Protestantismo, é por conseguinte sua mortificação. Assim, o Neopentecostalismo é a figura de sua morte.

O teólogo e pastor reformado brasileiro Renato Vargens, em seu livro **Reforma Agora**: o antídoto para a confusão evangélica no Brasil, faz uma leitura do Evangelicalismo brasileiro atual, este predominantemente influenciado pelo Neopentecostalismo, à luz dos 5 *solas* da reforma protestante. Vargens aponta um distanciamento da práxis evangélicas nacionais quanto aos 5 *solas* que caracterizam o Protestantismo. Tomamos como úteis o uso desses elementos teológicos para, por meio da comparação, apreendermos características históricas do Neopentecostalismo.¹⁰ Dessa maneira, trabalhamos tanto com a História do tempo presente, como também consideramos o processo de longa duração no qual a terceira onda está inserida. Realizamos assim, o diálogo presente/passado/presente próprio da ciência histórica.

¹⁰ É digno de nota que o trabalho com os conceitos de Monergismo e Sinergismo, não estão presentes na obra de Vargens, possuindo aqui, até onde se saiba, caráter original e inédito em seu uso e interpretação para os estudos de nossa temática.



Olhemos o *Sola Scriptura*, ideia de que a Bíblia é a maior autoridade das práxis cristãs, ela é a última palavra para resolver qualquer querela na Igreja, isso pois somente ela plenamente é a Palavra inspirada por Deus. O papa, os líderes, a tradição e a Igreja tem autoridade de *norma normanda* (norma determinada) estando abaixo da suprema autoridade da Palavra *norma normata* (norma determinante). A escritura sagrada, enquanto inspirada pela Divindade também é suficiente para apresentar toda a verdade necessária à vida de relacionamento do homem com Deus, não havendo mais nenhuma comunicação especial revelada após a escrita da Bíblia. Contrariamente ao *Sola Scriptura*, o pensamento neopentecostal acredita na existência e atual vigência de outras formas de Deus se comunicar com seus fiéis, como por revelações em sonhos, êxtases, profecias etc. Crê que se deve buscar esse tipo de comunicação com a Divindade e não através da graça somente, mas pela diligência meritória. Essa maneira de se relacionar com a Divindade se mostra heterodoxa em relação à ideia protestante, discordando da suficiência da escritura na comunicação especial entre Deus e o homem (VARGENS, 2013, p.27-48). Além do mais, essa posição caminha para umas práxis sinergista de relacionamento com Deus. O homem sai de uma postura passiva, de mero leitor da Bíblia na comunicação com a Divindade e assume uma postura mais ativa e necessária, além de meritória numa comunicação direta, dialogada, mística.

Olhemos agora para o *Sola Gratia*. Esse princípio aponta para a ideia de que toda dádiva ou benesse direcionada aos homens, em especial a salvação, mas também qualquer outro benefício a qualquer pessoa, boa ou ruim, seja a saúde, a prosperidade, a força, a sorte, seja o que for de bom, isso é dado gratuitamente por Deus, sem Este ter sido motivado por nada de bom que o homem tenha feito anteriormente. Sendo assim, essencialmente, não existe nenhuma recompensa vinda da Divindade, por um bom serviço feito por alguém. As bênçãos não são consequência das boas ações humanas, antes são a causa das boas ações. Diferente é a ideia nutrida pelo Neopentecostalismo, essa se parece mais com a visão católica, arraigada na mentalidade brasileira, expressa em “quem faz o bem é recompensado com coisas boas e quem faz o mal é amaldiçoado com coisas ruins”. Existe um caráter meritório no relacionamento com a Divindade, em que Esta beneficia os homens a depender de suas boas obras, criando-se uma prática de barganha nesse relacionamento. Coisa que é comum em igrejas neopentecostais, que fazem programas de promessas de fidelidade por parte do crente para reivindicar bênçãos, como jejum em troca de cura da depressão, dízimo por emprego, etc. (VARGENS, 2013, p.49-62). O pensamento meritório e de barganha neopentecostal é diametralmente oposto à



ideia expressa pelo *sola gratia* protestante, fazendo-se heterodoxa, além de apontar para o caminhar do Monergismo em direção ao Sinergismo.

Ao trazermos o *Sola Fide* devemos ter em mente a ideia ortodoxa do termo: Trata-se de um antagonismo às boas obras enquanto eficientes para a salvação da pessoa. O elemento fé se põe então, como negação dessa ideia. Desse modo, a fé é o elemento que representa a ação de Deus em contraste com as boas obras pretenciosas que representam a ação do homem, essas são realizadas com o intuito de requererem uma recompensa de Deus, especificamente a salvação eterna. No *sola fide* as boas obras somente são legítimas se vistas como consequência da fé, e como conduzidas pelo próprio Deus, mas nunca objetivando o merecimento da salvação. Mais uma vez o Neopentecostalismo apresenta divergência em relação ao pensamento primordial do Protestantismo, agora no quesito fé. A doutrina do movimento crê que as boas obras são necessárias para completar a obra de salvação (sua ideia de santificação pessoal), e que a salvação pode ser perdida por ser fruto do trabalho sinérgico de Deus e do homem (VARGENS, 2013, p.63-72). Como já posto, as boas obras fazem parte do pensamento neopentecostal como necessárias não somente à salvação, mas em toda a relação do homem com a Divindade se constituindo como uma visão essencialmente sinergista.

Quanto ao *Solus Christus*, tem-se basicamente que somente Jesus Cristo é o mediador e capaz de possibilitar um relacionamento entre a Divindade e os seus filhos (somente aqueles que creem no Cristo como Deus-Homem e seu Salvador pessoal)¹¹. O Cristo inclusive é apresentado corretamente somente por meio da Escritura (*Sola Scriptura*). É necessário também trazer uma questão constituinte desse *Sola*: de acordo com o corpo doutrinário ortodoxo do Protestantismo, a Pessoa da Trindade que deve ser enfatizada no relacionamento do Deus Trino com os homens é justamente o Cristo, segunda pessoa da Trindade. Mais uma vez o Neopentecostalismo apresenta divergência significativa quanto ao referido *Sola*. Nesse movimento existe uma ênfase dada ao relacionamento com a terceira pessoa da Trindade: o Espírito Santo. Há portanto, uma postura heterodoxa em relação à chamada economia da Trindade¹². A ênfase na necessidade de um relacionamento mágico com o Espírito Santo aponta uma postura mística, própria do movimento e que conduzirá por fim à práticas variadas como o emocionalismo com gemidos, glossolalia, gritaria, transes, desmaios, rodopios etc. Ainda,

¹¹ Como exposto na Bíblia, no Evangelho de João 1: 12.

¹² Estudo da organização das funções de cada pessoa da Trindade. Exemplo: Na obra redentora, o Pai decide, o Filho executa e o Espírito Santo aplica nos crentes a salvação eterna.



ao considerar o trabalho do homem como conjuntamente necessário à sua salvação, é limitado o trabalho do Cristo em relação à visão do Somente Cristo trabalha na salvação (VARGENS, 2013, p.73-86). Em mais esse aspecto o Neopentecostalismo se volta contra o Monergismo, construindo uma ideia sinergista.

Por fim, trazemos o *Soli Deo Glória* (Glória Somente a Deus) que é tanto causa como consequência dos outros *solas*. Enquanto consequência, o *sola* conclui que se Deus é o grande agente ativo no relacionamento com o homem e em sua salvação eterna, os louros da vitória, as congratulações pelo sucesso dessa obra, e em todos os outros âmbitos existentes são devidos somente a Deus. Enquanto causa, tem-se que a história da redenção do homem se dá somente através da ação de Deus, justamente para que a Glória seja somente Dele. Além disso, sua glorificação é a causa final para a existência do espaço tempo, dos seres, da história, e de tudo o que há. A teologia neopentecostal se distancia do último *sola*, pois entende que as pessoas são participantes necessárias em sua salvação, e suas obras podem direcionar as ações da Divindade, logo são possuidoras de méritos, juntamente com Deus (VARGENS, 2013, p.87).

O último *sola*, ao apresentar a causa final de todas as coisas, é o que mais claramente evidencia a realidade do Monergismo enquanto pressuposto necessário para a elaboração e compreensão dos 5 *solas*. Isso porque, o termo *sola* (somente) atinge seu ápice ao separar somente a Deus na história da humanidade e excluir o Homem de “sua” própria história quanto a qualquer reconhecimento, merecimento ou glória pelas vitórias ou benesses da vida, em especial pela vitória máxima e final, a salvação.

Na conclusão de nossa ideia, percebemos que o Neopentecostalismo é plenamente um não possuidor de um elemento essencial da identidade Protestante, a saber, o pressuposto do Monergismo na relação do homem com a Divindade. No movimento da terceira onda não se observa, nem ao menos em parte como é comum mesmo nas mentes dos membros das Igrejas históricas, a existência do pressuposto monergista. Antes, se vê explicitamente uma noção plenamente sinergista do relacionamento Deus/homem. Mais uma vez, concluímos que o Neopentecostalismo não contém em seu corpo doutrinário qualquer ligação com o pressuposto monergista do Protestantismo, quanto ao seu pensamento acerca da história da humanidade, do relacionamento do homem com Deus e da salvação. Finalmente, podemos entender que o total distanciamento das 5 *solas* e a conseqüente plena ausência do pressuposto monergista no pensamento neopentecostal é objetivamente um elemento identitário histórico distintivo da terceira onda em relação às duas anteriores, bem como em relação ao que se entende por Protestantismo. Esse



elemento identitário não possui somente um caráter imediato, mas é fruto de um processo histórico lento e conflituoso que atinge seu ápice em nosso fenômeno, o Neopentecostalismo.

5. Considerações finais

Ao realizar uma breve análise do Neopentecostalismo brasileiro, o presente trabalho, de início traçou sinteticamente, um panorama histórico do fenômeno a fim de situá-lo historicamente e espacialmente. Para isso, nos utilizamos da ideia já bem estabelecida de Paul Freston da analogia com as ondas, para dividir temporalmente e representar os mais importantes movimentos internos dentro do Pentecostalismo nacional, a saber, as três ondas pentecostais no Brasil. O foco da análise é a terceira e última onda, iniciada em fins da década de 1970 e início de 1980 com a criação de denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus pelo bispo Edir Macedo.

Apresentamos elementos próprios do Neopentecostalismo, com o objetivo de caracterizá-lo. Esses foram trazidos por meio de uma leitura histórica das produções sociológica e teológica. Sociologicamente, apontou-se para a tendência do Neopentecostalismo a ser menos sectário e ascético, a ser mais liberal, ser dotado de potencial sincrético de adaptação à cultura popular brasileira, de ser místico, anti-intelectual, fluido, explicitando um relacionamento clientelista de troca entre os fiéis e Deus. Apresentamos as dificuldades enfrentadas pelas Ciências Sociais em classificar os elementos identitários da terceira onda por se confundirem com as anteriores. Essa situação apontou para uma característica essencialmente histórica de nosso objeto de estudo: a peculiaridade de ter sintetizado e potencializado as características das ondas anteriores, de ser o exagero, a caricaturização do Pentecostalismo.

Teologicamente, foi trazido como elemento próprio do Neopentecostalismo o trinômio cura-exorcismo-prosperidade, em que prosperidade, especialmente a financeira, é uma ênfase distintiva da terceira onda diante das anteriores. Fomos mais a fundo traçando um trajeto histórico de mudança teológica do Protestantismo. Ao observarmos o pensamento ou Teologia geral do Protestantismo, ilustrado pelos *5 solas*, notamos seu caráter de tender ao Monergismo. Ao compararmos esse pensamento com a Teologia geral do Neopentecostalismo, percebemos que esta última é essencialmente sinergista, sendo então substancialmente contrária à doutrina protestante. Concluímos que o Neopentecostalismo é o ápice do lento movimento histórico de mutação e morte do



pensamento protestante. As conclusões da análise histórica dos elementos identitários sociológicos e teológicos concordam em conceber o Neopentecostalismo como ápice das ondas anteriores, como exagero, caricaturização, em outras palavras, o ápice de um movimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso *in: A Economia das Trocas Simbólicas*. 1ª reimpr. da 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CALVINO, João. **A Instituição da Religião Cristã**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DEYOUNG, Kevin. **A santificação é Monergística ou Sinergista? Uma análise reformada**. Tradução: Henderson Fonteneles. Disponível *In: <https://www.thegospelcoalition.org/blogs/kevin-deyoung/is-sanctification-monergistic-or-synergistic-a-reformed-survey/>*. Visualizado em 22/02/2018.

HANKO, Herman C. **Reavivamento da Rua Azuza e Pentecostalismo**. *The Standard Bearer*, Volume 83, Issue 3, Novembro de 2006. Traduzido por Felipe Sabino, disponível em: Monergismo.com.

MATOS, Alderi Souza. **O MOVIMENTO PENTECOSTAL: REFLEXÕES A PROPÓSITO DO SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO** *in: FIDES REFORMATATA XI*, Nº 2, p. 23-50, 2006.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas**. *REVISTA USP*, São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro 2005.

MORAES, Gerson Leite. **Neopentecostalismo - um conceito obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro** *in: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p. 1-19, junho 2010.

PEIXOTO, Pedro. SILVA, Sheyla. **Ventos antigos sopram no Brasil recente: a expansão do Novo Calvinismo entre evangélicos brasileiros por meio da Internet (2008-2017)**. 2018.

VARGENS, Renato. **Reforma Agora: O antídoto para a confusão evangélica no Brasil**. 1ª ed. Editora Fiel, 2013.



JORNAL A CRUZADA E O ANTICOMUNISMO: FORMAÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS CRISTÃOS

Amanda Marques dos Santos¹

RESUMO

Este artigo investiga a formação social dos intelectuais cristãos responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada*, importante periódico sergipano que existiu de 1918-1970, de modo que seja possível refletir como tal formação influenciou o discurso anticomunista encontrado neste jornal. É importante salientar que o presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada como Igreja, Poder e Imprensa: O ideário anticomunista no semanário sergipano *A Cruzada* (1937-1970). A análise de discurso é uma importante metodologia de pesquisa, e foi entendida como um modo de entender a língua/texto a partir dos campos simbólico e social dos sujeitos. O jornal *A Cruzada* foi escolhido por ser visto como uma ferramenta de propagação do discurso religioso e ideológico de uma ala conservadora da Igreja Católica entre a população sergipana, podendo ser visto como um local de reprodução de ideologias. Por fim, foi possível concluir, apesar desse jornal ser visto pela historiografia como essencialmente conservador, que durante o período que corresponde a Ditadura civil-militar o jornal *A Cruzada* apresenta postura moderada, se aproximando, inclusive, do pensamento progressista.

Palavras-chave: Igreja Católica; *A Cruzada*; Anticomunismo.

NEWSPAPER A CRUZADA AND ANTICOMMUNISM: SOCIAL FORMATION OF INTELLECTUAL CHRISTIANS

ABSTRACT

This article investigates the social formation of christian intellectuals responsible for the production of *A Cruzada*, an important Sergipe newspaper that existed from 1918-1970, so that it is possible to reflect on how this formation influenced the anticommunist discourse found in this newspaper. It is important to point out that the present work is a cut of the master's research in development entitled Church, Power and Press: The anticommunist ideology in the Sergipe weekly *A Cruzada* (1937-1970). Discourse analysis is an important research methodology and was understood as a way of understanding the language / text from the subjects' symbolic and social fields. The newspaper *A Cruzada* was chosen because it was seen as a tool for spreading the religious and ideological discourse of a conservative wing of the Catholic Church among the Sergipe population, and could be seen as a breeding ground for ideologies. Finally, it was possible to conclude, although this newspaper was seen by historiography as essentially conservative, that during the period corresponding to the Civil-Military Dictatorship, the newspaper The Crusade presents a moderate posture, approaching even progressive thinking.

Keywords: Catholic Church; *A Cruzada*; Anticommunist.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe- Bolsista CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: amandamarques.ufs@gmail.com



1. Introdução

O jornal *A Cruzada* foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva² e existiu até o ano de 1970. Sua redação funcionava no próprio Seminário Diocesano, localizado na cidade de Aracaju, sendo sua produção responsabilidade da Arquidiocese. Possuía uma tiragem semanal, e havia três aspectos básicos que formavam os pilares deste jornal católico: cultura, instrução e fé. Com o levantamento e análise das fontes, foi possível perceber que tanto a tiragem como a quantidade de páginas variou bastante de acordo com os anos, havendo anos com quatro páginas, outros com seis páginas e até anos com dez páginas.

Este periódico foi visto pela historiografia como um jornal representativo da ala conservadora da Igreja Católica local. No entanto, com a presente pesquisa busca-se questionar tal postura, uma vez que com a análise do jornal *A Cruzada* foi possível identificar matérias que se aproximam de um ideário progressista. Para esse questionamento a análise da formação social dos envolvidos na produção do jornal se tornou fundamental, uma vez que possibilita pensar este grupo como pouco homogêneo.

No primeiro ano de existência, o jornal tinha como frase destaque “Órgão oficial da Diocese”. O seu primeiro número foi publicado no dia 2 de junho e foi composto por quatro folhas, sendo a última reservada para propagandas. Nesse primeiro momento, não foi identificado no corpo do jornal quem foi o primeiro diretor e quais os intelectuais que estavam envolvidos em sua produção, mas, de acordo com o que foi encontrado no livro do Tombo da Cúria de Aracaju é possível afirmar que seu primeiro diretor foi o monsenhor Adalberto Sobral e teve diversos sacerdotes e distintos católicos como colaboradores.

A presente investigação será centrada nos exemplares que circularam durante o Estado Novo e a Ditadura civil-militar, de modo que seja possível desenvolver uma análise comparativa do discurso anticomunista. É importante salientar que durante os dois golpes de Estado o jornal manteve uma aproximação com as ideias propagadas pelos regimes autoritários. O Estado Novo foi deflagrado no dia 3 de novembro de 1937 e o periódico não teve circulação nessa semana, voltando apenas no dia 14 de novembro,

² Andrade Junior (2010) afirma que “D. José nasceu em Martins, cidade do Rio Grande do Norte, em 4 de agosto de 1837. Filho do juiz de direito Dr. Thomas Gomes e Anna Constança da Silva, iniciou seus estudos eclesiásticos no seminário de Olinda, em 1891. Em 1894, ingressou no Seminário da Paraíba, recebendo as ordens sacerdotais nesta escola (...) nomeado Bispo de Aracaju em 1911, por Pio X, com a sagração na Catedral de Paraíba no mesmo ano. Faleceu em Aracaju, em 1948” (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.108).



falando sobre o novo regime instaurado e sobre a esperança de um Brasil melhor para todos. Como o periódico não teve circulação no ano de 1964, ficou-se impossibilitado de compreender a postura de *A Cruzada* imediatamente após a instauração da ditadura de 1964.

Ibarê Dantas (2013) e Péricles Moraes de Andrade Junior (2010) defendem que existe por trás da fundação do jornal *A Cruzada* forte interesse por parte do clero em aproximar a Igreja do Estado, levando em consideração que esta separação foi oficializada com a Constituição Federal de 1891. Tais colocações se aproximam daquilo que Motta (2000, p.45) destaca, ao dizer que é preciso compreender a postura anticomunista do clero brasileiro como algo que faz parte de uma engrenagem maior, ou seja, uma “reconquista espiritual do povo brasileiro”, haja vista que com a República a Igreja Católica perdeu, de certa forma, a sua posição na sociedade.

Dantas (2013) afirma, ainda, que em Sergipe o maior sinal da tentativa da Igreja em se aproximar do Estado foi a criação de *A Cruzada*, em 1918. Dessa forma, Andrade Junior (2010) destaca que a relação entre Estado e Igreja era evidente a partir do referido periódico, afinal o “o jornal foi consagrado ‘à defesa dos interesses da religião, da Pátria e do Estado’ (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.162).

É difícil falar em uma uniformidade do pensamento dos intelectuais responsáveis pelo jornal *A Cruzada*, pois, como será tratado adiante, foi possível notar que na década de 1960 o jornal modifica em algumas matérias a sua postura. Reflexões importantes a esse respeito são desenvolvidas por Severino Vicente da Silva (2003), em sua tese de doutoramento que posteriormente se transformou em livro.³ No periódico aqui analisado, Dom Luciano Duarte, tido como intelectual conservador, em algumas matérias apresenta traços progressistas. Tal aproximação do jornal, considerado pela historiografia como conservador, com o progressismo fica evidenciado, inclusive, com a aproximação de seu discurso aos ensinamentos propostos pelo Concílio Vaticano II.

Utiliza-se aqui fontes do arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju e o próprio jornal *A Cruzada*. De modo a auxiliar nos dados aqui disponíveis, foi possível ter acesso

³ O referido autor defende que mesmo a Arquidiocese de Olinda e Recife, vista como progressista, apresentava na verdade traços também conservadores. Para tanto, faz uma análise da trajetória desta Arquidiocese e de seus bispos, como uma forma de identificar a postura destes frente à Arquidiocese. Salienta ainda a forma como os católicos – fiéis ou membros da hierarquia – estão sempre ligados a uma obediência a Igreja Católica Romana, justamente por isto não pretendem separar-se desta. Fato este evidenciado até mesmo na postura de Dom Hélder Câmara após aposentar-se de seu cargo. “Quem não calou diante dos poderosos do mundo para denunciar as injustiças, quem não calou diante dos ditadores denunciando a prática de torturas, calou-se diante da palavra que vem da autoridade religiosa.” (SILVA, 2003, p.203).



também ao arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, criada em 2015 com o objetivo de identificar e tornar pública as violações aos Direitos Humanos ocorridas em Sergipe entre os anos de 1946 e 1988, ou ainda contra sergipanos que viviam em outras localidades.

Diante dessas considerações iniciais, é possível salientar que defende-se a existência de uma heterogeneidade no pensamento conservador sobre o anticomunismo apresentado no jornal *A Cruzada*. De tal forma que se busca identificar no grupo de intelectuais os embates teóricos e matrizes de ideias, haja vista Dom José Vicente Távora, um dos principais nomes da resistência católica à ditadura de 1964 em Sergipe, comunga do pensamento do clero progressista relativo à questão social, e exerceu grande influência na produção do jornal.

2. Formação social dos intelectuais

Um dos aspectos centrais para este trabalho é compreender a origem social dos envolvidos na produção do jornal *A Cruzada*, de modo que seja possível realizar uma correspondência com a ideologia deste periódico católico. Para tanto, busca-se compreender os sujeitos históricos envolvidos na produção deste periódico como uma forma de identificar em que medida o discurso anticomunista dialogou com o universo de ideias provenientes do seu pertencimento a um determinado grupo social. Nesse sentido, pretende-se ir além da suposição de que sua ocupação e respeito pela hierarquia dentro da instituição foram os únicos determinantes do discurso. Investiga-se, ainda, as trajetórias individuais destes intelectuais como uma forma de compreender a visão de mundo adotada por estes sujeitos no contexto em que viveram e como essa se apresentou no discurso jornalístico *A Cruzada*.

O corpo editorial foi composto sempre por membros da Igreja e por intelectuais católicos que faziam parte do laicato, entre os quais foram identificados principalmente professores e jornalistas. Levando em consideração que o jornal possuía um alto número de colaboradores, sejam regulares ou ocasionais, procura-se centrar a análise da formação social dos sujeitos a partir dos membros mais constantes e que assumiram a responsabilidade de garantir a circulação do jornal, como os diretores e dos redatores durante o recorte temporal aqui adotado.

Nos anos que correspondem ao Estado Novo, tanto o diretor como os redatores se mantiveram nos cargos por um bom tempo, o que evitou uma alta rotatividade dos

ocupantes. Ao observar a tabela 1 intitulada como Relação dos diretores e redatores, nota-se que esse aspecto muda nos anos que correspondem a Ditadura Civil-Militar.

RELAÇÃO DOS DIRETORES E REDATORES DO JORNAL A CRUZADA

ANO	DIRETOR	REDATOR-CHEFE	FRASE DESTAQUE
1937	Padre João Moreira Lima	Diversos	Órgão da Ação Católica
1938	Padre João Moreira Lima	Conego Edgar Brito	Órgão da Ação Católica
1942	Padre João Moreira Lima	Padre Manuel Soares, Conego Avelar Brandão Vilela e padre João.	Órgão da Ação Católica
1943	Conego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Órgão da Ação Católica
1944	Conego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Não consta
1945	Conego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Não consta
1965	Padre Ovídio Valois Correia	João Oliva Alves	Órgão da Arquidiocese de Aracaju
1966	Padre Balbino José Marques	João Oliva Alves Ivo Marques de Barros Antônio Francisco de Jesus	Órgão da Arquidiocese de Aracaju
1967	Padre José Padilha (até agosto) L M Gonçalves	Antônio Francisco de Jesus (até abril) Mac Dowell Holanda	Órgão independente e noticioso
1968	Luiza Maria Gonçalves (Diretora-redatora) Pedro da Silva Bastos (Diretor-gerente)	Mac Dowell Holanda (até junho)	Órgão independente e noticioso
1969	Luiza Maria Gonçalves (Diretora) Pedro da Silva Bastos (Diretor-gerente) D. Luciano Duarte (Diretor-Presidente)	Ana Lucia da Silva	Órgão noticioso, apolítico e independente
1970	Luiza Maria Gonçalves	Ana Lucia da Silva	Órgão noticioso, independente e apolítico

Tabela 1
Fonte: Elaborada pela autora

Ao realizar o levantamento dos dados biográficos dos envolvidos na produção do referido jornal, foi possível levantar diversas informações. Entretanto, diante da dificuldade de acesso aos documentos da Igreja Católica presentes no arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, tais dados ficaram, até o presente momento, incompletos. No livro de Tombo da Cúria foram apenas encontradas algumas informações iniciais sobre os membros da Igreja que faziam parte do corpo editorial do jornal *A Cruzada*. Também se utilizou de alguns documentos disponíveis no acervo da Comissão Estadual da Verdade



– Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Essas informações foram complementadas com dados trazidos por Raylane Andreza D. Navarro Barreto na dissertação intitulada: *Os padres de D. José: Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*, defendida em 2004.

Ao observar a tabela 1, percebe-se que nos últimos anos de existência do jornal, este passou a ser produzido por mulheres, coincidindo com uma mudança também na frase de destaque do jornal, o seu título é alterado de algo marcadamente religioso para passar a se denominar como “Órgão noticioso, independente e apolítico”. Sobre Ana Lucia da Silva, infelizmente, até o presente estágio da pesquisa não foram encontrados dados bibliográficos, restando apenas a informação de que era professora e jornalista, dados citados no corpo do próprio jornal.

A diretora Luiza Maria Gonçalves, que era professora e jornalista, filha de Antônio Deusdedit Gonçalves e Maria Luiza Gonçalves, nasceu em Minas Gerais. A seu respeito foi possível identificar algumas referências nos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), disponibilizados no arquivo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Consta, nesta fonte, que traz sua ficha individual elaborada em 1969, que ela veio de Minas Gerais a convite do Arcebispo D. Távora, e que este lhe deu o cargo de direção do jornal *A Cruzada*⁴. Além das atividades desenvolvidas no jornal, ela também leciona nas Faculdades de Serviço Social e Filosofia. Neste mesmo documento, ela é colocada como alguém que exerce a cátedra de Antropologia Cultural e sempre que possível incute em seus alunos ideias que vão de encontro aos ideais do governo, sendo vista ainda como “antirrevolucionária”⁵.

O padre Edgar Brito (1907-1989) nasceu em Gararu/SE, em 1907, tendo sido ordenado padre por Dom José Thomas, em 1930. Seus pais, Manuel Vicente Brito, um canoieiro, e Maria Pureza de Brito, o matricularam inicialmente em um colégio de Gararu, de onde saiu para estudar na cidade de Penedo/AL. Lecionou no próprio seminário ainda como seminarista, onde foi, assim que ordenado, vice-reitor (1930). Em 1947, foi eleito Deputado Estadual, e enquanto tal lutou pela inserção do nome de Deus na Constituição. Foi assistente eclesiástico da Juventude Operária Católica (JOC), bem como escreveu

⁴ Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de faculdade. SNI, ASV_ ACE_3937_82, 31 de março de 1969. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

⁵ Deve-se levar em consideração que o golpe de Estado de 1964 foi associado, por seus defensores, a uma Revolução, que tinha como principal objetivo barrar o comunismo da sociedade brasileira. É justamente nesse contexto que Luiza Maria Gonçalves é colocada como “antirrevolucionária”, uma vez que seria contra a Revolução de 1964.



diariamente para o jornal “O Estado de Sergipe”, tendo-o adquirido, através da compra, deu-lhe o nome de “Folha da Manhã”.

João Moreira Lima (1910-1996), por sua vez, nasceu em Capela/SE em 1910, sendo ordenado também por Dom José Thomas, em 1934. Órfão, acabou sendo adotado pela viúva D. Margarida Rodrigues Vieira Coelho, que fazia parte da família de Simeão Sobral. Ele foi o padre que ficou a maior quantidade de anos na direção do jornal, de 1937-1945. Foi ele também quem fundou, em 1935, o Círculo Operário Católico de Sergipe⁶. Sobre ele, Barreto (2004, p.101) afirmou que foi um crítico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da União Democrática Nacional (UDN), uma vez que esta foi apoiada pelos comunistas nas eleições de 1947.

Avelar Brandão Vilela nasceu em Viçosa/AL (1912-1986) e foi ordenado padre por Dom José Thomas em 1935, sendo filho dos donos de engenho Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela. Fez parte de uma família de longa tradição vocacional, tendo tios, primos e até mesmo duas irmãs na carreira religiosa. Posteriormente, foi durante algum tempo professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Foi Bispo de Petrolina, Arcebispo no Piauí e Bahia. É importante mencionar que, segundo Barreto (2004, p.96), este padre se envolveu em diversas questões sociais, chegando a distribuir terras da Igreja para os mais pobres.

Manuel Soares nasceu em Propriá/SE, em 1914, e foi ordenado padre por Dom José Thomas, em 1937. Tal como os outros padres citados aqui, ele foi também professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus das disciplinas de História Geral, História do Brasil e Literatura. Foi também Capelão do Hospital Santa Isabel e da Penitenciária de Aracaju. As informações que se têm sobre sua vida sacerdotal são poucas, supõe-se que o motivo foi o fato dele ter abandonado o sacerdócio para casar-se, como bem salienta Barreto (2004). Até o momento não foram encontradas informações sobre sua esposa.

José Padilha de Oliveira nasceu no dia 10 de outubro de 1939, em Tobias Barreto/SE, filho de Pedro Correia de Oliveira – um guarda fiscal de um dos postos da Secretária da Fazenda- e Alzira Padilha de Oliveira. Aos doze anos, foi para a capital estudar no Seminário Arquidiocesano, depois buscou um seminário maior no Rio Grande do Sul, sendo ordenado sacerdote em 1965, por Dom Vicente Sherer. Logo depois de

⁶ Este Círculo foi bastante noticiado nas páginas do jornal *A Cruzada*, aparecendo em quase todas as edições dos anos iniciais que foram analisadas para a presente pesquisa. Aparecia notícias sobre campanhas para levantar fundos e as obras deste Círculo, como os eventos realizados, os gastos, bem como de assuntos variados. É importante salientar que o Círculo Operário de Sergipe fez parte de um projeto mais amplo da Igreja Católica, de modo que visava trazer os trabalhadores para o seio da Igreja.



ordenado, foi designado por Dom Távora para a direção de *A Cruzada*, ou seja, em 1965. Desenvolvia também as atividades de pároco e de professor em vários colégios da capital. Após nove anos de sacerdócio, decidiu deixar o clero por questões relativas ao celibato. Assim, sobreviveu alguns anos exclusivamente como professor até se formar em direito pela Universidade Federal Sergipe e começar a advogar.

Dom Luciano José Cabral Duarte nasceu em Aracaju/SE no dia 21 de janeiro de 1925, filho do casal José de Góes Duarte e de Célia Cabral. Nasceu, como bem destaca Giselda Moraes (2008), da união de duas famílias sergipanas ligadas a uma forte tradição literária e intelectual. Com onze anos de idade, foi para o Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Aracaju começando sua trajetória de sacerdote ainda criança. Do Seminário em Aracaju, foi para o Seminário Maior de Olinda, em Pernambuco, no ano de 1942, onde permaneceu estudando Filosofia e Teologia. Ordenou-se padre em 1948 pelo Seminário de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, retornando em seguida para Aracaju. Teve várias ocupações, seja na área religiosa ou educacional, pode-se citar: diretor do jornal *A Cruzada*, assistente eclesialístico da JUC (Juventude Universitária Católica), professor e diretor da Faculdade de Filosofia e um dos criadores da Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

Foram encontradas referências ao padre Ovídio Valois Correia em um documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) de 1972, que buscava maiores informações sobre os considerados “esquerdistas” da Universidade Federal de Sergipe⁷. Afirma-se que ele foi filho de Ovídio Valois Correia e Elvira Batista de Valois Correia, sendo citado como um professor da Escola de Serviço Social da Faculdade de Filosofia e do Colégio Salesiano que fez claras oposições a “Revolução” de 1964. De um modo geral, é possível afirmar que ele foi um dos principais nomes entre os envolvidos na criação da UFS. Ainda nesse sentido, foi possível identificar um outro documento deste mesmo ano que busca fazer um levantamento em diversos órgãos – Ministério do Exército, Secretaria de Segurança pública, 6ª Região Militar de Salvador – das informações que possuem sobre este padre. Aqui novamente ele é colocado como membro da ala “esquerdistas” do clero.⁸

⁷ Registro de antecedentes. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

⁸ Ovídio Valois Correia. SNI, ASV_ACE_4536_82, 29 de setembro de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.



As informações de que dispomos de Mac Dowell Holanda – americano que vivia no país – e Pedro da Silva Bastos é a de que eles eram jornalistas que atuavam em Sergipe, nesse contexto analisado, mas até o presente momento pouco foi encontrado. A respeito de João Oliva Alves sabe-se que ele também foi um jornalista e que saiu do cargo que ocupava em 1965, pois foi aprovado em um concurso do Tribunal Regional Eleitoral, informação disponibilizada no próprio jornal *A Cruzada*. Nasceu em 1922, em Riachão do Dantas, ocupando atualmente a cadeira 24 da Academia Sergipana de Letras. Formou-se em Direito, mas desde muito cedo começou a exercer a atividade de jornalista. Sua atuação em jornais começou ainda em sua cidade natal, de onde enviava textos para a capital e o interior. Já em Aracaju, fez parte de vários jornais, a exemplo dos impressos *Gazeta de Sergipe*, *A Cruzada* e *Diário de Aracaju*, além de ter participado da Rádio Cultura de Sergipe.

Tal como o padre Valois, João Oliva Alves é citado no documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), sendo colocado como “Ex-Secretário de imprensa do Ex-Governador Seixas Dória, esquerdista e antirrevolucionário”. Ele é ainda acusado de usar as oportunidades que a cátedra lhe propiciava para fazer propaganda contra a “Revolução”.⁹

Dispõe-se de poucas informações a respeito do padre Balbino José Marques, que foi diretor do jornal *A Cruzada* durante o ano de 1966. A partir de uma matéria do ano de 1970¹⁰, sabe-se que ele deixou Sergipe neste ano, depois de um longo período no estado foi com destino a Santa Catarina, onde morava sua família. Além de diretor do periódico católico, foi também pároco da cidade de São José do Pinhão.

Antônio Francisco de Jesus nasceu em Itabaiana e possui vários livros no campo literário. Exercendo por muitos anos as atividades de jornalista no jornal *A Cruzada* e na Rádio Cultura de Sergipe. Estudou no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, e de lá foi para o Atheneu Sergipense e, na Universidade Federal de Sergipe, se formou em economia em 1971.

Tais informações nos permitem concluir que os envolvidos na produção do jornal, no período que corresponde ao Estado Novo, se vinculavam aos grupos mais conservadores, daí o total apoio dado as ações do governo autoritário. Entretanto, de

⁹ Registro de antecedentes. SNI, AC_ ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

¹⁰ Pe. Balbino deixa Sergipe. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 21 mar. 1970.



acordo com o que foi encontrado nos documentos do arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, e em outras fontes, os intelectuais que auxiliaram na produção do jornal durante o período que correspondeu a Ditadura civil-militar se aproximaram de grupos que são criticados pelos militares, talvez este seja um aspecto importante para se pensar a mudança da postura do jornal nesse período, se aproximando, inclusive, de grupos mais progressistas.

Outro exemplo que é possível citar acerca da posição dos intelectuais responsáveis pelo jornal, no período que corresponde a ditadura de 1964, é a existência, mesmo em se tratando de um jornal tido pela historiografia como conservador, de um processo sofrido pelo jornal *A Cruzada* acerca de um posicionamento político em uma matéria. O documento que faz referências ao ano de 1969 não fornece muitas informações, pois o processo é citado apenas de maneira secundária. Nesse sentido, o objetivo principal do processo foi realizar um levantamento sobre uma notícia do *Jornal da Cidade* que critica a escolha do desembargador Serapião de Aguiar Torres para cursar a Escola Superior de Guerra, afirmando que tal escolha foi motivada por existir uma aproximação familiar com o atual diretor da ESG, falando, inclusive, no decorrer do processo, das irregularidades existentes entre os membros do Poder Judiciário de Sergipe. Ao fazer o levantamento sobre este indivíduo, foi encontrado um processo pelo qual passou o Jornal *A Cruzada*. Nota-se que o processo contra o jornal católico foi iniciado em decorrência de um artigo publicado e que atacava elementos do judiciário, todavia, após uma nota da Arquidiocese de Aracaju, o processo foi arquivado.¹¹

Por mais que estes padres não fizessem parte de famílias ricas e de renome na sociedade é possível destacar que eles estavam em famílias que faziam parte dos escalões superiores da hierarquia social. E, inclusive, a ida dos jovens para a vida religiosa poderia ser uma forma de ampliar ou reacender o prestígio social da família, pois aquela que tivesse um sacerdote entre seus membros era sempre bem vista, tanto pela própria população como pela Igreja, afinal era considerada mais respeitável.

Diante do que foi visto até aqui, é possível concluir que como faziam parte da classe média, o discurso encontrado no jornal se aproximava, evidentemente, dos valores tradicionalmente identificados com esta classe. Mas, ao mesmo tempo, é inegável a influência da formação religiosa que estes indivíduos tiveram. Este fato pode ser

¹¹ SNI, ASV_ ACE_3271_82, 23 de março de 1976. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.



visualizado nos casos de padres que estavam mais próximos das questões sociais, aspecto que possibilita pensar a Igreja como um corpo heterogêneo.

Com base nos dados encontrados, e levando em consideração as trajetórias individuais desses sujeitos, é possível afirmar que eles não vinham dos estratos sociais mais baixos, já que tiveram acesso à escolarização em uma época em que ela não era tão difundida. Estas considerações também podem ser estendidas para os professores e jornalistas envolvidos na produção do jornal, pois eles possuíam contatos com pessoas que estavam próximas dos círculos de poder da sociedade, seja a partir da política ou até mesmo da Igreja.

Um indício desse aspecto, é a análise dos requisitos para a admissão no Seminário haja vista a exigência de atestados de saúde, de sanidade mental, certidão de casamento religioso dos pais, bem como uma carta de recomendação confirmando sua idoneidade e sua vocação para o sacerdócio (BARRETO, 2004, p.41-42). Para além dessas condições, ainda era necessário o pagamento de uma taxa de matrícula e mensalidade.

3. Conservadorismo e o discurso anticomunismo no jornal *A Cruzada*

O jornal *A Cruzada* pode ser visto como um importante meio de propagar a visão de mundo da ala conservadora, ao menos majoritariamente, da Igreja Católica local. Nesse sentido, manteve, durante toda sua existência, um discurso anticomunista, devido ao fato de este ser visto como uma espécie de concorrente da fé cristã, o que ficou evidenciado em matérias e editoriais de natureza diversas.

Durante o período que corresponde ao Estado Novo, o discurso do periódico dá ênfase à forma de como o comunismo é visto, como ateu e contrário aos ensinamentos cristãos – ideia que também é recorrente nos dias atuais. Essa postura contrária ao comunismo aparece em matérias que falam do comunismo russo, mas também em matérias que não possuem nenhuma relação explícita com a temática, como, por exemplo, uma análise sobre os feitos da República brasileira. Essas informações puderam ser observadas em páginas inteiras que tratavam exclusivamente deste assunto. De maneira diferenciada e um pouco menos frequente, mas ainda existente, tal postura está presente também durante o regime militar iniciado em 1964.

Havia no jornal *A Cruzada* uma tentativa por parte da Igreja Católica em combater o comunismo, por meio da construção da diferença entre eles e os comunistas. Essa realidade está presente em todo o recorte temporal adotado e é utilizada como uma forma



de reafirmar a identidade católica em contraposição a essas ideias. Durante o Estado Novo, a diferença não gira apenas em torno da oposição comunismo versus catolicismo, mas busca distinguir todos os seus adversários, a exemplo dos protestantes, espíritas e maçônicos, desqualificando sempre as práticas desses grupos. Durante a Ditadura, iniciada em 1964, essa oposição é relativamente minimizada, pois o discurso do jornal aparece fortemente influenciado pelas modificações advindas com o Concílio Vaticano II, aspecto este que será tratado adiante.

Uma forte oposição foi demarcada entre esses dois campos simbólicos que são fundamentalmente diferentes, ou seja, os comunistas e os cristãos. Embora a princípio não devesse ser excludente, já que um seria a representação de uma expressão religiosa e outra política. Para entender a necessidade da Igreja em construir essa oposição, é fundamental lembrar que o comunismo foi um tema presente durante boa parte do século XX em diversas partes do mundo, principalmente após a Revolução Russa, em 1917. Na década de 1920, surge no Brasil um movimento anticomunista, ampliando-se após o Movimento Comunista de 1935, como já foi citado anteriormente.

Os comunistas e os católicos constroem grupos de classificação, por meio do pertencimento a um determinado grupo e, por sua vez, do afastamento completo do grupo opositor. É possível perceber, a partir do discurso encontrado no jornal *A Cruzada*, que os comunistas são retratados como pagãos e contrários a Deus¹², evidenciando a impossibilidade de um católico poder ser comunista. Para além disso, esperava-se dos religiosos uma postura contra estes inimigos dos cristãos, nesse sentido, Pereira (2008) nos ajuda a chegar a esta conclusão, quando afirma que “o comunismo era entendido como um dos elementos que impediam a plena construção da neocristandade” (PEREIRA, p. 15, 2008).

Apesar de tal oposição ser predominante no discurso do jornal *A Cruzada*, pode-se afirmar que nos últimos anos de existência ele passa por uma mudança significativa nesse sentido. Não que eles deixem de condenar o comunismo e os comunistas, mas tal oposição se torna menos radical. Isso ficou evidente pois, em algumas matérias, afirma-se que poderia ser comunista e cristão ao mesmo tempo, desde que não se adote o aspecto ateu do

¹² Na matéria intitulada “Os dez mandamentos comunistas”, de 24 de janeiro de 1937, o primeiro mandamento colocado seria odiar o senhor vosso Deus. Em outra matéria, de 13 de junho de 1937, “Encíclica ‘Divini Redemptoris’ sobre o comunismo ateu”, este é colocado como uma humanidade sem Deus. Nota-se, de forma clara, a separação que é colocada entre a religião católica e o comunismo na prática discursiva deste jornal.



comunismo, permitindo, portanto, que o cristão se apegasse mais ao caráter econômico deste.

É possível visualizar ainda indícios dessa oposição em uma matéria publicada do dia 24 de janeiro de 1937¹³, na qual se descreve os dez mandamentos comunistas. Nota-se aqui que há uma clara oposição aos preceitos cristãos, tendo sido assinada pelo cônego Melo Lula. Segundo consta na matéria, o primeiro mandamento seria odiar a Deus, marcando com isso essa separação entre a religião e o comunismo. Mentir, furtar, matar e desejar a mulher do próximo também fazem parte dessa lista. Por fim, ele comenta que diante desse “tenebroso plano comunista” surge a necessidade de uma união sagrada de todos os filhos de Deus.

As identidades são historicamente determinadas, ou seja, a história é utilizada como uma ferramenta na sua afirmação. Dessa forma, apesar do comunismo ter passado de uma promessa e possibilidade teórica para algo concretizado apenas no início do século XX, com a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917, bem antes disso ele já era pensado como fundamentalmente diferente e/ou oposto dos cristãos. Portanto, ainda no século XIX, a Igreja Católica assume uma postura anticomunista, sendo esta uma importante instituição brasileira que apresentou um posicionamento de combate ao comunismo.

Esta preocupação da Igreja foi demonstrada em cartas encíclicas¹⁴, importante documento elaborado pelo papa, destinado aos bispos e cardeais de todo o mundo, como importantes fontes de orientação doutrinária da Igreja. Motta (2000, p.37) e Pereira (2008, p.97) afirmam que a primeira referência à oposição ao comunismo que aparece em cartas encíclicas ocorreu em 1878. Neste documento, o papa Leão XIII dava instruções de como manter os fiéis distantes de tais propostas, deixando claro que se tratava de uma seita de homens bárbaros, chamados de socialistas ou comunistas. Assim,

a igreja católica [foi] uma das instituições que mais se empenhou em fazer frente ao comunismo. O anticomunismo clerical ganhou força no Brasil devido às otimizadas relações que a instituição mantinha com as autoridades públicas e outros grupos sociais (PEREIRA, 2008, p. 71).

Como salienta Motta (2000), para compreender a formação dessa oposição é importante pensar que a preocupação da Igreja não residia apenas no medo das conquistas

¹³Esta matéria tem como título: “Os dez mandamentos comunistas”.

¹⁴ As principais cartas encíclicas publicadas, e que mostraram essa preocupação com o comunismo, foram: *Quod Apostolici Muneris*, de 1878; *Rerum Novarum*, de 1891; e *Divinis Redemptoris*, de 1937.



dos trabalhadores¹⁵, mas também no discurso pregado pelo comunismo, que ia de encontro aos fundamentos básicos das instituições religiosas. Diante disto, o referido autor afirma que o comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica, mas tinha em sua base uma filosofia, ou seja, um sistema de crenças que fornecia uma explicação para o mundo, bem como oferecia um sistema de valores.

Foi possível constatar, no discurso do jornal *A Cruzada*, uma clara tentativa por parte do clero conservador sergipano em se diferenciar dos comunistas, demarcando assim o nós/eles. Estes católicos buscam, a partir da montagem de seus discursos, desqualificar o comunismo, apontando o interesse deles em construir uma clara oposição entre catolicismo e comunismo, com o objetivo de deixar claro a distinção nas identidades e posturas ideológicas destes dois grupos. Isto é, eles diziam que o outro é diferente e oposto aos católicos para reforçar os traços da sua própria cultura identitária.

Por fim, contextualizar essa oposição é algo bastante esclarecedor, isso porque a construção dessa diferença faz parte da retórica da Igreja Católica desde pelo menos o século XIX. Dessa forma, o discurso do referido periódico se aproxima das leituras bibliográficas feitas, já que tanto em um como no outro o comunismo é retratado como uma espécie de concorrente para a Igreja Católica.

4. Guinada progressista do jornal *A Cruzada*

A partir do ano de 1965 foram identificadas modificações na posição religiosa-política-ideológica do jornal, aproximando-se, inclusive, de uma postura mais progressista. Evidentemente que neste período a postura anticomunista permanece, mas é sensivelmente modificada. Nesse sentido, é importante mencionar que tais mudanças no periódico *A Cruzada* foram iniciadas no ano de 1965 e são mais evidentes no ano de 1968.

Após o ano de 1965, ano de sua reabertura depois de um ano com as atividades suspensas, o jornal se filia as ideias do Concílio Vaticano II e do bispo Dom José Vicente Távora. Esse fato se confirma em algumas matérias em que essa visão é colocada de maneira explícita, tais como “Aniversário do nosso arcebispo”¹⁶. Ao parabenizar Dom Távora pelo seu aniversário, o periódico destaca a sua importância para o ressurgimento

¹⁵ Isso porque, de maneira geral, o comunismo buscava uma sociedade igualitária, baseada, principalmente, na propriedade comum dos meios de produção.

¹⁶ Aniversário do nosso arcebispo. Jornal *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 17 e 18 jul. 1965.



do jornal e a forma como ele está em consonância com os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Inclusive, em outra matéria – “Uma Evidência Infeliz Envolve Arcebispo Brasileiro”¹⁷ – o jornal desmente a acusação de que haveria uma relação direta entre a Igreja Católica e o comunismo, a partir das ideias conciliares. Dessa forma, “pode-se afirmar, com absoluta segurança, que esse não é o pensamento nem dos padres conciliares [...] nem do Santo Padre, o Papa Paulo VI”.

Além dessas matérias, a influência de Dom Távora na produção desse periódico é evidenciada com a sua participação na escolha dos diretores José Padilha de Oliveira e Maria Luiza Gonçalves. Neste sentido, têm-se informações de que pelo menos dois dos diretores do período de 1965/1970 – de um total de quatro – foram escolhas suas, favorecendo a existência de uma linha política-ideológica mais progressista.

Outra modificação é a adesão ao movimento ecumênico, sendo essa postura evidenciada em vários momentos nas publicações. É o que ocorre, por exemplo, na matéria publicada na edição de 11 e 12 de setembro de 1965, intitulada como “Concílio da esperança”¹⁸. Aqui chama atenção para a necessidade do Concílio na modernidade e como ele vem aproximar a Igreja da pluralidade e das necessidades dos tempos atuais: “um grande preconceito vai desmoronando. O Cristianismo ou a Igreja, tem de atualizar-se com o mundo. O Concílio vem se esforçando por substituir-lhe as vestes do nosso tempo, para que o mundo se atualize com o Evangelho.”

O Concílio Vaticano II é visto ainda como uma forma de negação da discriminação, partindo do pressuposto de que qualquer forma de discriminação, seja no plano econômico, cultural, religioso ou social, nega a ideia de que todos os indivíduos são iguais. Essa postura aparece na matéria intitulada como “Campanha da Fraternidade 1967”¹⁹, do dia 11 de fevereiro de 1967. A campanha da fraternidade ocorre como evento anual da Igreja Católica desde o ano de 1964, o último ocorreu em 2018 e teve como tema “Fraternidade e superação da violência”, sendo sempre realizada de maneira ecumênica. A Campanha do ano de 1967, da qual trata a referida matéria, teve como lema “Somos todos iguais, somos todos irmãos”, em consonância com o espírito renovador do Concílio Vaticano II.

¹⁷ Uma Evidência Infeliz Envolve Arcebispo Brasileiro. *Jornal A Cruzada*, Aracaju, p.4, 17 e 18 jul. 1965.

¹⁸ Concílio da esperança. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 11 e 12 set. 1965.

¹⁹ Campanha da fraternidade 1967. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 11 fev. 1967.



Em “Liberdade religiosa”²⁰, de autoria de Dom Luciano Duarte, percebe-se que a liberdade religiosa aprovada no Concílio Vaticano II possibilita uma tolerância maior entre as religiões. Entretanto, fala que a verdadeira “verdade” está na religião católica, enquanto que as outras possuem algumas verdades. Já na matéria “Diretora de ‘A Cruzada’ faz palestra”²¹, publicado no dia 23 de março de 1968 deixa bem claro as mudanças na postura do jornal advindas das ideias do Concílio, ao noticiar a palestra proferida pela então diretora do periódico Luiza Maria Gonçalves em um centro espírita. Já em “Bispo auxiliar faz conferência na maçonaria”²² fala sobre uma conferência ministrada por Dom Luciano Duarte em uma maçonaria. Entretanto, é bom destacar que tal evento contou com a autorização da Igreja Católica, obedecendo, portanto, a hierarquia da Igreja.

Diferente do que ocorre no contexto da Ditadura pós-1964, no período do Estado Novo havia uma clara oposição às demais crenças religiosas, a exemplo do protestantismo, do espiritismo e a algumas instituições, como a maçonaria. Em “A maçonaria aliada ao marxismo”²³ fala de maneira negativa da maçonaria, afirmando que ela possui uma ligação com o marxismo. Tal postura é também encontrada no dia 10 de fevereiro de 1938, na matéria intitulada como “A ‘rentrée’ da ‘viuva’”²⁴, ao afirmar que a maçonaria é o braço direito do comunismo, devendo, desse modo, ser extinta de maneira permanente.

É interessante notar ainda que, a partir de 1964, a postura anticomunista é minimizada em relação às matérias de cunho ideológico do período do Estado Novo, ou seja, após as análises das fontes é possível concluir que aos poucos a postura agressiva vai sendo modificada, se tornando mais branda, principalmente após 1968.

Existe uma referência a essa oposição minimizada em “Católicos, marxistas e ateus”²⁵, a qual fala de eventos católicos que contaram com a participação de comunistas e de eventos marxistas em que católicos participaram. Sempre em tom cordial, afirma-se que esse diálogo é fundamentado pelos documentos elaborados pelo papa, nos quais defende a necessidade do diálogo com o ateísmo, e de maneira mais particular com o

²⁰ DUARTE, Luciano. Liberdade religiosa. *A Cruzada*, Aracaju, p.12, 25 e 26 set. 1965.

²¹ Diretora de “A Cruzada” faz palestra. *A Cruzada*, Aracaju, p.9, 23 mar. 1968.

²² Bispo auxiliar faz conferência na maçonaria. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 25 mai. 1968.

²³ A maçonaria aliada ao marxismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 11 jul. 1937.

²⁴ A “rentrée” da “viuva”. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 10 fev. 1938.

²⁵ Católicos, marxistas e ateus. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 02 e 03 out. 1965.



comunismo. Ou seja, a mudança no tom do discurso está em consonância com a hierarquia da Igreja.

Durante a ditadura civil-militar, o comunismo é bastante associado ao estado de subdesenvolvimento do país, nesse sentido, o comunismo é uma predisposição para os desfavorecidos. Nota-se essa referência em vários momentos, a exemplo das matérias “Para matar o comunismo é preciso antes matar a fome de muita gente”²⁶ e “O paiol de pólvora”²⁷. Nesta última, Dom Luciano Duarte fala que o homem pobre tende a optar pelo comunismo, já que não tem nada a perder, seguindo com mais facilidades os líderes desse modo de vida. Percebe-se que ele coloca o comunismo como uma última opção, não sendo uma escolha livre e totalmente consciente.

Além disso, constatou-se alguns indícios no próprio periódico que nesse momento é possível aproximar o comunista e o cristão, podendo um indivíduo ser os dois ao mesmo tempo, coisa que na década de 1940 era impossível. É obvio que nem sempre essa postura se mantém, afinal, em outras matérias desse mesmo contexto, afirma-se que essa relação não é possível, sendo um exemplo a matéria intitulada “Jamais Cuba Comunista”²⁸. Esta, chama atenção para a existência do perigo comunista na América Latina, e se questiona se o povo realmente quer abrir mão de sua liberdade e da índole cristã que possui, isso porque, segundo a matéria, não é possível conciliar comunismo e Igreja ao mesmo tempo. Fica evidenciado, ainda, o fato de que o país não precisa de nenhuma potência estrangeira para se desenvolver, destacando a importância de sua autonomia.

Entretanto, nota-se uma ausência dessa extrema oposição entre o comunismo e o catolicismo na matéria intitulada como “O degelo”²⁹. Aqui, Dom Luciano Cabral Duarte se questiona sobre as possíveis relações entre o mundo comunista e a Igreja Católica. Essa narrativa destaca que muita gente estranha as possíveis relações entre a Igreja e comunismo, pois ao mesmo tempo que o condena o papa também mantém uma relação próxima aos países comunistas. Como explicação, é dito que não é possível confundir o homem com as filosofias, ou, em outras palavras, independente das ideias, os homens em si não devem ser condenados. Por fim, salienta também que é possível ser socialista e cristão ao mesmo tempo, desde que o socialismo se concentre unicamente na esfera econômica.

²⁶ Para matar o comunismo é preciso antes matar a fome de muita gente. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 25 e 26 set. 1965.

²⁷ DUARTE, Luciano. O paiol de pólvora. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 28 e 29 ago. 1965.

²⁸ Jamais Cuba Comunista. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 29 jan. 1966.

²⁹ DUARTE, Luciano. O degelo. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 02 mar. 1968.



Isso ocorre, pois, o Evangelho não estabelece em nenhum lugar a respeito dos meios de produção, assim, não compete à Igreja decidir qual o sistema economicamente mais eficiente. Assim, “chegarão os comunistas a mudar e a compreender, um dia, que um cristão pode ser fiel à sua fé e livre de praticá-la, e, ao mesmo tempo, um bom cidadão de um país socialista, onde as leis verdadeiramente respeitam a liberdade individual e as consciências? Penso que sim”. Tal discurso, inclusive, foi influenciado por uma publicação de um jornal do Vaticano, nesse sentido, continua em sintonia com a hierarquia da Igreja Católica.

Em um documento elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que tem como objetivo falar de um livro de crônicas de Dom Luciano Cabral Duarte, deparou-se com uma referência a esta matéria – “O degêlo” –, reproduzida neste livro publicado em 1972. Por causa de seu conteúdo, D. Luciano é citado como favorável ao socialismo, ao falar que ele analisa com entusiasmo e admite a coexistência entre o marxismo e a religião. Isso ocorre, pois, as restrições ao comunismo giram, sobretudo, em torno das perseguições religiosas. Como ele condena tanto o comunismo como o capitalismo, afirma-se que falta nele “uma norma definida de conduta, como o propósito evidente de não criar áreas de atrito”³⁰.

A matéria do dia 1 de junho de 1968 ajuda a compreender melhor essa postura do jornal *A Cruzada*. Em “A resposta do silêncio”³¹, Dom Luciano Cabral Duarte fala que a encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI propõe uma nova divisão, algo que saía da divisão capitalismo versus comunismo. Assim, prefere-se falar em países do hemisfério norte – países desenvolvidos – e países do hemisfério sul – países subdesenvolvidos.

A mudança que ocorre na postura do jornal começa a se tornar mais nítida a partir do ano de 1968, que em diversas matérias acaba tratando da igreja, do comunismo e até mesmo da “Revolução”. Em uma matéria do dia 27 de janeiro de 1968, intitulada como “Em torno de uma declaração”³², fala sobre as divergências que existem na Igreja, e que, apesar de haver posturas mais conservadoras e posturas mais progressistas, existe uma consciência comum do episcopado brasileiro. Em seguida, alega que existe um mal-estar entre o governo e a Igreja, em parte porque se acredita que a Igreja não deve se envolver

³⁰ Apresentação sobre o livro “Estrada de Enaús” de D. Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju. SNI, ASV_ ACE_5077_82, 05 de abril de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa.

³¹ DUARTE, Luciano. A resposta do silêncio. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 01 jun. 1968.

³² DUARTE, Luciano. Em torno de uma declaração. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 27 jan. 1968.



em determinados assuntos. Fala também que a Revolução prometeu muita coisa, mas muito pouco foi de fato feito, justamente por isso que as reformas sociais prometidas são muito lentas. Dessa forma, nesse momento começa a aparecer as primeiras matérias que questionam, em diferentes proporções, evidentemente, a realidade vivida.

Uma postura semelhante encontrou-se no editorial do dia 13 de julho de 1968, intitulado como “O diálogo”³³. Aqui fala que o governo precisa dialogar com os estudantes brasileiros, já que não se trata de um movimento isolado. Assim, reitera que o governo por “falta de tempo” deixou de lado os problemas que afligem a população, e salienta que não há governo sem o povo.

Não é possível deixar de mencionar que no ano de 1970 – último ano de existência do jornal – encontra-se uma postura mais flexível em relação à postura conservadora da Igreja Católica, não que o periódico católico deixe de se colocar enquanto anticomunista, ou mesmo se coloque de forma explícita contrária a “Revolução” de 1964. Entretanto, adota posturas que dialoga um pouco mais com setores progressistas, se questionando, inclusive, a respeito das posturas contrárias ao governo militar de parte da Igreja.

5. Considerações finais

Foi possível concluir com a presente pesquisa que houve uma mescla entre as ideias progressistas e conservadoras durante o período que corresponde a ditadura civil-militar no jornal *A Cruzada*, uma vez que ao mesmo tempo que deu apoio a tal regime, defendeu as ideias próximas do Concílio Vaticano II. Nesse sentido, é interessante pensar que o discurso mais progressista que o jornal apresenta nesse período tem uma relação com a postura adotada pelos responsáveis pela sua produção. Foi justamente a partir desta compreensão que foi possível identificar a forma como a formação social dos intelectuais envolvidos teve uma influência significativa no discurso encontrado no jornal.

É possível, portanto, evidenciar que durante o período adotado na presente pesquisa, o jornal possui momentos e matérias mais reformistas e momentos e matérias mais conservadoras. Dessa forma, pode-se compreender, em meio às diferentes posições, a postura anticomunista adotada por este periódico produzido por uma ala da Igreja Católica em Sergipe.

³³ O diálogo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 13 jul. 1968.



FONTES CONSULTADAS:

Atividades de membros da Igreja Católica. SNI, AC_ACE_12242_80, 03 de março de 1980. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de faculdade. SNI, ASV_ACE_3937_82, 31 de março de 1969. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Ovídio Valois Correia. SNI, ASV_ACE_4536_82, 29 de setembro de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Registro de antecedentes. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

SNI, ASV_ACE_3271_82, 23 de março de 1976. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

JORNAL A CRUZADA. Aracaju: 1937-1970.

LIVRO DO TOMBO DA CÚRIA DIOCESANA DE ARACAJU. Aracaju, n.1, 03 de junho de 1949.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

BARRETO, Raylane Andreza D. Navarro. *Os padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

DANTAS, Ibarê. *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2000.



PEREIRA, Luciana de Lima. “A Igreja Católica em “*tempos mundanos*”: A luta pela construção de uma Neocrisandade em Teresina (1948-1960). 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Piauí. 2008.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tigre e o Capiberibe*: Os limites do progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco., Recife. 2003.



MEMÓRIA E HISTÓRIA: ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “QUE BOM TE VER VIVA”

Davi Silva de Carvalho¹

RESUMO:

A ditadura militar estabelecida no Brasil foi marcada por severas rivalidades políticas entre grupos que eram a favor e os que estavam na oposição, causando graves acontecimentos aos opositores do tal governo. Estrutura-se nesse artigo a compreensão entre memória e História, a partir de um viés atrelado nas lembranças das mulheres vítimas de agentes políticos durante o regime civil militar, em si. Consolida-se nesse cenário uma abordagem privilegiando como há ainda um passado fantasmagórico, assombrando as padecentes, em questão.

Palavras-chave: Governo Civil-Militar; Memória; Tortura.

MEMORY AND HISTORY: ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY “GOOD TO SEE YOU LIVE”

ABSTRACT:

The military dictatorship established in Brazil was marked by severe political rivalries between groups that were in favor and those in the opposition, causing serious events to the opponents of that government. It is structured in this article the understanding between memory and History, from a bias in the memories of women victims of political agents during the military civilian regime itself. It consolidates in this scenery an approach privileging as there is still a ghostly past, haunting the sufferers, in question.

Keywords: Civil-Military Government; Memory; Torture.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: daviufop96@gmail.com.



A ditadura militar ocorrida entre 1964 e 1985 no Brasil provocou diversas consequências na esfera social, econômica e cultural, bem como muitas pessoas tornaram-se alvo de perseguições durante esse período da História. Diante dessa ótica, houve muitas censuras e repressões, onde a liberdade de expressão estava sendo vigiada a todo o momento. Além disso, muitos estudantes e simpatizantes da esquerda foram perseguidos, torturados e até mesmo mortos durante esse regime autoritário no País.

Foi um momento conturbado de início, pois logo após a instauração da intervenção militar, tem-se a saída da democracia para uma ditadura completamente repressora e violenta principalmente com os que se opunham ao tal governo implementado. Com isso, os instrumentos de tortura e cassação foram intensos, provocando traumas nas pessoas que viveram tal momento, em questão. Assim, infere-se que a memória, silêncio, medo e trauma estão presentes em muitos indivíduos que passarão por tais covardias e maus tratos, por conta das suas divergências políticas, em relação ao atual cenário militar.

Dentro dessa configuração, o objeto de análise e estudo será o documentário: Que Bom Te Ver Viva de Lucia Murat, colaborando para o presente diálogo entre História oral, memória e relações de silêncio. O filme retrata relatos de situações vivenciadas por mulheres que foram perseguidas, torturadas e que tiveram seus direitos cassados e de certa maneira, desencadearam medos e traumas, de acordo com as entrevistadas ao longo do documentário.

A partir desse contexto e dialogando com o raciocínio de Myrian Sepúlveda dos Santos, em seu texto, O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado, tem-se que:

À medida em que tanto o conceito de indivíduo quanto o conceito de tempo passam a ser relativizados de forma mais radical, a tentativa de fazer da memória um objeto de análise seja como experiência individual, seja como tradição cultural é colocada em questão. A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através dilemas éticos e morais. A ênfase em uma consciência histórica, que propunha simultaneamente a explicação universal de eventos e intenções, e a impossibilidade de transcender e objetificar a realidade, alcança um impasse onde quaisquer explicações de eventos e intenções são colocadas em questão. (SANTOS, 2009, p.147).

Nesse ínterim, as ideias de Myrian Santos colaboram para um melhor entendimento, além de uma conexão com o que é retratado no documentário, correlacionando com as questões de memória e silêncio, privilegiando a História oral, de certo modo. A partir das situações que ocorreram, os relatos possibilitam perceber as



Histórias particulares e suas relações com aquele passado que de certa maneira, tornou-se fantasmagórico para elas, na medida em que o uso da tortura foi aplicado em sua maioria.

É patente notar que não só o instrumento da tortura foi utilizado, bem como parentes de algumas vítimas foram perseguidos ou mortos, outros estão desaparecidos até hoje. Ressalta-se que as lembranças de cada uma possuem algumas situações distintas, mas que o eixo principal gira em torno da prática autoritária durante a ditadura militar. Assim, os depoimentos das mulheres torturadas deixam permanências no presente, bem como o afetando. Há algumas mulheres que sentem angústia, medo e desconfiança, pois foi um período que acabou de certa forma, deixando cicatrizes para essas antigas guerrilheiras e participantes ativas de grupos revolucionários contra o regime da época.

Diante desse arcabouço teórico, destaca-se uma militante da esquerda armada que foi presa e torturada duas vezes na época e seu relato ajuda a compreender melhor a temática, em análise, bem como entra em contato com o tema abordado. Vejamos:

Rosalinda Santa Cruz: “Eu me sentia inteiramente amedrontada, eu me lembro daquele momento de solidão, de medo, de total desproteção diante daquele homem, daqueles homens e eles me levaram para uma sessão de tortura. E o que estava em jogo não era informação. Era minha estruturação, era minha rebeldia, o fato de ter me rebelado contra a autoridade e prepotência deles. Então, depois de eles terem me batido muito com o telefone, choque elétrico, pau de arara, choque na vagina, sempre despida, eu cheguei a um momento em que eu pedi: me matem ! Eu quero morrer, não estou aguentando. Lembro do olhar e do riso deles assim pra mim: Eu não te mato, não me interessa em te matar. Eu vou te fazer em pedacinhos e vou lhe torturar o quanto eu quiser e inclusive lhe mato se eu quiser. Então era esse nível de impotência diante do torturador, toda impunidade da capacidade que ele podia realmente fazer isso. Podia ficar dias e dias e meses comigo, fazendo todo tipo de experiência que pudessem fazer e a minha resistência não sabia o limite dela. Sabia que tinha um limite, e o limite era do meu corpo, da minha dor, da minha força e acho que isso é o estar, o caminho pra questão da loucura”. Afirma.

De acordo com o depoimento de Rosalinda Cruz, pode-se perceber o quanto eram cruéis e extremamente covardes as situações em que viveu durante a época da ditadura. Nesse cenário, insere-se a tortura como é demonstrada, a partir de sua fala e os métodos que eram utilizados e como isso de certo modo desencadeou um processo traumático nessa vítima, onde precisou realizar tratamentos psicológicos. Ressalta-se, todavia que a memória do trauma ainda permanece de certa maneira e como ainda o silêncio persiste de alguma forma.

Daniel Aarão Reis, em seu artigo, Ditadura, Anistia e Reconciliação propõe reflexões pertinentes sobre o tema podendo dialogar com o presente assunto, em questão. Segundo o autor: “A tortura, vale ainda aduzir, é crime contra a humanidade, imprescritível e o Estado brasileiro subscreveu um tratado internacional estatuidando a



respeito do assunto não podendo, assim, fugir às responsabilidades assumidas”. (REIS, 2010, p.180). Ainda nesse aspecto, pode-se inferir que ainda há um silêncio, no que diz respeito à tortura durante o autoritarismo militar, girando em torno da Lei da Anistia. Nesse contexto, Daniel Reis aborda que:

E, assim, os torturadores foram deixados em paz. E a tortura, empurrada para baixo de grosso tapete. Tratava-se, ao menos temporariamente, de esquecer o passado. Curto-circuito da memória? A confirmar o conhecido bordão de que o povo brasileiro não a tem? Nada disso. Apenas a proposta de se desvencilhar de um passado que se queria recusar, mas a propósito do qual não havia ainda uma análise bem concatenada ou uma narrativa clara e consensual, social e politicamente aceitável. (REIS, 2010, p.173).

O relato sobre o que passou com os torturadores e os seus mínimos detalhes entram em diálogo com as questões até então propostas, uma vez que há uma relação entre a memória do que ela vivenciou durante o regime militar, bem como uma concatenação com a tortura sofrida, podendo relacionar as abordagens de memória e trauma. Ainda há uma esperança não só de Rosalinda, mas também das outras mulheres torturadas e que esses silêncios sobre os torturadores sejam investigados, não deixando essa ausência perdurar durante todos esses anos. Foi um processo traumático e que afetou não só fisicamente, mas emocionalmente e psicologicamente, de acordo com os depoimentos.

Vale destacar que a memória cria uma presença de certa maneira e tal presença se apresenta no tempo presente, no caso, as declarações de cada uma são perceptíveis que essa memória é recordada a partir desse tempo, lembrando-se daquele passado repressor. Percebe-se também uma interação no tocante aspecto da memória e história oral, onde se tem a narrativa vivenciada por Rosalinda, bem como suas lembranças do período. Diante desse ângulo, em seu texto, História, Tempo Presente e História Oral, Marieta de Moraes Ferreira apresenta suas ideias podendo conectar as presentes questões. Em suas palavras:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. (FERREIRA, 2002, p.321).

A partir do fragmento de Marieta Ferreira tem-se uma relação com o raciocínio de Myrian Santos e Daniel Reis, no que tange a relação da memória, onde que de certa



maneira, o documentário é trabalhado com o intuito de demonstrar os relatos vivenciados por mulheres durante o regime de 1964 e são claros os depoimentos sobre o que foram vivenciados ao longo daquele tempo. Com isso, fica evidente que as reflexões dos autores tematizados possuem o intuito de reforçar os assuntos e auxiliarem o tema, a partir da análise do filme *Que Bom Te Ver Viva*, com ênfase, notadamente no caso de Rosalinda Santa Cruz.

Assim, torna-se pertinente demonstrar questões voltadas para a identidade, memória, silêncio, lembranças e traumas durante os anos que compreende a ditadura militar. É necessário entender as trajetórias de vidas dessas mulheres ao longo do documentário, pois mesmo que foram pessoas que possuíam posições ideológicas contrárias ao regime político vigente na época, não é digno cometer crimes de torturas, principalmente físicas. A relação de memória e história oral, demonstrando as experiências traumáticas e os dramas de algumas mulheres durante a ditadura causa uma reflexão crítica sobre tais fatos ocorridos, para que certos passados, mesmo que assombram determinados presentes, não ocorram na proporção igual ao da época militar de 1964.

A memória, por sua vez analisada e tematizada particularmente possuem outras atribuições, conceitos e maiores dimensões sobre os aspectos que giram em torno do referido objeto de estudo, no caso, o documentário. Percebe-se, também que os eventos ocorridos no referido filme possuem constituições históricas distintas, mais precisamente, os depoimentos privados e a forma que esse passado possui um impacto em suas vidas. Além disso, vale frisar que a capacidade do indivíduo em se relacionar e relatar um determinado passado, seja bom ou ruim, exige um esforço da memória, em questão. Vê-se de certa maneira e como elementos importantes, o afeto e as sensibilidades aplicadas na memória, de certo modo. No caso, mais precisamente referem-se às sensibilidades de cada participante ativa na ditadura militar e os presentes relatos que vivenciaram.

Ganha configuração real, os eventos que cada militante passou durante o período, no caso considerado como uma fase de terror, segundo as mulheres que eram contra a forma de governo da época. Diante desse cenário, é perceptível que mesmo se tratando de formas particulares de trabalhar a memória, vale enfatizar que não é um elemento simples de trabalhar unicamente, uma vez que há Histórias presentes em cada depoimento, em si. Com isso, mesmo se tratando de memórias da ditadura militar passando por medo, torturas e traumas, as Histórias permanecem de alguma forma, caso



contrário não teriam relatos ou estudos profundos sobre essa época que o Brasil vivenciou.

Continuidades e permanências constituem de certa medida, possíveis estudos nas áreas compreendidas do regime militar, com ênfase, onde não se descarta os eventos mais importantes e considerados chocantes do período, em si. Vale a pena demonstrar que a um silêncio de alguma maneira, onde muitos casos e acontecimentos ficam de lado, deixando o silêncio presente, logo as memórias também, pois um não anula o outro neste caso. As memórias criam presenças, mas se forem silenciadas não há como realizar possíveis interpretações.

O passado não pode ser mudado de certa maneira, mas sim reinterpretá-lo ou ressignificá-lo torna-se possível, pois determinados fatos ou acontecimentos que possuem níveis de averiguações menores ou estudos menos profundos é digno contextualizar, compreender melhor os acontecimentos que ocorreram no presente evento analisado. Assim ao realizar uma análise mais concatenada e com um grau analítico e crítico maior tem-se a memória inserida no presente contexto, conciliando a memória e a História, que talvez fosse perdida, mas pode ser recuperada e reinterpretada ou ressignificada, afinal nem tudo está perdido, pois há capacidades de interpretações e uma construção de uma nova historiografia daquilo que está sendo analisado.

Nesse eixo há várias dimensões sobre as diferentes formas de compreender memórias e suas diferentes interpretações. Assim é importante demonstrar que as memórias possuem aspectos que podem ser analisados não como uma via de resoluções de conflitos e guerras de memórias e sim compreensões e averiguações, a partir do presente para que possíveis futuros não ocorram da forma que ocorreu no passado a ser analisado. Além disso, um balanço entre passado e presente qualifica ainda mais a não cometer e até mesmo na tentativa que não aconteça um determinado evento em tal período que causam traumas nas pessoas ou tristes recordações, provocando medo, como é perceptível no filme *Que Bom Te Ver Viva*.

Dentro desse contexto, Paul Connerton apresenta uma reflexão, em seu texto, A memória social dialogando com as questões até então feitas, observa-se que:

Podemos dizer assim, de forma mais geral, que todos nos conhecemos uns aos outros pedindo explicações, fazendo relatos, acreditando, ou não, nas histórias sobre os passados e identidades uns dos outros. Ao identificarmos e compreendermos com êxito o que outra pessoa está a fazer, enquadramos um acontecimento particular, um episódio, ou comportamento, no contexto de várias histórias narrativas. Identificamos, deste modo, uma determinada acção recordando, pelo



menos, dois tipos de contexto para essa acção. Situamos o comportamento dos agentes por referência ao seu lugar nas suas histórias de vida e situamos também esse comportamento pela referência ao seu lugar na história dos contextos sociais a que pertencem. A narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam, está incrustada na história dos grupos a partir dos quais os indivíduos adquirem a sua identidade. (CONNERTON, 1999, p.24).

De acordo com a linha de raciocínio do autor fica evidente perceber que a memória está vinculada com casos particulares da vida de cada um não podendo ser dissociadas. É patente perceber que as mulheres entrevistadas apresentam formas de vidas e dos acontecimentos inseridos distintos, mas o contexto histórico é o mesmo, ou seja, um passado de muitas censuras, repressões e perseguições e que causam dores e sofrimentos. Não só no momento do presente daquele passado, mas também no presente atual, mais precisamente no século XXI, onde os perdões e os traumas não foram superados totalmente e sim parcialmente, para outras ainda permanecem como uma sombra na contemporaneidade.

Diante desse ângulo e realizando uma conexão com as ideias de Halbwachs, ainda sobre esses aspectos percebe-se que:

A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo. (HALBWACHS, 2006, p.88).

O acontecimento referido no caso trata-se da ditadura militar, onde um grupo de mulheres foram torturadas e que relatam as lastimáveis experiências vividas e sua relação com o passado, causando um pesadelo. O peso no tempo presente é grande, uma vez que devida as ondas de repressões que o País passou foi muito grande e que a consciência de cada mulher que teve uma experiência traumática entre os anos 60 e 70 pesa ainda na



atualidade, talvez não como antes quando terminou a fase militar, mas ainda as recordações insistem ou persistem em permanecer nos dias de hoje.

A temática de Halbwachs sobre a memória é compatível com a vivência das experiências de tempo das mulheres entrevistadas, logo torturadas. De acordo com sua abordagem, onde o autor delinea que as memórias se formam e são renovadas e se tem uma capacidade de rememoração é perceptível que tal ideia se aplica no grupo social das mulheres que sofreram e sofrem com as lembranças do passado. Sendo assim, o que se aplica é a questão de que esse acontecimento, no caso a ditadura militar e seus métodos e técnicas de tortura eram aplicadas em pessoas que não respeitavam a atual conjuntura que o Brasil vivia.

Assim, pode-se inferir nesse grupo dessas mulheres que relatam seus passados e que de certa maneira possuem traços fundamentais com o próprio grupo, em si, o que não se descarta a ideia de todas as formas de sofrimentos que passaram podendo ser aplicado ao raciocínio de Halbwachs nesse grupo social e que possuem traços fundamentais, entre si e a todo o momento são formadas determinadas heranças daquele momento difícil vivenciado, em questão.

A capacidade de lembrar se configura como um ato de rememoração e também de reviver novamente aqueles tempos árduos e difíceis que passaram nas mãos dos torturadores, mas não se descarta o momento atual em que vivem. Hoje, apesar de ser um passado que assombra, a vida continua. No caso, foi delicado, pois uma delas teve seu irmão desaparecido e o silêncio persiste de alguma forma, porém seguem com uma vida normal, como se percebe no filme, mesmo que foi produzido na década de 80, percebe-se que são tranquilas em relação ao tempo de cada uma, mais precisamente, continuam seguindo em frente apesar dos percalços vivenciados no tempo militar.

No tocante a este aspecto, Mateus Pereira aborda ideias pertinentes que entram em contato, não só com as questões de memória, mas também com o cenário que o País se encontrava durante a administração dos militares. Em seu texto, *A História do Tempo Presente: do futurismo ao presentismo?* o historiador demonstra que: “O estudo da memória pode nos ajudar a pensar formas de ação a partir de nossa relação com o passado”. (PEREIRA, 2011, p.59). Ainda reforça: “Vemos que, em geral, no Brasil, a história do tempo presente é, em grande medida, a história da Ditadura Militar, bem como de seus efeitos e permanências no presente”. (PEREIRA, 2011, p.62). Além disso e é importante ressaltar: “É claro que a história da Ditadura Militar ainda afeta o presente,



mas é uma história que também é do passado. O que não significa que esse passado não seja atual”. (PEREIRA, 2011, p.62).

As ideias do autor colaboram para a análise do presente contexto, até então demonstrado, onde que a uma tensão entre a memória e as lembranças, ou seja, a capacidade de cada mulher que realiza sua fala diante dos momentos vivenciados, acaba de certa medida, lembrando-se do regime de 1964 e a memória entra nessas questões, pois é algo que somente elas, de acordo com o documentário possuem em suas consciências e recordam. Mesmo com o passar dos anos, essa memória como está em jogo na discussão ainda cria uma presença, seja de medo, silêncios e traumas ao longo do cotidiano, algo que só quem vivenciou sabe se impacta ou não o tempo presente ou se o passado já foi superado, o que é difícil de esquecer, uma vez que foi muito sofrido essa época.

Dentro dessa ótica, torna-se evidente perceber que todo esse estudo feito sobre as questões do documentário e intercalando com a História oral, memória, perdão, trauma, medo e silêncio são importantes, pois foi um momento conturbado, de início em que o País vivenciou. A ditadura militar quando foi implementada tiveram muitas reações contrárias ao presente regime político, pois os que não eram a favor desejavam a volta da democracia o mais rápido possível e se libertarem daquele cenário agitado que causaram tantas censuras e repressões.

As forças contrárias que tiveram maiores relevâncias se deram por simpatizantes da esquerda em sua maioria e também grupos, que não acatavam esse tipo de governo que causavam tantas proibições em várias estâncias. Tais grupos se referem às guerrilhas, as lutas camponesas e principalmente os urbanos, onde se destacavam os universitários que possuíam como orientação política, o socialismo. Esses grupos acreditavam que por meio do socialismo, o Brasil poderia chegar ao comunismo, onde que poderia haver maior justiça e fraternidade social, bem como acreditavam no aparelho estatal, fornecendo todos os subsídios necessários que a população brasileira precisasse. No caso, foi o que não ocorreu, pois logo que João Goulart propõe as reformas de base, os militares tomam o poder, acreditando que o País poderia estar caminhando rumo ao comunismo, conhecido pelos contrários a esse pensamento político como o perigo vermelho.

Nesse contexto, destacaram muitos grupos opositores à ocupação dos militares no governo, causando grandes comoções populares e o Brasil passando por várias ondas de protestos, greves e mobilizações contra a ditadura militar. Assim, destacam-se essas mulheres que almejavam a volta da democracia e não eram adeptas a esse tipo de governo, bem como uma análise atenta do filme, pode-se perceber que a crueldade era enorme,



configurando como práticas desumanas por parte dos militares e torturadores em terem cometido esses tipos de comportamentos com elas, em questão.

O que fica em pauta de análise para além do que essas mulheres passaram durante a ditadura militar, é o fato de elas terem tido os seus direitos humanos violados e serem alvo de perseguições por conta de suas posições políticas. Lastimável perceber que esse tipo de crime foi cometido por conta da maneira que as pessoas pensavam, sendo por meio de torturas ou outros castigos físicos e que provocaram abalos emocionais, mentais e psicológicos nessas vítimas diante do presente governo, no caso, a presença dos militares no poder. A democracia, por meio do pensamento não só dessas militantes de esquerda que foram maltratadas e constrangidas foi derrubada de acordo com a concepção de quem era contra a ditadura militar. Além disso, os AI'S que foram decretos para a época se configuraram como práticas verdadeiramente autoritárias.

Diante disso, a conjuntura se caracterizou a partir dessa maneira, onde muitos tiveram seus direitos cassados, causando violações dos direitos e ferindo as dignidades humanas. Nesse ínterim, Mateus Pereira propõe em seu texto, *Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)* uma reflexão podendo associar com o presente contexto, assim tem-se:

A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contrarrevolução”. (PEREIRA, 2015, p.870).

A partir do fragmento e sua temática, insere-se que a ditadura militar foi uma resposta ao que os militares estavam temendo, uma possível ocupação dos comunistas e talvez o País não prosperasse em sua administração. Fica evidente também perceber que mesmo com a ocupação dos militares, a administração alterou não só na esfera social, por meio da censura e cassações dos direitos de quem era contra ao governo militar. Tiveram alterações nos setores da economia, política e até da cultura, onde muitos artistas que eram contrários tiveram que deixar o País e voltar quando a Lei da Anistia foi sancionada.

Por meio da Memória e da História foi possível realizar uma análise do filme documentário *Que Bom Te Ver Viva* relacionando com os principais aspectos que norteiam os relatos das participantes ativas no governo militar. É patente demonstrar as



relações que envolvem a temática, podendo dialogar com as bibliografias que colaboraram para um maior entendimento do tema. Com isso, buscou-se entender melhor as questões da memória, a partir da análise do passado conturbado das vítimas que relataram os casos vivenciados, de forma geral.

Além disso, tornou-se possível aplicar os principais conceitos de cada teórico (a), bem como as associações de suas ideias, em si sobre o tema, no caso, abrangendo História, memória social e cultural e o balanço entre o passado e o presente, para uma melhor compreensão da temática analisada. O mesmo enfoque se deu por meio de uma análise do relato de Rosalinda Cruz, onde foram demonstradas as situações desesperadoras que passou com os torturadores e compreender o que foi a ditadura militar, a partir desse ângulo. Sendo assim, a função não é somente uma leitura simples sobre o período, e sim apontar e demonstrar os fatos com mais detalhes e evidências, a fim de ter uma compreensão melhor sobre o que realmente foi a ditadura militar de 1964 e não cometendo interpretações de uma única História desse período que o Brasil passou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONNERTON, Paul. *A memória social*. In: __. Como as sociedades recordam. Trad. Maria Manuela Rocha. 2ª ed. Lisboa/Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 7-46.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, Dezembro, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-112.

PEREIRA, Mateus H. F. *A História do Tempo Presente: do futurismo ao presentismo?*. Humanidades (Brasília), v. 58, p. 56-65, 2011.

PEREIRA, Mateus H. F. *Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão de Verdade (2012-2014)*. Varia História (UFMG. Impresso), v. 31, p.863-902, 2015.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

SANTOS, Myrian S. dos. *O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado*. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>.

Filme: Que Bom Te Ver Viva, 1989 – Drama/Documentário. Lúcia Murat.



PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DE SERGIPE: A CASA DE SERGIPE

Maristela do Nascimento Andrade¹
Edna Maria Matos Antonio²

Resumo

O artigo apresenta reflexões derivadas da investigação realizada sobre o processo de construção da memória coletiva do povo sergipano a partir da comemoração de data cívica, 8 de julho, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE em 1920. O fio condutor desta trama corresponde à análise da dinâmica política/intelectual construída em torno da celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe, organizada pelos membros daquele Instituto e registrada em sua revista, e do esforço empreendido em resgatar e perpetuar as gerações vindouras traços da história de Sergipe, por meio do reavivar de símbolos, imagens, documentos históricos e da construção de novos elementos voltado à identidade local.

Palavras-chave: Memória; História política de Sergipe; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

FIRST CENTENNIAL OF SERGIPE'S INDEPENDENCE: THE SERGIPE HOUSE

Abstract

The article presents reflections derived from the investigation carried out on the process of construction of the collective memory of the Sergipe people starting from the commemoration of a civic date, July 8, at the Historical and Geographical Institute of Sergipe - IHGSE in 1920. The guiding thread of this plot corresponds to the analysis of the political / intellectual dynamics built around the celebration of the first centenary of Sergipe's independence, organized by the members of that Institute and recorded in its magazine, and of the effort undertaken to rescue and perpetuate the coming generations traces of Sergipe's history through the revival of symbols, images, historical documents and the construction of new elements focused on local identity.

Keywords:

Memory; Political history of Sergipe; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe (2017); membro do grupo do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT), com concentração em educação a distância, história e poder, história de Sergipe.

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011); professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora de área História do Programa de Iniciação à docência PIBID/CAPES da UFS. Coordenadora Titular do programa de Mestrado em História da UFS.



1. Introdução

Comemorar é reviver de forma coletiva a memória de acontecimento histórico considerado relevante pelo grupo social que, ao contribuir para modificar a vida de toda uma sociedade, torna a celebração significativa. Assim, manifestações culturais resultam da construção de seu processo histórico, representado pelo resgate e pela apropriação da memória e da realização de eventos voltados a construir ou perpetuar elementos simbólicos que atuam na construção de uma identidade comum.

A memória histórica, para complementar a sua expressividade e efetividade pode ser materializada em eventos e monumentos materiais ou não materiais, que precisam de ritualização para se manter vivos no grupo social que os gerou. Daí surge à necessidade da instauração das comemorações nacionais e de todo o seu ritual simbólico.

Para Paul Ricoeur (apud Silva, 2002), a reflexão sobre o tempo é trilha pela qual o historiador precisa enveredar para melhor entender sua prática disciplinar. Por isso, as comemorações são fascinantes objetos de estudo, visto que elas se transformam em simbologias e monumentos capazes de perpetuar atos que, se não celebrados, tenderiam a ser relegados à zona de esquecimento humano, uma vez que a memória é seletiva e falha.

Muito do que se conhece de memória ou de manifestações que guardam reflexos de memória é colocado em museus, bibliotecas, expostos em praças públicas e mesmo difundido por meio de hinos, como sinal de reconhecimento e marco, enfim, de ato significativo do passado. O centenário da independência sergipana, por exemplo, teve como elementos de eternização do passado o busto de Tobias Barreto, a composição do hino de Sergipe e a definição da bandeira do Estado.

A celebração estudada enquadra-se no universo teórico-metodológico da história política renovada³ apoiada na perspectiva político-cultural, voltada não só a recuperar antigos conceitos de sua produção, mas a incorporar nesse conhecimento novos olhares e novas formas de entender problemas históricos/historiográfico como o surgimento dos Estados modernos. Assim, o estudo das construções simbólicas e representações políticas

³ Movimento inaugurado por René Rémond (1981-2007), ao revalorizar e renovar a história política na França como resposta à visão tradicional do político na História. A História Política Renovada, segundo José D'Assunção Barros (2008), abriu espaço para o estudo de novas modalidades de poder, presentes na vida cotidiana, nos sistemas de representações, na expressividade do uso das palavras e dos discursos (os chamados micropoderes), além de corresponder a uma perspectiva histórica vista a partir das massas anônimas, dos de 'baixo', o indivíduo comum, rompendo com o estudos das excepcionalidades das grandes figuras e atos políticos, característicos da história política tradicional.



sobre o passado constituem tema fecundo, possibilitando a discussão da formação das identidades. Nessa perspectiva teórica, abordamos a celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe.

A tarefa de buscar e analisar o periódico comemorativo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe demonstra que, ao se celebrar o passado, estabelece-se elo entre este e o presente da memória, relação capaz de ‘eternizar’ atos memoráveis que devem ser retomados constantemente.

A análise da data de 8 de julho de 1920 é necessária por entender que ela marca o início de nova etapa administrativa e a consolidação do evento que redefiniu as diretrizes da política sergipana com relação a Capitania Baiana. O marco é o ponto de partida para uma nova escrita da trajetória histórica do povo sergipano, registrada a partir de momentos distintos e de disputas internas e externas, cenários que marcam e consolidam a confirmação do processo de consolidação da independência sergipana.

Um dos objetivos que aqui se almejou foi buscar analisar os registros dedicados a celebração do primeiro centenário da independência de Sergipe, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e registrado na publicação da Revista do IHGSE em 1920.

A leitura das atas transcritas e publicadas no periódico, revelam-se como fonte para a pesquisa histórica e para o resgate do episódio. Em suas páginas é possível conhecer o processo de planejamento da celebração, identificar personagens envolvidos, suas falas e preocupações. O estudo do periódico permite conhecer peculiaridades da história de Sergipe, e do IHGSE.

Publicações, no entanto, encontram-se envoltas em intencionalidades, e embora a revista do IHGSE, seja a principal referência documental desta pesquisa, o contexto político em que a mesma foi produzida a que se considerar o contexto histórico da sua produção. Os escritos estão impregnados de discursos elaborados por autoridades constituídas e voltados e direcionados a forjar opiniões. A linguagem e os argumentos apresentados fazem do instrumento de comunicação social, o retrato de um grupo de intelectuais e senhores que expressam seus valores de juízos, no primeiro quartel do século XX.

O procedimento utilizado analisou o acervo das revistas do IHGSE, com foco nas atas referentes às reuniões de organização e as solenidades de Comemoração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe, evento que busca ressaltar, por meio do



enaltecimento da memória, aspectos relevantes da construção de valores e princípios da comunidade sergipana.

2. Institucionalização do IHGSE: a Casa de Sergipe

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, instituído no ano de 1838, período de vigência do regime imperial, é a mais antiga e tradicional entidade voltada para a pesquisa e a preservação histórica e geográfica da identidade cultural e da memória nacional sob orientação oficial.

A história do Brasil escrita pelos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro promove a construção/reprodução da trajetória regional e local das mais diferentes regiões do país, ressaltando valores ligados à unidade nacional e à centralização política, visto que naquele período da historiografia nacional a nova nação estava por constituir sua identidade e costumes próprios. O projeto do IHGB inicialmente estava voltado para a construção e propagação das tradições e do progresso por ser pensado como instituição responsável pela centralização do poder intelectual e formulação dos parâmetros da escrita da história nacional.

Como forma de divulgação dos resultados estabelecidos, o IHGB publica a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - RIHGB que reúne artigos de seus membros e de integrantes de instituições congêneres. Dessa forma, buscava-se preservar a memória cultural do país e, por meio da publicação, propagar e apresentar contribuição à sociedade em geral.

Seguindo a mesma orientação, algumas Províncias passaram a fundar seu próprio Instituto, como forma de cuidar de sua documentação, estudar sua realidade e construir sua própria identidade.

Segundo Itamar Freitas (2002), no Nordeste, a primeira Província a criar seu Instituto foi Pernambuco (1862), seguido por Alagoas (1869) e Ceará (1887). Na fase republicana, os demais Estados foram instalando seus institutos: Bahia (1895), Rio Grande do Norte (1902) e Paraíba (1905). O de Sergipe foi um dos mais tardios (1912), antes apenas daqueles do Piauí (1918) e do Maranhão (1925).

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE foi fundado em 6 de agosto de 1912, por iniciativa do sociólogo Florentino Teles de Menezes (1886-1959) e 21 personalidades do meio cultural sergipano, em sua maioria bacharéis. Foi reconhecido como de utilidade pública estadual pela Lei nº 694, de 9 de novembro de 1915;



considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58 do Congresso Americano de Biografia e História de Buenos Aires, em 1916; e reconhecido como de utilidade pública em âmbito federal pelo decreto nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920 (DANTAS, 2012).

O IHGSE fixou suas diretrizes à luz daquelas vigentes no IHGB, voltado à construção do regionalismo, da história local, como lugar de memória e produtor de historiografia. Foi, em suma, idealizado com instrumento destinado a legitimar e a propagar os valores e as concepções políticas locais.

Sergipe era na época Estado que dispunha de quadro significativo de homens de letras, atuantes na capital federal e em outras partes do país, entre os quais se destacavam intelectuais como Sílvio Romero (1851-1914), Tobias Barreto (1839-1889), Manoel Bomfim (1868-1932), Felisbello Freire (1858-1916), Laudelino Freire (1873-1937), Hermes Fontes (1888-1930), Maximino de Araújo Maciel (1866-1923), João Ribeiro (1860-1934) e Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior (1856-1929). A demora em se instituir no Estado espaço voltado para a preservação da memória é justificada de diferentes modos. Sílvio Romero entende ser “Sergipe uma terra de emigrados”, tese sustentada por Joaquim do Prado Sampaio Leite e por Ibarê Dantas, quando registra:

Inegavelmente o ambiente [sergipano] era acanhado sob vários aspectos. Entretanto, no início dos anos dez, Sergipe passava por transformações modernizadoras, dentro de um ciclo de reformas político-administrativas e econômicas sob a direção do presidente general José Siqueira de Menezes (1911-1914). Depois de período político conturbado na primeira década do século XX, quando a sociedade dividiu-se por ocasião de uma revolta que resultou na morte dos dois principais líderes políticos do momento, Fausto Cardoso e Olímpio Campos [...] Esses melhoramentos materiais atingiam, sobretudo, Aracaju, uma pequena cidade de cerca de 30 mil habitantes, cuja elite intelectual dava sinais de preocupações com temas socioculturais e com a memória da sociedade (DANTAS, 2012, p.28).

O IHGSE é resultado da geração intelectual influenciada pela Escola do Recife, da qual muitos dos seus fundadores eram discípulos, ou admiradores de Tobias Barreto, que pregava o monismo, o culturalismo e o evolucionismo e combatia a corrente espiritualista e metafísica da Igreja Católica, o laicismo.

A primeira sede do IHGSE foi o Tribunal de Relação (1912-1914) onde foram realizadas reuniões de organização do Instituto e gestada a consolidação do seu estatuto e seus atos normativos. No ano de 1914, ele foi transferido para salas ao sul do Palácio do Governo, situado na Praça Olímpio Campos, e no final do governo do General Valadão (1918) foi transferida para uma casa na Rua de Maruim. Durante a administração do presidente Manuel Joaquim Pereira Lobo (1921-1923), as reuniões da diretoria deixaram



de ocorrer na sede, sendo realizadas no auditório da Biblioteca Pública. Em meio a muitos reveses, em 2 de abril de 1939, a sede atual, localizada na Rua Itabaianinha, no centro da cidade de Aracaju, foi inaugurada na gestão de Epifânio da Fonseca Dória (1937-1939).

Na segunda metade dos anos de 1930, a Casa de Sergipe, como carinhosamente ficou conhecido o IHGSE, passou a receber incentivos dos governos municipal e estadual que, nessa época, era a presença mais atuante no Instituto, por meio de intelectuais do Governo de áreas diversas, desde a década de 1920.

Entre os pioneiros da constituição e construção do IHGSE, estão Florentino Menezes, Prado Sampaio, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Luiz José da Costa Filho, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior e Elias do Rosário Montalvão e Florentino Menezes, este tido como mentor intelectual do projeto.

A primeira edição da revista do IHGSE, datada de 27 de agosto de 1912, destaca o estatuto e a constituição do Instituto e apresenta relatos de seus pares e colaboradores. A função da revista seria informativa, com prestação de serviços à sociedade civil.

De acordo com análise realizada por Itamar Freitas (2002), pode-se perceber que a revista, embora concebida como veículo de registro e preservação da memória histórica, sofria em sua elaboração fortes ingerências pessoais, e certamente políticas, na seleção e redação de seus temas. Registra Freitas:

Quanto à redação da revista [...] em 04/02/1917, instituiu-se a 'Comissão da Revista' [...]. A presença de uma comissão não impede a prevalência de um sobre os demais membros durante a seleção dos trabalhos a serem publicados além, é claro, da influência do próprio presidente do Instituto, indicando ou vetando nome e temas (FREITAS, 2002).

Embora a historiografia determine que o historiador seja imparcial na análise dos seus dados, assim parece não acontecer quando da seleção do conteúdo a serem publicados no periódico. Os confrades mantinham um controle pessoal na escrita historiográfica sergipana.

3. Revista do IHGSE: Edição do Centenário de Independência de Sergipe

A edição volume V, de 1920, da RIHGSE, comandadas pelos redatores o Desembargador Liberio de Souza Monteiro, Dr. Álvaro Fontes da Silva e Dr. Antonio Batista Bittencourt, publica um número especial, consagrado à comemoração do primeiro



centenário da emancipação política de Sergipe. O caderno reproduz e registra os desdobramentos do decreto de 8 de julho de 1820, através do qual D. João VI informa o Conde Palma, então Governador da Bahia, da elevação da Capitania de Sergipe à condição de território independente.

A estrutura da revista está dividida em quarenta temáticas, que compreendem correspondências de confrades de diferentes partes do Brasil, ilustrações, retratos, e uma temática ou outra voltada a questões de saúde e religião, e o contexto político-social. Em linhas gerais, o volume é dedicado a relatar os preparativos e a celebração do centenário da independência de Sergipe.

Os editores do periódico se preocuparam em publicar as atas das reuniões de preparação da celebração. Em 9 de fevereiro de 1919, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, situado a Rua Maruim, na cidade de Aracaju/Se, às 18 horas, sob a presidência de José Joaquim Pereira Lobo, então governador do Estado e presidente honorário do Instituto, e a presença, além dos membros da direção do Instituto, de autoridades como Dom José Thomaz Gomes da Silva, bispo de Aracaju e representante do Estado de Mato Grosso, e Oscar Lins de Azevedo, então capitão dos Portos do Estado e representante do Ministro da Marinha, foi iniciada a reunião, que contou com a presença da maioria dos sócios do IHGSE, autoridades civis e militares, membros da imprensa e grande número de ‘senhoras e senhoritas’, que nesse tempo figuram no cenário como espectadoras.

A sessão teve início com o discurso do presidente, seguido da leitura da ata da reunião anterior, e todo um expediente onde foram lidos ofícios e telegramas destinados àquela Casa. Passado esse primeiro momento cerimonial, inicia-se a pauta da reunião. Através de Caldas Barreto foi posta em pauta a necessidade da celebração do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe como segue:

[...] aproveitando a solennidade daquela reunião, dignamente presidida pelo primeiro ministrado do Estado, e se aproximando a data mais grandiosa da nossa história pátria, o 1º Centenário da emancipação política de Sergipe, a 8 de julho de 1920, assistia-lhe o dever de levar ao conhecimento dos seus prezados consocios que o Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, em harmonia de vistas com o Governo do Estado, commemorará a passagem dessa memorável data⁴.

A mesma ata revela que na ocasião foi instituída comissão executiva, composta por membros do Instituto, para organização da festa do primeiro centenário, a ser

⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume V. anno V, 1920. p.18.



comemorado em 1920. O comitê organizador foi constituído por Pereira Lôbo, presidente; Álvaro Fontes da Silva, secretário geral; José da Silva Ribeiro, tesoureiro; José Thomaz Gomes da Silva; Deodato da Silva Maia; Evangelino de Faro; Antônio Teixeira Fontes; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Batista Bittencourt; Gentil Tavares da Motta e Luiz José da Costa Filho. A composição da comissão foi aprovada por unanimidade. Na ocasião discursou, ainda, o conferencista Costa Filho que exaltou a importância do Barão do Melgaço, Augusto Leverger, menção que mereceu agradecimento por parte de Oscar Lins de Azevedo, representante do Ministro da Marinha.

A ata desse primeiro encontro atém-se essencialmente, portanto, a registrar a instituição da comissão de responsáveis pelo desenvolvimento das atividades necessárias e adequadas à comemoração festiva dos cem anos de emancipação política do Estado.

Os membros da executiva do centenário da emancipação política de Sergipe reuniram-se em 16 de abril de 1919, na sede do Palácio da Presidência em Aracaju. Estiveram presentes Pereira Lôbo, presidente do Estado e presidente honorário do IGHSE; José Thomaz, bispo de Aracaju; Álvaro Fontes da Silva, secretário-geral do Estado; Manoel Caldas Barreto Neto, Evangelino José de Faro e Antônio Teixeira Fontes, desembargadores; Francisco Carneiro Nobre Lacerda, presidente do Tribunal de Relação; Antonio Baptista Bittencourt, intendente municipal; Gentil Tavares da Motta e João Neto, deputados estaduais; Sabino Ribeiro, presidente da Associação Comercial; Manoel Joaquim Pereira Lobo, chefe do Serviço de Recrutamento; José da Silva Ribeiro, consultor jurídico do Estado; Luiz José da Costa Filho; Francisco Monteiro de Almeida; Francisco de Carvalho Lima Junior; Jacinto Ribeiro, Floduardo Fontes; Antônio Gomes da Cunha Júnior e Adolpho Ávila Lima. É de registrar a inexistência da figura feminina na composição da comissão.

Tomando a palavra, o Desembargador Caldas Barreto proferiu eloquente discurso aos membros da comissão enfatizando a importância daquele encontro, ressaltando a importância dos que se faziam presentes ali e destacando a simbologia histórica que o 8 de julho de 1820 teve para a história de Sergipe.

A título de ilustração, segue trecho de intervenção feita na reunião da comissão responsável pela organização dos festejos do centenário da emancipação política e inscrita na edição da RIGHSE em exame:

[...] Com a palavra, o Exm.º Sr. desembargador Caldas Barreto, Aos nove dias do mez de Fevereiro ultimo, em secção extraordinária do



Instituto Historico e Geographico de Sergipe,[...],dar-se-á hoje a primeira reunião para deliberarmos sobre os melhores meios de se celebrar condignamente o anniversario da Emancipação politica de nossa querida Patria, que é Sergipe, facto que ocorreu em 8 de julho do anno de 1820, no reinado do glorioso monarcha D. João VI⁵.

O texto transcrito evidencia a referência afetuosa a Sergipe, referido como querida pátria, e a D. João VI, denominado glorioso. Nota-se também, na sequência do trecho transcrito, a preocupação com a memória de Sergipe, “não devemos, portanto, deixar em silêncio, despercebidamente, tão memorável acontecimento, que constitui a mais bela página da nossa vida social e política”⁶.

Fica patente que os mecanismos racionais e sentimentais de comemoração foram postos em pauta. Segue-se, então, a defesa de sua realização em função da necessidade de aproveitar a oportunidade para construir relação com o centenário passado histórico.

O desembargador Caldas Barreto, em discurso ufanista, exalta a nação brasileira e busca configurar o ‘herói’ da sergipanidade, Tobias Barreto, que receberá estátua de bronze em praça pública. De sua oratória no salão presidencial consta, “[...] Nós, senhores, nesse grandioso dia, precisamos erigir em bronze um monumento a Tobias Barreto, [...] Após esse acto de reconhecimento justiça e alto civismo, devemos distribuir medalhas de bronze, como lembranças das festas [...]”⁷.

A imagem abaixo registra os membros da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.



Comissão Executiva das Festas do Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe (1820-1920).

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Volume V., ano V, 1920.

No curso da leitura da ata transcrita na edição comemorativa da RIGHSE, chama atenção a conclamação de todos os intelectuais sergipanos para que viessem participar e colaborassem relatando fatos que pudessem alargar e aprofundar os poucos relatos existentes sobre a independência sergipana:

Necessitamos também da collaboração de todos os intellectuaes Sergipanos, residentes dentro e fóra do Estado, para escreverem memórias sobre o magno assumto, as quais serão publicadas em numero especial da Revista do Instituto [...], até o mez de fevereiro do anno vindouro [...]. Finalmente, faz-se mister, sem perda de tempo, que nessa maior data Sergipana, já tenhâmos a nossa carta Geographica, sendo escoimada de todos os erros, a fim de ser distribuída pelos Estados da Federação pelas escolas publicas e particulares, pelos Institutos Históricos e pelas bibliothecas publicas do nosso paiz [...] Para maior realce e mais proveito da festividade commemoração com que projectamos, em hora tão feliz, marcar a data do 1º Centenário [...], ser levantada a carta geographica de Sergipe, fiel, exacta, perfeita e real⁸.

Caldas Barreto faz crítica à forma pela qual estava sendo conduzida a história de Sergipe, pois não existiam na época, de acordo com suas palavras, documentos oficiais que levassem a preservação da ‘veracidade’ histórica de Sergipe:

⁸ Idem.



No tocante, pois, a Geomorphographia deste Estado, andamos á cabra cega, nas escolas, na nossa administração, nos nossos livros, nos nossos gabinetes [...]. Isso feito, a estatística official rematará tão importante obra fornecendo-lhe o valioso contingente de informação precisas⁹.

Esse, porém, não foi o único discurso proferido na ocasião da reunião da comissão. Outras elocuições, na mesma perspectiva, foram proferidas, como a de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, que enfatizou a necessidade de expor as riquezas agrícolas, por meio da confecção de álbum agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado, moção apoiada por Sabino Ribeiro, que sugeriu a exposição dos produtos industriais. Álvaro Silva propôs a confecção da Bandeira Oficial de Sergipe.

Em suma, na reunião houve a aprovação das seguintes medidas:

- ereção, em 24 de outubro do ano seguinte, em Aracaju, de estátua de Tobias Barreto;
- cunhagem de medalhas de bronze comemorativas do Primeiro Centenário;
- publicação de número especial da Revista do Instituto;
- publicação de álbum ilustrado de Sergipe;
- realização de exposição de produtos industriais sergipanos;
- confecção da bandeira do Estado;
- Aumento do número de membros da Comissão Executiva, que assim ficou constituída: presidente, José Joaquim Pereira Lôbo, vice-presidente, Manoel Caldas Neto; secretário-geral, Álvaro Silva; tesoureiro, Sabino Ribeiro; D. José Thomaz; Wenceslau de Oliveira Guimarães; Evangelino de Faro; Antonio Teixeira Fontes; Francisco Carneiro Nobre Lacerda; Deodato da Silva Maia; Manoel dos Passos de Oliveira Telles; Manoel Joaquim Pereira Lôbo; Antonio Baptista Bittencourt; Adolpho Ávila Lima; Luiz José da Costa Filho e Gentil Tavares da Motta.

A ata da reunião registra que foi encerrado o encontro e foi subscrita por Álvaro Fontes da Silva, então secretário-geral da Comissão Executiva do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe.

As intervenções transcritas na ata evidenciam a fragilidade do registro e conservação da narrativa histórica e política de Sergipe, que se apresentava com profundas lacunas e carente de interpretações que fossem capazes de serem utilizadas para referendar os acontecimentos, em geral, e o da Independência do Estado, em especial.

⁹ Idem.



Aspecto a ser destacado é a preocupação que se tem em rememorar o evento a ser comemorado por meio da confecção de lembranças e de exposição/confecção de símbolos que traduzam a expressividade da comemoração, como a Bandeira de Sergipe, que, criada para uma Campanha de Navegação, veio a se tornar símbolo de Sergipe em 1920, com as listas representando a integração de Sergipe com a Federação e as estrelas, as cinco mais importantes bacias fluviais do Estado.

Somando forças, tem-se também a contribuição de Deodato Maia, deputado federal por Sergipe, que apresentou projeto de lei propondo beneficiar os membros da comissão organizadora por meio de concessão de franquia postal e telegráfica, bem como de passe livre nas companhias de navegação e estradas de ferro federais.

Da leitura da ata, pode-se inferir o esforço para construir estratégias de políticas públicas voltadas à divulgação e preservação da memória de eventos constitutivos da identidade da coletividade local, a ser comemorado a partir do acontecimento da emancipação política do Estado em seu primeiro centenário.

4. O 08 de Julho de 1920: Comemoração do Centenário

“Uma das mais assinaladas, se não a epocha mais profícua da monarchia lusitana é, as luz da história, a da permanencia do Príncipe Regente, D. João VI, no Brasil, muito principalmente para nós os brasileiros.” Manoel Caldas Baretto Netto

Na Sessão Magna do Instituto Histórico, em 8 de julho de 1920, presidida pelo Desembargador Manoel Caldas Baretto Netto e aberta à comunidade, estiveram presentes autoridades locais, os membros do Instituto, personagens da comunidade sergipana e o Ministro da Justiça, Oliveira Valadão, representando o Presidente da República.

O discurso inicial proferido pelo então presidente do IHGSE rememorou a história do Brasil Colônia, destacando as melhorias havidas com a chegada da família real, que, progressivamente, desvincularam o Brasil das políticas impostas pela condição colonial, uma vez que passou a ter *status* de sede do Império português, de onde viria a se tornar independente em 1822. No bojo desse processo, promoveram-se mudanças profundas na estrutura e relação de poder, que em Sergipe pode ser constatado, entre outros eventos, na mudança da Capital da Província de São Cristóvão para Aracaju, em 1855; na visita do Imperador D. Pedro II a Sergipe, em 1859; na participação do Brasil na guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870, em que Francisco Camerino se transformou em herói



regional, símbolo da bravura e do civismo sergipanos e que hoje empresta seu nome a uma praça de referência na zona central de Aracaju.

Segundo os registros da ata, durante a sessão comemorativa ocorreu à entrega ao museu do Instituto, por Elias Montalvão, do calendário do ano de 1820, e de uma medalha de bronze, correspondente ao valor de dez reis, cunhada a época da independência.

O consórcio Graccho Cardoso agradeceu ao Instituto a aprovação do busto de Tobias Barreto, a ser inaugurado em 24 de outubro do mesmo ano. Durante a solenidade dr. Carvalho Neto pediu afastamento da função de orador oficial da Casa. Dr. Costa Filho por meio de conferência destacou o papel do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto.

A convite do IHGSE, a Banda do Corpo Policial esteve encarregada do componente musical do evento. Foram distribuído aos presentes retratos de D. João VI, do dr. Pereira Lôbo, então presidente do Estado, e de Sebastião Gaspar de Almeida Botto, bem como reproduções do texto do decreto real de 8 de julho de 1820.

5. Considerações finais

Embora a nona edição da RIGHSE (1920) não o registre, as relações com o presidente da Província não eram fáceis. Ibarê Dantas (2012) entende que essa animosidade se devia a querelas do passado, em virtude de J.J. Pereira Lobo ter sofrido *impeachment* vinte anos antes (assunto talvez de um novo texto). O fato é que, embora se tenha comemorado o centenário em 8 de julho de 1920, data defendida pelos confrades do IHGSE ao abrigo do decreto por D. João VI, o governo do Estado optou por celebrar o acontecimento em 24 de outubro, data em que chegou aos sergipanos a confirmação da emancipação.

Ao que parece a divergência de datas e os ressentimentos contribuíram para que o governador J. J Pereira Lobo não estivesse presente na cerimônia realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 08 de julho de 1920. Nas palavras de Dantas (2012, p. 83), o governo realizou a cerimônias em 24 de outubro, que, segundo Nunes¹⁰, é considerado “data histórica de recuperação da independência de Sergipe”.

Ao longo dos anos, o 08 de julho transformou-se na celebração da independência de Sergipe do IHGSE para seus consórcios e comunidade intelectual, e o 24 de outubro

¹⁰ Qual o significado do 24 de outubro? In: RIGSE, nº 27, 1965-1978.



uma celebração de maior participação do popular financiada pelo Estado e voltada a comemorar a história sergipana.

O que cabe destacar é que o processo de independência de Sergipe ao longo da sua consolidação passou por momentos distintos desde o decreto de Dom João VI, em 8 de julho de 1820, que coloca a Capitânia de Sergipe Del Rei como independente do governo baiano, e, já no regime imperial, com D. Pedro I, com a reafirmação da autonomia sergipana, e sua consolidação, juntamente com o processo de reconhecimento da independência do Brasil corrida em 1822. São esses fatos que a intelectualidade sergipana na década de 1920 buscou transformar em memória oficial.

A celebração da autonomia política, no primeiro centenário da emancipação política de Sergipe, reflete a urgente necessidade de construir símbolos e referências dessa identidade. Fato notório e presente ao realizarmos a análise da edição especial da RIHGSE e observamos os desafios de desenhar um estado que celebra seu primeiro centenário no ano de 1920.

A análise procurou resumir o conteúdo da publicação de 1920 em que se percebe o empenho da elite intelectual sergipana do início do século XX em superar crônica insuficiência e adequação no tratamento dos temas e matérias pertinentes à História de Sergipe. Toma relevo a ausência de intelectuais mulheres na comissão coordenadora do evento comemorativo.

Em suma, o trabalho consistiu em buscar aproximação do evento em que se comemorou o Primeiro Centenário de Emancipação Política desta pequena porção do território brasileiro, situada no leste da Região Nordeste.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista do curso de História**. V. 1, 2008. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>>, acesso em 11 de jul. de 2018.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão. Coleção Biblioteca Casa de Sergipe. Editora UFS. Aracaju: IHGSE, 2012.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DINIZ, Diana Maria de Falo Leal (Coord.). **Textos para história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na 'Casa de Sergipe' - 1913/1999**. Coleção Nordestina. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

_____. **Historiografia sergipana**. São Paulo: São Cristóvão/SE. UFS, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da história cultural. **Revista de História Regional** 3(1) 25-36, verão 1998.

MATOS, Odilon Nogueira de. Notícia Bibliográfica e Histórica. Páginas da historiografia **Sergipana**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Departamento de história. Ano VII; n° 69. p. 213-268. Agosto/setembro de 1975.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das. O império do Brasil. In: **A corte na América**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: problemática dos lugares**. Projeto história. São Paulo, 1993.

NUNES. Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. 1º Volume (1820 - 1831). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. Qual o significado do 24 de outubro? IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

_____. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MENDONÇA, Nunes. A verdade sobre o fundador do I.H.G.S.J.A. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Número 27. 1965-1978.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Independência e a Construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995.



REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typ. Commercial. Volume V. anno V, 1920.

SANTOS, Adelci Figueiredo. ANDRADE, José Augusto. **Nova Geografia de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer; Universidade Federal de Sergipe, 1998.

SANTOS, Lenalda Andrade. OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica. 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração / Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, volume 22, nº 44, 2002.

SILVA, M. A da. A história, cativa da memória? In: **História: o prazer em ensinar e pesquisar** – Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 1995.



QUANDO CALMET TRAIU CALMET: SOBRE A *FUNÇÃO-AUTOR* EM FOUCAULT E CHARTIER

Gabriel Elysio Maia Braga¹

Resumo

Pensar a autoria, e mais especificamente, a *função-autor* é vital para a História Cultural da Ciência. Neste artigo, busco examinar e comparar as interpretações de dois autores, Roger Chartier e Michel Foucault, com o intuito de poder melhor analisar o tratado escrito pelo monge beneditino dom Augustin Calmet sobre os vampiros em 1751. Nascido na Lorena, Calmet firmou-se, frente à República das Letras, como um competente exegeta. Seus trabalhos sobre interpretação da Bíblia e sobre história universal receberam destaque na França. Sua imagem de autor mudou, entretanto, quando decidiu publicar sua opinião a respeito de uma polêmica que ganhou força na última década do século XVII, os casos de ataques de vampiros relatados nos Bálcãs.

Palavras-Chave: História da Autoria; História Cultural da Ciência; Chartier; Foucault; Calmet

WHEN CALMET BETRAYED CALMET: THE *AUTOR-FUNCTION* IN FOUCAULT AND CHARTIER

Abstract

To think authorship, and more precisely, the *author function* is vital for Cultural History of Science. In this article, it is searched the examination and comparison of the interpretations of two authors – Roger Chartier and Michel Foucault – in order to better analyze the work written by the Benedictine monk don Augustin Calmet about the Vampires in 1751. Borne in Lorraine, Calmet has built up his fame, in relation with the Republic of Letters, as a competent exegete. His works about biblical interpretation and universal history were highlighted in France. His author image changed, however, when he decided to publish his opinion on a polemic subject that has become known in the last decade of the 17th century, the vampire attack cases related in the Balkans.

Key-Words: History of Authorship; Cultural History of Science; Chartier; Foucault; Calmet

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. Contato: gab.braga94@gmail.com.



1. Introdução

Como pensar a autoria na história? É uma questão extremamente complexa definir o que faz um autor ser um autor. É possível, em busca de respostas, recorrer a dois pensadores que possuem trabalhos sobre o assunto, o filósofo Michel Foucault e o historiador Roger Chartier. Suas abordagens possuem poucos pontos em comum e algumas divergências, porém permitem pensar em possíveis novas problematizações para esta temática.

Proponho para este artigo um debate sobre a função-autor em Foucault, em especial na sua conferência publicada *Qu'est-ce qu'un auter?* [O que é um autor?] (1969) e em Chartier, em seu artigo *História Intelectual do Autor e da Autoria*, publicado como capítulo do livro *Autoria e História Cultural da Ciência* (2012), organizado por Priscila Faulhaber e José Sérgio Leite Lopes. Livro este que foca quase que exclusivamente na interpretação do historiador francês sobre a função-autor.

A partir dos resultados desses dois pensadores, proponho uma análise da reputação do monge beneditino francês dom Augustin Calmet e de uma obra sua específica, *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc* (1751). Não escolhemos trabalhar com o conteúdo deste tratado em si, mas com a relação autor-obra, a imagem do Calmet-autor, suas mudanças ao longo de suas publicações e a repercussão deste seu tratado, considerado por críticos da época um desvio em sua produção, ou poderíamos dizer, uma traição do autor pelo próprio autor.

2. *Qu'est-ce qu'un auter?*

Em 1969, mesmo ano de publicação de seu livro *A Arqueologia do Saber*, Foucault apresentou sua conferência *Qu'est-ce qu'un auter?* [O que é um autor?] perante a Sociedade Francesa de Filosofia. Tal fala gerou um grande debate – que está longe de terminar – sobre a função-autor, a importância dessa posição e suas mudanças ao longo da história, dessa forma, contribuindo imensamente para a história das ciências. O filósofo afirmou, ao iniciar sua apresentação, que pretendia analisar não o sujeito, mas sim o autor, ou mais especificamente, a função-autor, seu surgimento, suas características e suas mudanças ao longo do tempo. Em trabalhos anteriores, o filósofo alegou que sua preocupação fora em relação ao funcionamento de práticas discursivas, já neste referido trabalho, tinha com pretensão analisar o proferidor do discurso, a figura do autor não



enquanto sujeito, mas enquanto produtor de discursos de verdades e sua relação com estes.

Para Foucault a função-autor é uma categoria fundamental, que constitui um forte momento de individualização na história das ideias e das ciências (FOUCAULT, 1994, p. 792). A genealogia desta função-autor, em sua abordagem, está fortemente atrelada às punições. Se pegarmos o exemplo da inquisição espanhola podemos verificar a importância do nome do autor quando se tratava de censurá-lo. Era uma questão de identificação de obras e/ou autores que iam contra os preceitos da Igreja.

O filósofo pontuou duas formas de censura. Na primeira, censurava-se o autor e suas obras passadas, presentes e futuras, ou seja, aquele dado autor era tido como uma fonte de pensamentos heréticos, logo tudo o que produzisse estaria condenado. A segunda forma era a condenação de obras específicas de certos autores, para isso era necessário referenciar não apenas o título da obra, mas também o nome do autor, a fim de explicitar qual era a não permitida para leitura pública, evitando possíveis confusões e equívocos. Havia ainda uma outra classe de proibição, após o ano de 1584, que não permitia a circulação de obras cujo autor não fosse referenciado (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 55 – 56), mostrando assim, sua importância.

Ao mesmo tempo em que avalia esta individualidade, Foucault afirma que a autoria possui uma forte relação com a morte ou o apagamento do autor. Ao escrever abre-se mão de muitas das características individuais. Há um distanciamento entre o indivíduo particular e aquele que escreve. Muito se deve às adequações às quais os discursos devem submeter-se no momento da escrita. De fato, a transposição de ideias, de uma pesquisa, por exemplo, para a escrita realiza-se através de uma série de distorções.

Michel de Certeau em *A Operação Historiográfica* (1982) destacou três destas distorções: “a inversão da ordem, o encerramento do texto, [e] a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido” (CERTEAU, 1982, p. 89). A primeira diz respeito à exposição, que se dá de forma cronológica, ao passo que a pesquisa nem sempre ocorre nesse sentido. O encerramento é outra distorção a partir do momento em que é necessário encarcerar ideias no papel, delimitando-as. Por último, deve-se fazer entendível, logo, por vezes deve-se sacrificar certas formas de expressão ou exposição a fim de que o texto se torne claro com uma linha de raciocínio bem definida. Tais distorções, pensando a partir de Foucault, distorcem também o sujeito, tornando-o um autor.



A noção de escrita também é sublinhada por Foucault como um importante conceito, mas que deve ser trabalhado com precaução, pois em sua visão, conceder um caráter originário a escrita tendo em vista o apagamento do autor, na realidade, apenas reforça a visão tradicional de autor como um humano excepcional – algo que mantém os seus privilégios de emissor de verdades, ou mesmo uma ilusória posição de neutralidade (FOUCAULT, 1994, p. 795 – 796). Longe de aspirar encontrar algo para substituir o autor, o que Foucault propõe é localizar o espaço deixado vago por essa figura e trabalhar a partir dele.

Um dos elementos que o filósofo se propõe a analisar é o nome próprio que, de acordo com ele, coloca os mesmos problemas que o próprio autor. “Um nome próprio não possui pura e simplesmente um significado [Un nom propre n’a pas purement et simplement une signification]” (FOUCAULT, 1994, p. 796), ele excede o indivíduo. Tanto o nome próprio como o nome de autor encontram-se no limiar da descrição e da designação, são, contudo, diferentes. O nome de autor possui suas peculiaridades. Ele não é simplesmente um elemento dentro de um discurso, embora exerça um papel de peso sobre ele, um papel classificatório que permite reagrupar, excluir, delimitar... “Por fim, o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso [Enfin, le nom d’auteur fonctionne pour caractériser un certain mode d’être du discours]” (FOUCAULT, 1994, p. 798).

Essa função não pode ser aplicada em todos os tipos de discurso, como no caso dos contratos, por exemplo. A função-autor é, portanto, reservada apenas para uma parcela dos discursos proferidos na sociedade. Foucault cita quatro características para melhor a caracterizar. Primeiramente, a noção de propriedade – e aqui entra o papel da punição – ao se apontar o autor proibido, tanto para condená-lo como para especificar a obra não permitida aos fiéis, no caso da inquisição. Nestes casos o discurso não era visto como produto a ser comercializado, mas sim como um ato, incluído dentro do campo do sagrado e do profano, do permitido e do proibido (FOUCAULT, 1994, p. 799). Neste sentido o discurso se constitui, historicamente, enquanto um gesto de risco, um ato que possui seus perigos.² Estes perigos, entretanto, diminuiram, na opinião do filósofo, quando houve o consolidar da noção de propriedade autoral – os direitos do autor e os

² Evidente que os autores da Idade Moderna tinham noção desse perigo. Podemos citar como exemplo o anseio pelo controle da distribuição e a aversão pelas vendas, trabalhados por DeJean (2005). Os que optavam por publicar seus trabalhos em uma escala maior perdiam o controle sobre a interpretação deste trabalho e abriam-se à críticas e ataques, como foi o caso do monge beneditino Augustin Calmet, sobre o qual falaremos mais adiante.



contratos com os editores, por exemplo³ –, pois surgiram também os benefícios da propriedade.

Uma segunda característica é a não universalidade da função-autor. Neste ponto o filósofo divide os textos literários e científicos para analisá-la melhor em cada contexto separadamente. Os primeiros, até os séculos XVII e XVIII, eram comumente aceitos sem necessidade de se referenciar um autor. A antiguidade de tal produção era o que ocupava o “espaço vazio” deixado pelo autor, ela concedia ao texto legitimação suficiente perante a sociedade. Por outro lado, os textos ditos científicos careciam de um nome de autor para dispor de autoridade. É justamente nos séculos XVII e XVIII que ocorre o que Foucault classifica enquanto um quiasma. Enquanto os discursos científicos deixaram de possuir uma carência de nome e passaram a ser aceitos por eles mesmos,⁴ os discursos literários passaram a exigir cada vez mais a proveniência do texto – autor, data, local... – a fim de medir o valor de uma dada obra (FOUCAULT, 1994, p. 799 – 800).

O terceiro atributo destacado é o fato de não ser espontânea a sua atribuição, mas sim resultado de uma “operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor [operation complexe qui construit un certain être de raison qu’on appelle l’auteur]” (FOUCAULT, 1994, p. 800 – 801). Procura-se dar ao indivíduo por trás da escrita características tais como um poder criador, contudo, afirma Foucault, o que é designado de autor no indivíduo não passa de uma projeção do tratamento dado aos textos. Evidente que existem mudanças no modo de construção do autor ao longo dos séculos, mas o filósofo afirma podermos encontrar um certo invariante⁵ nessas regras de construção (FOUCAULT, 1994, p. 801).

A quarta e última característica elencada diz respeito à natureza do nome do autor. Foucault inicia comentando sobre a proximidade entre os métodos da crítica moderna e da antiga exegese cristã quando se pretendia encontrar o autor da – ou o autor na – obra. O nome puro e simplesmente não significa muita coisa. Pode ter sido proveniente de uma classificação errônea, de uma fraude ou um caso de homônimos, por exemplo. Foucault cita São Jerônimo e seus quatro critérios de identificação de autoria: um nível constante de valor que pressupunha que as obras designadas a um certo autor deveriam ter o mesmo nível, sendo possível desconsiderar aquela avaliada inferior por fugir do padrão; uma

³ Que, de acordo com Foucault, ocorreram em finais do século XVIII e início do século XIX. Esta periodização é contestada por Chartier (2012).

⁴ Com isso referencio a atenção a uma metodologia e a um modo de exposição.

⁵ No original, *certain invariant*.



coerência conceitual ou teórica, não deixando margem para o autor se contradizer; dever-se-ia observar também uma unidade estilística através de expressões e palavras utilizadas; e por fim observar os acontecimentos históricos citados e verificar se condiziam com o período em que o autor estava vivo (FOUCAULT, 1994, p. 801 – 802), pois logicamente, este não poderia referenciar acontecimentos que ocorreram após sua morte ou antes de seu nascimento.

Desse modo o autor se torna o que explica certas transformações e certos acontecimentos dentro de uma obra mais vasta (FOUCAULT, 1994, p. 802), ele preenche um vazio que é criado pela necessidade de uma unidade consistente. Para incrementar a análise, podem ser feitas correlações com a biografia do autor, analisar sua posição/condição social, a cultura do local de onde provém, enfim, o nome do autor concede explicações inteligíveis e satisfaz a necessidade de sua ausência, podendo ser utilizado para explicar aparentes contradições e inconsistências.

Ainda explorando essa quarta característica, Foucault indica que o autor não é uno, mas sim está em meio a uma pluralidade de egos, como por exemplo em um romance narrado em primeira pessoa, em que quem fala não é necessariamente o autor, embora seja possível que este utilize um ou vários personagens para exprimir seu ego. Para trabalhos científico-acadêmicos, o “eu” da introdução não é o mesmo “eu” da conclusão, pois este pode vir ser multiplicado se seguida a metodologia aplicada no trabalho, o autor, portanto, não é um desses egos, mas o que permite a dispersão destes três ou mais (FOUCAULT, 1994, p. 803).

Por fim, Foucault deixa claro as suas intenções. Afirma não pretender continuar tratando o autor como o grande originador de discursos, mas sim de retirar este papel originário que o concede vários privilégios e “analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso [l’analyser comme une fonction variable et complexe du discours]” (FOUCAULT, 1994, p. 811). É importante, em sua opinião, entender que a função-autor não é intrínseca nem necessária, sendo assim, possível pensarmos em uma sociedade onde a função-autor não se fizesse presente.

Tendo em vista as considerações de Foucault podemos melhor refletir a propósito da literatura científica de finais do século XVII até meados do século XVIII, cujo assunto principal eram os casos de vampirismo. Atenção especial será dada ao caso do monge Augustin Calmet e de seu tratado sobre o assunto. Entretanto, antes de adentrarmos na análise de fontes, é importante comentarmos também sobre a interpretação da função-



autor dada pelo historiador francês Roger Chartier, referência em história da leitura e da ciência.

3. O Autor e a Autoria em Chartier

A socióloga Priscila Faulhaber, juntamente com o economista e antropólogo José Sérgio Leite Lopes, organizou o livro *Autoria e História Cultural da Ciência* (2012) que reúne um artigo, uma entrevista e um posfácio de Roger Chartier, além de alguns textos de outros pesquisadores. O tema central é a questão da autoria na interpretação do referenciado historiador francês, sendo que este, em seu capítulo, faz uma análise da conferência proferida por Foucault em 1969.

De acordo com Chartier: “A ‘função autor’ é o resultado de procedimentos precisos e complexos, que posicionam a unidade e a coerência de uma obra (ou conjunto de obras) em relação à identidade de um sujeito construído” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 38). O autor, portanto, deixa de ser um sujeito. O autor não é real – me utilizando de uma nomenclatura mais psicanalítica –, mas sim uma construção dos outros, mais precisamente, dos leitores. O autor é “uma ficção que proporciona realidade a uma ausência” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 40).

Uma grande disparidade entre as interpretações destes dois pensadores se encontra em suas interpretações sobre o surgimento da autoria, principalmente na questão cronológica.⁶ Enquanto Foucault concede mais atenção à punição, ao index, às proibições de livros e autores – como no exemplo anteriormente citado da Inquisição Espanhola –, Chartier propõe uma reavaliação das leis de *copyright*. A partir dessa proposta, avalia que a construção da noção de autoria não poderia ser datada de finais do século XVIII e começo do XIX, visto que já existiam leis regulamentando de maneira mais formal este assunto desde a década de 1720 na Inglaterra (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 45 – 47).

O historiador francês também cita alguns – poucos – casos de autores cujas obras eram assinadas já no século XVII, principalmente quando se tratava de peças de teatro, cuja divulgação era feita, muitas vezes, pelos próprios autores (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 48 – 49). É evidente que esta não era ainda uma prática

⁶ Foucault foca no quiasma, Chartier, por outro lado, vai aos poucos retrocedendo nos séculos, buscando contratos e leis que possam ser interpretadas como direitos autorais.



disseminada, nem servia para todo tipo de obra. Se tomarmos como exemplo os entremezes⁷ portugueses e espanhóis de meados para finais do século XVIII, e mesmo os datados do século XIX, podemos observar que não recebiam nenhuma designação autoral, apenas eram creditados o editor e/ou a casa editorial e o ano de impressão.⁸

A obra *Paraíso Perdido* de John Milton foi uma das primeiras a ser publicada sob um contrato de direitos autorais. Nos contratos da época, era comum o escritor vender o seu manuscrito por um dado preço e o lucro com a venda dos exemplares publicados ser inteiramente do editor. Diferentemente, no contrato assinado por Milton, este permanecia com os direitos da obra mesmo após a venda do manuscrito, o que para Chartier, evidencia uma construção da função-autor antes mesmo de 1710, sendo que a partir desta data, o historiador observa uma “nova posição para o autor” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 50).

Esta pode ser melhor entendida quando tomado o exemplo de Shakespeare, autor que era tido como “propriedade comum” até 1710, quando tornou-se cânone e sinônimo de perfeição, o poeta nacional. Tal fato gerou duas consequências, explicitadas por Chartier, a primeira foi um ímpeto pela correção e expurgo de vulgaridades, uma espécie de “Shakespeareização” do próprio Shakespeare, de forma a deixar o autor mais “puro”, mais perto daquela imagem que objetivou-se consolidar; a segunda consequência foi uma progressiva substituição das obras pelo próprio autor. O autor tornou-se “referência e autoridade, cuja vida exemplar e significado moral ou nacional tornariam-se mais importantes do que seus próprios textos” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 53).

Shakespeare tornou-se uma marca, um selo de qualidade de uma obra. As correções são um ponto muito importante a considerar. Ao ser transformado em cânone cristalizaram-se também uma série de expectativas quanto às obras escritas pelo inglês. O mesmo é verificável em Calmet. Sua reputação se consolidou ainda em vida, diferente de Shakespeare. Porém, assim como no caso do inglês, foram criadas uma série de expectativas quando a seus escritos, não apenas no que se refere à qualidade, ou mais especificamente, ao método utilizado em sua investigação, mas também uma expectativa quanto aos temas tratados.

⁷ Peças curtas com poucos personagens, tal como as contemporâneas esquetes de humor, que eram apresentadas nos intervalos de grades óperas e também vendidas como literatura de cordel.

⁸ Para mais informações sobre os Entremezes ver: BRAGA, G. Preso pela Ratoeira: sobre a sedução nos Entremezes portugueses do século XVIII. In: *Revista Cadernos de Clio*. v.6 n.2, 2015, pp. 119 – 144.



Utilizando o exemplo de Shakespeare, Chartier apresenta a formação daquele autor ficção apresentado no início de seu capítulo, criado para suprir uma ausência, se nos utilizarmos da nomenclatura foucaultiana. Nessa ficção são depositadas todas as expectativas, os anseios e desejos que leitores possuem sobre o autor. A imagem de humano excepcional foi se consolidando com o tempo, acumulando para o autor os privilégios sobre os quais Foucault tanto discorreu, assim como os perigos referenciados por DeJean (2005).

A relação da função-autor com as vendas também é um importante ponto de análise de sua construção. Estas nem sempre foram algo intensamente desejado pelos autores. “Os nobres amadores e os membros da comunidade acadêmica compartilhavam certos valores” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 50), como por exemplo, o desprezo pelas vendas, o desprezo por tornar-se popular. Era temido o perigo do mal-entendido. Muitos destes nobres escritores optavam pela circulação de suas obras no formato manuscrito, obtendo uma circulação mais controlada e um público mais selecionado. Este foi um assunto muito debatido durante o período da Querela entre Antigos e Modernos, entre os séculos XVII e XVIII. De um lado, estes defendiam a participação popular na república das letras, de outro, havia um grande temor e a visão de que o público era “uma força [...] incontrolável” (DEJEAN, 2005, p. 68).

Outro ponto de divergência entre as abordagens foucaultiana e a de Chartier diz respeito à reivindicação de verdade, ou poderíamos dizer, a autoridade possuída ou não pelo nome do autor. Enquanto o filósofo, a partir da abordagem do quiasma, valoriza o anonimato nas publicações científicas dos séculos XVII e XVIII, o historiador rebate afirmando que nomes próprios também reivindicavam verdades e eram importantes fatores no meio científico da época. Assim sendo, para Chartier (2012) havia mais do que a mera atenção a formalidades de método e exposição das investigações. Nessa questão aproximo-me mais da abordagem de Chartier, pois na análise que se segue de Calmet, percebi uma série de expectativas que influenciaram na recepção de seu tratado sobre os vampiros.

Segundo a abordagem de Foucault, havia na Idade Média uma forte necessidade do nome, de preferência um nome “forte” e reconhecido, a fim de se produzir a legitimação do trabalho. Com o advento da filosofia cartesiana, em sua linha de raciocínio, teria ocorrido um apagamento do nome em virtude da primazia do método. Para Chartier, “o fato de profissionais e técnicos desaparecerem por trás da autoridade aristocrática não implicava o anonimato do discurso” (CHARTIER; FAULHABER;



LOPES, 2012, p. 53). Nesta abordagem, a dedicatória também possuía um importante papel no processo de legitimação. O príncipe ou nobre a quem uma obra era dedicada era referenciado como se fosse o seu primeiro autor, a inspiração correta para que tal produção pudesse ser realizada. Uma garantia da veracidade do que estava escrito.

Este sistema, o qual é denominado pelo historiador francês de “modelo de validação aristocrática”, ia muito além das dedicatórias a membros da nobreza. Muitas vezes as apresentações de autor eram feitas com o objetivo de “distanciá-los das práticas mercenárias do comércio de livros” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 54), garantindo assim seu comprometimento com o conhecimento e não com os possíveis lucros decorrentes da distribuição e venda de suas obras. Esta é basicamente a diferença aponta por Mark Rose,⁹ em seu artigo *The Author in the Court* (1992), entre *propriety* e *property*. A primeira refere-se a propriedade intelectual no sentido de controle da distribuição visando a autopreservação do autor – de um público visto como uma força perigosa, como nos relata Dejean (2005) –, uma característica que era vista com muito bons olhos pela nobreza e pelos homens de letras; o segundo termo refere-se a propriedade intelectual no sentido de ser um bem que visa a distribuição e lucro para seu autor (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 51 – 52).

Chartier tece uma crítica à interpretação da historiadora Cynthia J. Brown, que relaciona o surgimento da função-autor diretamente com a invenção da imprensa por Gutenberg. Para ele a importância do nome do autor foi precedente à comercialização de livros impressos, por isso optou por destacar o século XIV, no qual vê uma nova significação para a palavra autor, influenciando nas palavras *auteur* [autor] e *auctores*. A primeira dotava a segunda de uma autoridade anteriormente reservada apenas aos *auctores*, palavra derivada de *augere* que significava dar existência a algo (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 58). A palavra *écrivain* [escritor], passou a designar não só o criador da obra, como também o reproduzidor, o que copiava e a palavra *invenção* desvencilhou-se da noção religiosa de descoberta das criações de Deus para adquirir um sentido de criação completamente nova (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 59 – 60), elevando o *status* do inventor/autor, contribuindo para o desenvolvimento da ficção que é a função-autor.

As mudanças sofridas nas edições também contribuíram para o desenvolvimento deste tema. Em contraste com o que era comum desde o século VIII, ou seja, miscelâneas

⁹ Professor do Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia.



de manuscritos, a partir do século XIV tornou-se comum a junção de diversos textos de um mesmo autor em uma edição, ou mesmo uma única obra sua (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 60 – 61). Pode-se notar, de acordo com Chartier, que a partir da segunda metade do trezentos pode ser encontrado um número maior de edições com uma única obra em detrimento das miscelâneas, e avançando nas décadas essa disparidade apenas cresce. Sendo assim, foi

em torno de autores como Dante, Petrarca e Bocácio, na Itália, e Christine de Pizan e René d'Anjou, na França, que a 'função-autor' surge da profunda revolução na concepção de livro, que reunia um objeto material, um nome próprio e um texto ou série de textos (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 61).

As conclusões a que chega Chartier são que, primeiramente, “a genealogia da autoria literária é mais antiga do que Foucault pensava” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 62) e, em segundo lugar, que “a genealogia científica, ao contrário, é muito mais complexa do que uma simples passagem da *auctoritas* para o anonimato” (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 62). A primeira fica evidente se levarmos em conta as suas considerações sobre o século XIV e as edições manuscritas que de miscelâneas, tornaram-se coleções de textos de um autor somente, ou uma obra apenas.

Sobre a divergência em relação a Foucault sobre o anonimato dentro da autoria científica, Chartier cita que na Idade Média e na Renascença havia um conjunto de conhecimentos considerado coletivo e anônimo, de modo geral, aqueles que buscavam explicações para o mundo natural. Diferentemente do filósofo, crê que a revolução científica do século XVII não teve como uma de suas características a expulsão do nome próprio nas produções e afirmativas científicas. Descobertas e experimentos possuíam uma exigência de nome provido de autoridade que pudesse garantir a integridade de uma dada obra. Esta autoridade, ao longo do tempo, foi se deslocando do aristocrata, do mecenas citado nas dedicatórias dos trabalhos, para a autoridade científica, portadora de verdade (CHARTIER; FAULHABER; LOPES, 2012, p. 63).

Observando o desenvolvimento, trabalhado pelos dois autores selecionados, dessa autoridade científica enquanto repositória de diversas características atribuídas pelos leitores, podemos começar a nos questionar sobre a visão destes. O autor possui sua obra até que ponto? Quando os leitores, ou mesmo os fãs tornam-se também proprietários de uma dada obra? O objeto a ser trabalhado aqui é o tratado de Calmet e as mudanças por que passou o Calmet-autor perante a sociedade letrada francesa. Entretanto essa reflexão



poderia igualmente nos levar a outros caminhos, como a análise de obras contemporâneas como *Star Wars* ou *Harry Potter* que possuem uma legião de fãs que também aspiram tornar-se autores da obra, contribuindo com *fanfics*¹⁰ que nem sempre são recebidas com entusiasmo pelos seus proprietários legais.¹¹ Podemos citar ainda casos em que um autor é acusado de trair sua própria obra, uma espécie de “traição de si”, tal como aconteceu com o diretor George Lucas na trilogia de prequelas de *Star Wars*.

O que defendo com este artigo é que, acompanhando o nome do autor, desenvolve-se uma série de expectativas quanto à sua produção. O autor, contudo, não é uma entidade fixa e imutável que profere discursos automaticamente e sempre sob o mesmo conjunto polido de pensamentos. Enquanto sujeito, o autor está entremeadado em uma série de potenciais mudanças que nem sempre agradam seu público, que desenvolve uma imagem idealizada e estática do autor. Meu foco neste momento é em um caso de “traição de si” – na percepção de alguns leitores da época, evidentemente – ocorrido no século XVIII. Pretendo reunir as reflexões de Foucault e Chartier em torno da análise da reputação e das expectativas em relação a dom Calmet e como seu tratado sobre os vampiros não confirmou sua imagem já consolidada na República das Letras.

4. Calmet: o beneditino que se interessou por vampiros

Com estas reflexões sobre as interpretações de Chartier e Foucault acerca da função-autor e seus desdobramentos na Idade Moderna podemos refletir melhor sobre a visão que a República das Letras possuía sobre os seus autores e levantar um questionamento: É possível um autor trair a si próprio? Como poderíamos pensar essa “traição de si”? Invoco aqui para análise a repercussão negativa do *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* (1751), de dom Calmet e os comentários de outros religiosos e pensadores, como por exemplo, Voltaire.

O monge beneditino lorenense dom Augustin Calmet viveu na região da França entre 1672 e 1757. Ingressou para a ordem em 1688 e após quase uma década foi ordenado

¹⁰ Uma narrativa ficcional criada por um ou mais fãs.

¹¹ Podemos citar aqui o caso de J. K. Rowling e o processo contra a autora de *fanfics* cuja temática era a série literária-cinematográfica *Harry Potter*, Heather Lawver, de 13 anos. Para mais informações ver: Jenkins, Henry. Why Heather Can Write. _____. *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press, 2006. 175-216.



padre.¹² Ficou muito conhecido nos meios letrados por seus trabalhos sobre interpretação da Bíblia (MELTON, 2008, p. 65), que começaram a ser publicados em 1707, totalizando 23 volumes. Foi também autor de trabalhos históricos como a sua *Histoire de l'Ancien et du Nouveau Testament et des Juifs* (1718), escrito após um período vivendo em Paris. Continuou no âmbito histórico escrevendo dois volumes, um sobre história universal e outro mais específico sobre a história da Lorena (MARTIN, 2007, p. 115), região onde nasceu e passou grande parte de sua vida.

Apesar de toda a fama precedente, o religioso ficou muito conhecido e marcado por sua *Dissertation sur les apparitions des anges, des demons et des esprits, et sur les revenans et vampires de Hongrie, de Bohême, de Moravie et de Silésie*,¹³ publicada originalmente em 1746. Neste trabalho, relatou, teceu comentários e analisou diversos casos de aparição de mortos, fantasmas e vampiros, além de fazer considerações sobre os poderes de Deus do Diabo. A dissertação era um trabalho filosófico, histórico e teológico, na percepção do próprio autor, o que não impediu leitores de o classificarem enquanto crédulo dos casos de vampiros e até mesmo senil.

A obra teve uma segunda edição em 1749, mas foi com a terceira que atingiu fama internacional. Ampliada e revisada pelo próprio autor, esta teve o seu nome alterado para *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* (1751). A obra foi dividida em dois tomos, totalizando aproximadamente mil páginas de conteúdo, além de cartas de aprovação anexadas ao final.

Sua fama o concedera uma posição de autor reverenciado dentro da sociedade letrada francesa. Calmet era um nome respeitado, referência nos meios acadêmicos católicos e respeitado por diversos homens de letras. Suas obras eram conhecidas e comentadas. Portanto não podemos ver com muita surpresa a má repercussão que teve sua dissertação sobre os vampiros, muito menos a grande quantidade de críticas as quais, curiosamente, em sua maior parte, não diziam respeito a problemas específicos de metodologia, mas sim ao tema e, especialmente, o porquê de se utilizar de tal metodologia para trabalhar um assunto que era considerado credice e superstição por grande parte dos letrados euro-ocidentais. Entretanto, é importante ressaltar que a abordagem do

¹² Seu interesse na ordem era específico em relação aos estudos. O jovem Calmet não desejava ter obrigações eclesiásticas para com os membros da Igreja.

¹³ Dissertação Sobre a Aparição de Anjos, Demônios e Espíritos, e sobre os *revenans* e vampiros da Hungria, Bohemia, Morávia e Silésia. [Tradução livre].



beneditino continuou condizente ao que pregava para suas produções intelectuais, contudo o foco da crítica nos vampiros ofuscou grande parte deste seu rico trabalho.

Não será analisado aqui o Calmet-indivíduo, embora seja necessário comentarmos aspectos de sua história a fim de melhor poder analisá-lo. O principal objeto de análise será o Calmet-autor, esta ficção construída pela sociedade letrada, e algumas repercussões que teve o seu tratado sobre os vampiros. Gostaríamos de aqui trazer o elemento da *expectativa*, este sentimento de espera que molda a visão de uns sobre outros e é muito próximo de outro sentimento, o de decepção. Era esperado pela república das letras que o Calmet-autor mantivesse seu nível de trabalho – se nos utilizarmos de termos de São Gerônimo – e estilo de escrita. Como veremos, ele manteve seu estilo de abordagem, contudo lidou com um tema polêmico que mexeu com muitos ânimos e despertou diferentes sentimentos nos seus leitores.

Para melhor entender a metodologia escolhida pelo monge, devemos ressaltar o seu pertencimento à ordem dos beneditinos. A regra de São Bento exigia dos monges, 1.500 horas de estudos anuais (BANDERIER, 2015, p. 39) e incentivava a contínua formação dos membros. Somado a isto, temos a abadia de formação de Calmet. A congregação de Saint-Vanne et Saint-Hydulphe, erigida pelo papa Clemente VIII em 7 de abril de 1604, foi a precursora da mais importante reforma religiosa ocorrida na região da Lorena, na opinião do historiador Gérard Michaux (1989). A reforma levada por Dom Didier de la Court, no espírito da Reforma Católica, tinha por aspiração reforçar – ainda mais – os estudos e a formação continuada dos monges beneditinos.

Em carta, Calmet afirmou ter se dedicado a vida religiosa para escapar de quaisquer *charges d'âme* (BANDERIER, 2015, p. 13), expressão francesa que designa responsabilidade para com outras pessoas. No sentido religioso ela se refere às obrigações clericais para com os fiéis, tal como escutar as confissões e acompanhar suas vidas religiosas, indicando-os os caminhos de Deus e ensinando-os a doutrina cristã. Talvez seja por esse motivo que o monge tenha levado quase uma década entre a admissão na ordem e sua ordenação e primeira missa ministrada.

Havia, portanto, uma clara preferência de Calmet pelos estudos. Durante sua vida, sempre que possível, frequentava as academias vannistas, que funcionavam a partir de estudos individuais e coletivos. Dividiam-se as leituras de obras e compartilhavam-se tanto as leituras quanto os resultados de pesquisa (BANDERIER, 2015, p. 20), a fim de engrandecer o conhecimento sobre a cultura escrita católica e laica.



Por sua relação com os estudos, Calmet era detentor de respeito no meio letrado. O filósofo Voltaire era um admirador de seu trabalho e se correspondia com o beneditino frequentemente. No ano de 1754 – portanto, já posterior a terceira edição da obra sobre fantasmas e vampiros –, o filósofo ficou hospedado por três semanas na abadia de Senones – a qual na época estava sob direção de dom Calmet – para estudar e poder utilizar a grande e rica biblioteca monástica (SCHWARZBACH, 2002, p. 451; BANDERIER, 2015, p. 45 – 47). Voltaire foi uma das vozes que mais se levantou contra a dissertação sobre os vampiros, contudo, não se pronunciou a não ser após a morte do abade¹⁴ com quem se correspondia (SCHWARZBACH, 2002, p. 451).

Falando melhor sobre o seu estilo interpretativo, Calmet era adepto da interpretação literal. Eram quatro os modos de se interpretar a bíblia, moral ou antropológico, alegórico ou cristológico, anagógico ou escatológico e literal ou histórico. O sentido moral reportava os acontecimentos bíblicos para expor como as pessoas deveriam agir; o sentido alegórico buscava uma compreensão mais profunda destes eventos, reconhecendo sua significação no Cristo; o modo escatológico interpretava os eventos através de suas significações eternas; por fim o modo literal, o escolhido de Calmet, buscava os significados das palavras no texto bíblico (BANDERIER, 2008, p. 37; 2015, p. 26).

Calmet era um literalista. Tomava os eventos relatados no livro sagrado cristão como verdadeiros, procurando então uma explicação racional para os mesmos. Não havia espaço para interpretações alegóricas ou significações escondidas ou subjetivas. Seu objetivo era explicar como tais eventos foram possíveis e não interpretá-los ou transformá-los em uma espécie de lição para a vida dos fiéis. Um trabalho de sua autoria que expressa bem suas pretensões é o *Commentaire littéral sur tous les livres de l'ancien & du nouveau testament* [Comentário literal sobre todos os livros do antigo & do novo testamento], publicado entre 1707 e 1716. O monge transcreve um trecho bíblico traduzido para, em seguida, apresentar as condições de possibilidade de realidade da narração. Não há significados escusos no texto, para Calmet, apenas uma verdade literal que pode ser compreendida a partir da história, da filosofia e da teologia.

Afirmamos anteriormente que apesar de manter sua metodologia, outrora elogiada, o trabalho de Calmet foi muito criticado pelo tema que escolhera abordar. Gostaríamos de explicar melhor esta afirmativa. No *Traité sur l'apparition...*, Calmet

¹⁴ Calmet faleceu no ano de 1757.



optou por manter a abordagem literalista que utilizara nos trabalhos anteriores sobre as sagradas escrituras. Schwarzbach (2002) mostra quão confusos poderiam ser interpretados os comentários do monge por seguir esta técnica. Por previamente considerar todo o escrito na bíblia verdadeiro, não via a necessidade de reafirmar isso em todos os argumentos, o que levava a uma aparente dubiedade. Calmet transcrevia a passagem bíblica e após ela tecia um comentário composto por muitas perguntas. Seu objetivo era comprovar os eventos relatados explicando racionalmente como eles ocorreram. Frequentemente confrontava diferentes visões e entendimentos através de várias perguntas, o que por vezes poderia ofuscar a sua opinião pessoal.

Quando optou pelos vampiros, o autor também escolheu manter a sua metodologia no sentido de relatar os casos tal como se fossem verdadeiros, procurando explicações racionais para os mesmos, o que não significa que ele acreditava na veracidade dos mesmos. Seu objetivo era o de mostrar que: a) mesmo se existissem os mortos-vivos sugadores de sangue, eles possuíam uma explicação pela natureza, o que tirava o caráter sobrenatural a eles imbuído; e b) o único com poderes para permitir a existência de tal criatura era Deus, logo os vampiros eram possíveis, contudo não existindo um bem por eles feito, nem precedente bíblico, eles só poderiam ser falsos.

Defendo que foi principalmente pela escolha de sua metodologia de análise que Calmet foi mal interpretado. Ele possuía consciência dos perigos da publicação, tinha a noção de que era um ato sobre a qual recaíam certas responsabilidades: “Sinto bem que me exponho à crítica, & talvez ao riso de boa parte dos Leitores [Je sens bien que je m’expose à la critique, & peut-être à la risée de bien des Lecteurs]” (CALMET, 1751a, p. I). Por esse motivo, já de início ele introduz o tema com muito cuidado, primeiramente delimitando para qual público escreve, os que “examinam as coisas seriamente e a sangue frio [examinent les choses sérieusement & de sang froid]” (CALMET, 1751a, p. II), e critica pesquisadores pretenciosos que denomina de *Esprits forts*,¹⁵ que

rejeitam tudo para se distinguir e para se colocar acima do comum, eu os deixo na esfera de sua elevação: eles pensarão de meu trabalho o que bem entenderem, e como este não é feito para eles, aparentemente não terão nem o trabalho de lê-lo.

[rejetent tout pour se distinguer & pour se mettre au-dessus du commun, je les laisse dans la sphere de leur élévation : ils penseront de mon ouvrage ce qu’ils jugeront à propos ; & comme il n’est pas fait pour eux, apparemment ils ne prendront pas la peine de lire] (CALMET, 1751a, p. II – III).

¹⁵ Algo similar a “pensadores de mente forte”.



Foi sua opção se lançar ao público – que naquela época já estava perdendo o estigma de selvagem relatado por DeJean (2005) – e à crítica. Seu objetivo era o de “formar uma ideia justa” (BRAGA, 2015, p. 68) sobre seu objeto, seguindo a metodologia literalista e buscando explicações racionais para tais eventos. Porém, nada impediu, se nos utilizarmos dos termos de Descartes, uma “poderosa agitação e turbulência na alma” (DESCARTES, 1973, p. 962 *apud* DEJEAN, 2005, p. 124) daqueles que viam o nome de Calmet relacionado a um assunto considerado indigno de receber atenção.

Clamou-se que o tratado não estava à altura de sua reputação (BANDERIER, 2008, p. 35 – 36). Voltaire ironizou o monge em seu verbete sobre os vampiros no sétimo tomo de seu *Dictionnaire Philosophique*. O filósofo considerou fato indignante a realização de tal trabalho pelo “abade de Senones, abadia de cem mil de renda anual [abbé de Sénones, abbaye de cent mille livres de rents]” (VOLTAIRE, 1829, p. 413) e satirizou o tratamento dado por este as fontes, pois as tratara do modo como trabalhou com o novo e o velho testamentos (VOLTAIRE, 1829, p. 415). Em *Le Siècle de Louis XIV*, o filósofo considerou o padre perdido em meio a delírios (BANDERIER, 2008, p. 35).

Houve rumores até mesmo sobre sua condição mental, mesmo dentro do círculo beneditino. Um colega de ordem, dom Ildefonse Cathélinot, escreveu um livro comentando sobre o tratado de Calmet e compilou algumas críticas a ele (BANDERIER, 2008, p. 36), sendo que, novamente ressaltamos, a maior parte delas não se dirigia especificamente ao método utilizado pelo monge, mas sim pela sua extravagante combinação metodologia-tema que não havia sido feita nessas proporções até então.

5. Considerações Finais: a expectativa em relação a Calmet

A expectativa consiste em um ponto muito importante nesta análise, pois foi o que alterou a imagem de Calmet-autor perante a sociedade letrada, estigmatizando-a por uma obra cujos objetivo e inspiração não foram compreendidas pelos seus leitores. Por mais racional que a abordagem do beneditino tenha sido e por mais que ele reivindicasse essa racionalidade em seus escritos, não foi capaz de conter as emoções suscitadas pelo polêmico tema dos mortos-vivos sugadores de sangue.

Emoções ligadas a um forte sentimento religioso e a um forte sentimento filosófico-científico. Explico. Na qualidade de mortos-vivos, os vampiros eram, em suma, corpos ressuscitados, seres que voltaram da morte. Ora, a única verdadeira ressurreição



para o cristianismo era aquela do Cristo.¹⁶ Os vampiros, dessa forma, poderiam ser tanto uma profanação do Cristo, quanto um atentado ao seu caráter único de homem-deus. Mortos-vivos, dessa forma, constituíam-se em um tema delicado, com potencial de despertar sentimentos avessos a publicações que tratassem da possibilidade de sua existência.

A série de expectativas construídas em torno do Calmet-autor, foram afrontadas por uma obra que, na visão de muitos letrados, não condizia o que se esperava da produção de um exegeta literalista. A ficção da função-autor quebrou-se, fragmentou-se e gerou novas ficções, novas explicações para suprir uma nova necessidade da ordem dos sentimentos. Esta era o anseio por uma conexão entre o Calmet-exegeta e o Calmet-“vampirólogo”, pois na visão daqueles leitores as duas imagens eram completamente incompatíveis e, por vezes, até se anulavam. Portanto questionar a lucidez ou propor uma traição de si consiste em um movimento lógico, dentro da racionalidade moderna, se compreendermos a impossibilidade de – naquela visão de autor – mudanças drásticas ou a não correspondência das expectativas criadas pelos leitores.

O caso de Calmet é muito representativo do que posso chamar de *traição de si*. Não defendo que realmente exista uma forma de um sujeito trair a si mesmo, mas sim que há uma pluralidade de maneiras de o sujeito escapar da série de expectativas impostas sobre ele por parte de outros indivíduos. O tratado de Calmet, analisado de forma mais geral, possui coerência em relação a suas outras produções. O monge era conhecido como um importante exegeta literalista, até essa imagem ser substituída pela do “primeiro vampirólogo”. A temática abordada confrontou a imagem firmada.

¹⁶ Os outros casos de ressurreição presentes na Bíblia, perpetrados por profetas, pelo Cristo e pelos seus apóstolos possuem a classificação de *ressurreição momentânea*, não sendo, portanto, da mesma qualidade da ressurreição de Jesus.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDERIER, Gilles. *Dom Augustin Calmet*. Strasbourg: Vent d'Est, 2015.

_____. (Ir)rationalité des vampires ? À propos du Traité sur les apparitions... de dom Augustin Calmet. In : *Acta Iassyensia Comparationis*, n.6, p. 33 – 52, 2008.

BRAGA, G. *Considerações Sobre a Figura do Vampiro e o Sobrenatural no Século XVIII na Obra de Dom Calmet (1672 – 1757)*. 104f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CALMET, Dom Augustin. *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* Tome I. Paris: Debure l'aîné, 1751a.

_____. *Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.* Tome II. Paris: Debure l'aîné, 1751b.

CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Mendes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975], p. 56 – 119.

CHARTIER; FAULHABER; LOPES (orgs). *Autoria e História Cultural da Ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

DEJEAN. *Antigos Contra Modernos*. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DESCARTES, R. Les Passions de l'âme. In : _____. *Œuvres Complètes*. Paris : Garnier, 1973.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce qu'un auteur?. In : _____. *Dits et Écrits I : 1954 – 1969*. Paris: Gallimard, 1994, p. 789 – 821.

MARTIN, P. *Don Calmet et les vampires*. In : Séance hors les murs du 19 octobre 2007, Nancy. *Anais...* Nancy : Académie de Stanislas, 2007.

MELTON, J. G. *Enciclopédia dos Vampiros*. São Paulo: M.Books do Brasil, 2008 [2003].

MICHAUX, Gérard. Une Fondation Tridentine: la congrégation bénédictine de Saint-Vanne. *Revue d'histoire de l'Église de France*, tome 75, n.194, p. 137 – 148, 1989.

SCHWARZBACH, B. Dom Augustin Calmet : homme des Lumières malgré lui ?. *Dix-huitième Siècle*, n.34, p. 451 – 463, 2002.

VOLTAIRE. Dictionnaire Philosophique – tome VII. In : _____. *Œuvres de Voltaire avec préfaces, avertissements, notes, etc.* Tome XXXII, Paris : Chez Lefèvre, 1829.



HISTÓRIAS E CONVERSAS DE MULHER

Vanessa Nascimento Souza
Licenciada em História (UniAGES)
Pós-graduada em Biblioteconomia (FAVENI)
Mestranda em História (PROHIS/UFS)
nesajuliao@gmail.com

Resenha do livro

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014, 303 p.

A historiografia contemporânea tem focado cada vez mais nos estudos acerca da história das mulheres, principalmente pondo-as como sujeito histórico, consciente ou não de sua condição de submissão e passividade ao longo da história, e que hoje já se percebe transitando espaços antes ocupados pelos homens. Nesta seara, a historiadora Mary Del Priore tem se debruçado em arquivos diversos, traçando assim a história do Brasil desde o período colonial aos nossos dias, com foco em questões tidas como tabu, como é a questão da sexualidade e do erotismo; as mulheres na sociedade; enfatizando os acontecimentos com riqueza de detalhes, prendendo assim seu leitor até o final.

A autora é referência em história das mulheres, tendo publicado os clássicos: *História das Mulheres no Brasil*, *Ao Sul do Corpo*, *Corpo a Corpo com a Mulher*, *Histórias Íntimas*, *Histórias e Conversas de Mulher* e contribuiu na organização de outras obras sobre a História do Brasil.

Em sua obra *Histórias e Conversas de Mulher*, a historiadora trata de diversas temáticas importantes acerca das infinitas histórias da vida privada das personagens brancas; negras; das parteiras; das mulheres no esporte; do corpo feminino; da sexualidade; do casamento entre outros temas, traçando assim um panorama de 200 anos de história, enfatizando as diversas mudanças e conquistas da figura feminina, desde o período colonial até os dias atuais.

Com uma linguagem simples, literária e pouco acadêmica, a autora consegue alcançar o grande público leitor, por outro lado, faz pouca menção aos arquivos e acervos consultados para a escrita do livro, tendo sido percebido a utilização de *jornais; relatos de viajantes; poemas; revistas; teses médicas; cartas; correspondências; testamentos; romances/literatura* dentre outros. Como ela própria ressalta em entrevistas, o grande objetivo é de que suas obras sejam lidas não somente por seus pares, os historiadores,



mais também pelo público de não historiadores e não acadêmicos. Devido à ampliação das pesquisas no campo da História Cultural, os livros da autora estão entre os mais vendidos, justamente por se encaixar nesse viés historiográfico de debate acerca do cotidiano e das minorias sociais.

A autora dialoga com romancistas, como é o caso de Machado de Assis, José de Alencar, também busca analisar teses médicas do final do século XIX, como por exemplo, as de Frederico Augusto dos Santos Xavier, do médico Italiano Cesare Lombroso, além de estudos realizados em 1913 por João Passos, Gilberto Freyre dentre outros.

A autora divide o livro em três partes: *Da mulher na família a família da mulher; Mães - as boas, as más e as outras e Corpo feminino: paisagens e passagens*. Na primeira parte da obra, *Da mulher na família a família da mulher*, a autora elenca cronologicamente o papel da mulher no seio familiar, traçando assim um panorama do casamento desde o período colonial até a contemporaneidade, trazendo à tona mudanças e permanências quanto à noção e o sentido do casamento. Enfatiza questões pertinentes ao lugar ocupado pela protagonista feminina no espaço privado; sua inserção no mercado do trabalho e a dupla jornada dentro e fora do lar.

Neste sentido, tanto a igreja quanto o estado, defendiam a ideia de que a mulher tinha a função puramente da procriação e submissão ao marido, enquanto que este era considerado o chefe da casa, o que contribuiu para a construção imaginária dos papéis femininos na sociedade: “[...] Esposas: mulheres corretas. Concubinas, imorais, que viviam “meretrizmente”, cúmplices de “tratos ilícitos”: as erradas” (DEL PRIORE, 2014, p. 20). Não obstante, hoje ainda percebemos certos padrões e valores morais e éticos carregados de vestígios desse passado, pondo a mulher em uma situação de dualidade, ora passiva e decidida a casar-se, visando à felicidade duradoura, ora não abre mão de sua independência financeira, mesmo estando vivendo uma relação estável, pois defendem ideais de uma “liberdade”, tanto de ir e vim, como também de expressão de suas opiniões e idealizações, já se percebe as mulheres transitando em espaços antes não notado sua presença, ainda assim, muito precisa ser conquistado.

A autora trata também acerca da sexualidade, sendo as moças brancas vigiadas a todo tempo e tendo que se resguardar, trancadas dentro de casa e reprimidas até pela própria igreja. Já as mulatas ou mulheres de “cor”, como ressaltou Gregório de Matos, citado pela autora, o qual, em seus poemas, mostra que estas serviam para a “fornicação”, pondo em debate a questão do racismo e da violência sexual. Ainda nessa primeira parte, trata sobre a moral, onde é definido a partir da designação “mulher de casa”, “mulher da



rua”, sendo as brancas associadas ao padrão moral disseminado na época, que passavam da tutela do pai para o domínio do marido, enquanto que as negras, mestiças ou mulatas eram associadas à figura de “mulher da rua”, estavam sujeitas ao trabalho e a todo tipo de exploração sexual, sem muita proteção judicial. A contribuição da autora nesse sentido é que, traz uma importante reflexão acerca da importância do casamento e da família ainda nos dias atuais, onde para algumas mulheres configura-se em uma realização de um sonho, enquanto que para os homens uma prisão.

Na segunda parte, *Mães - as boas, as más e as outras*, a autora discute a questão da maternidade, enfatizando assim as influências da igreja, do estado e dos saberes medicinais. O destino natural da mulher estava associado a seu dever de procriação, papel determinado para a boa esposa. Ressalta as perseguições de médicos e também do próprio Estado às parteiras, benzedeiras e erveiras no século XIX, momento em que as crianças nasciam em casa por mãos de parteiras e eram cuidadas por benzedeiras e erveiras. Nesse período, o saber médico masculino começa a se destacar na arte de partejar, sendo incorporadas novas práticas e tecnologias médicas, surgindo assim o parto de cesárea e as parteiras foram praticamente extintas. Na atualidade, nas escolas de enfermagem e os pesquisadores da área da saúde veem defendendo o retorno do parto natural, pondo em discussão o modelo obstétrico atual.

Se na atualidade estamos vivenciando uma discussão acerca do aborto, visando a sua proibição, no século XIX era uma prática aceita e tolerada pela igreja, tendo várias receitas abortivas feitas com ervas propagadas nos jornais da época, o caso se complicava quando o aborto estava relacionado a relações extraconjugais. Já nos anos 1890, o código penal republicano começa a punir a mãe que tirasse o filho. No Estado Novo, em 1940, houve uma alteração no Código Penal, pondo a mulher como responsável pelo cuidado com sua prole, sendo esta a mantenedora da família e caso cometesse o aborto seria reclusa há um ano ou mesmo três anos de prisão. Nota-se que, desde o período colonial que as decisões acerca do corpo da mulher não pertencem a ela própria, mas ao estado e ao saber médico, essencialmente masculino, colocando ao longo da história a figura feminina como “incapaz” de decidir sobre si.

Por fim, na terceira e última parte, *Corpo feminino: paisagens e passagens*, a autora traz cronologicamente questões históricas sobre o corpo feminino. As temáticas giram em torno do corpo ideal, padrão de beleza, o esporte que a mulher deveria ou deve praticar, o que precisa fazer para ter um corpo feminino, conseqüentemente desejado. Enfatiza questões atuais sobre a condição social da mulher e a relação com o próprio



corpo, buscando sempre atingir um padrão idealizado, normalizado. A autora nos mostra que, mesmo diante da pobreza material característica do período colonial, havia certa preocupação das mulheres com a aparência corporal, embora que, a igreja controlava até mesmo questões pertinentes ao corpo, pois a beleza quando muito ressaltado era sinal de perigo e associado assim ao pecado: o sexo. Evidencia-se que, o ideal de beleza do século XIX era pautado em um corpo branco, delicado e tendo cabelos loiros e longos, ou seja, um modelo de mulher europeia, reafirmando os traços que se buscavam legitimar como significativos e civilizatórios da nação, uma herança da colonização portuguesa.

O que nos faz compreender que, na atualidade as protagonistas femininas estão cercadas de dietas e exercícios físicos com o intuito de obter um corpo magro e esbelto. A todo e qualquer custo a mulher hoje busca realizar procedimentos naturais e cirúrgicos para se livrar das gorduras, que é associado a feiura, resquícios do século XIX. A busca pela beleza corporal está intimamente associada à ideia de felicidade, por isso muitas meninas passam por problemas alimentares para que tenham um corpo ideal, seguindo assim um discurso midiático normalizador do modelo estético aceitável socialmente, desenvolvendo assim diversos distúrbios, como bulimia e anorexia, tudo pela não aceitação do corpo. Além dessas questões, a autora põe em debate também questões sobre a definição da feminilidade e da masculinidade, associando assim o fato de travestis, transexual, homossexual e prostituta serem deixados à margem, pois não são considerados como um modelo de homem ou mulher como predeterminado historicamente, estes sofrem violências e preconceito, além da não aceitação social por não se encaixarem num modelo de corpo.

Por fim, ressalta que, o que deve haver é um rompimento com a noção definida que se propaga de um modelo sobre o que é ser mulher e o que é a feminilidade, e sobre o que é ser homem e o que é a masculinidade. Contudo, a presente obra traz uma linha cronológica com riqueza de detalhes de cada época, pondo em cheque o que mudou, as rupturas como também as permanências, tidas como motivo das lutas feministas ainda na contemporaneidade.